



SIMONI SAGAZ

A Participação da Mulher Sem Terra na Construção da Reforma Agrária Popular:  
Experiência da Regional Porto Alegre (RS)

São Paulo – SP  
2024

SIMONI SAGAZ

A Participação da Mulher Sem Terra na Construção da Reforma Agrária Popular:  
Experiência da Regional Porto Alegre (RS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, educação e cultura”.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Beatriz Adoue

São Paulo – SP

2024

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Sagaz, Simoni.  
S129 A participação da mulher sem terra na construção da reforma  
agrária popular : experiência da Regional Porto Alegre (RS) / Simoni  
Sagaz. – São Paulo, 2024.  
98 f. : 30 cm.

Orientadora: Silvia Beatriz Adoue.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na  
América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações  
Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento  
Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2024.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Mulheres  
do campo – Brasil. 4. Reforma agrária – Brasil. I. Título.

CDD 301.35098165

### **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

Esta pesquisa evidencia a participação e protagonismo das mulheres Sem Terra nos mais diferentes espaços organizativos, os impactos e desafios das mulheres em Movimento na busca de construir novas relações de gênero que rompam com as correntes da sociedade patriarcal e machista em vista de construir a emancipação feminina e a emancipação humana.

### **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

This research highlights the participation and protagonism of landless women in the most different organizational spaces, the impacts and challenges of women in Movement in the search to build new gender relations with the chains of patriarchal and sexist society that break in order to build female emancipation. and human emancipation.

### **IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN**

Esta investigación destaca la participación y protagonismo de las mujeres Sin Tierra en los más diversos espacios organizativos, los impactos y desafíos de las mujeres en Movimiento en la búsqueda de construir nuevas relaciones de género que rompan con las cadenas de la sociedad patriarcal y sexista para construir la emancipación femenina y la emancipación humana.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE SIMONI SAGAZ, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.**

Aos 09 dias do mês de julho do ano de 2024, às 09:00 horas, no(a) Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de SIMONI SAGAZ, intitulada **A Participação da Mulher Sem Terra na Construção da Reforma Agrária Popular: Experiência da Regional Porto Alegre (RS)**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE (Participação Presencial) do(a) Departamento de Letras Modernas

/ Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Profa. Dra. ÂNDREA FRANCINE BATISTA (Participação Virtual) do(a) . / Universidade Federal do Paraná -UFPR - Setor Litoral, Profª. Drª. ADELAIDE MARIA GONÇALVES PEREIRA (Participação Virtual) do(a) . / UFC/Fortaleza, Profa. Dra. SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES (Participação Virtual) do(a) UNESP / Marília (SP). Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final Aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Profa. Dra. SILVIA BEATRIZ ADOUE

Às mulheres Sem Terra da Região Metropolitana de Porto Alegre, que mesmo diante da catástrofe climática em que foram atingidas estão nas frentes de solidariedade e reconstrução de casas, territórios, cooperativas e nas cozinhas solidárias.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

Nesta trajetória contei com a contribuição e apoio de muitas pessoas as quais gostaria reconhecer e agradecer. Agradeço por acreditar, incentivar e por me apoiarem a tanto tempo.

Agradeço a minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup>. Silvia Adoue, pela leitura atenta, pelas contribuições, compreensão e disponibilidade nesta jornada que se estendeu além do previsto.

Reconheço e agradeço com profundo respeito e emoção a contribuição das camaradas Sandra Rodrigues e Silvia Marques pela disposição e contribuição neste neste processo.

Agradeço a todas as mulheres entrevistadas que prometi manter seus nomes em sigilo, obrigada por compartilhar a vida, os desafios e os sonhos.

Agradeço ao Instituto de Educação Josué de Castro e todas as trabalhadoras e trabalhadores que possibilitaram que eu estudasse. Agradeço o conjunto desta coletividade pelo exercício diário sobre participação e protagonismo.

Keli Dandara e Gabriel Sagaz que cotidianamente dividem comigo o amor de mãe-filha-filho, os aprendizados, as dificuldades, os anseios e sonhos, certamente meus maiores incentivadores. A vocês todo meu amor.

O processo de escrever foi dificultoso, reconheço e agradeço a contribuição das minhas amigas confidentes Diana Daros e Louise Löbler pelas leituras atentas, pelos longos debates e pela paciência com meus desvaneios.

Ao Anderson pela camaradagem, a partilha de amor e sonhos, por acreditar e lutar comigo por um mundo mais justo.

A minha família Eliane Sagaz e Viviane Onuczak obrigado pelo apoio e por estarem comigo desde sempre.

Aos meus amigos de uma vida toda Evandro de Carvalho e Miguel Stedile por todo o apoio, agradeço pelo incentivo e pelas contribuições.

A amiga Elaine Pretto pela paciência e escuta sobre os dilemas mais pessoais e profundos que atravessei.

As mulheres de minha vida, meus amores, aquelas que dividimos os problemas, os medos, as angustiamos, que me seguraram e incentivaram nesta trajetória. Lhes admiro tanto, pela alegria de vocês, pela determinação, por tornar momentos tão alegres, pelos risos, bebidas, comidas e sonhos que partilhamos. Diana Daros, Cilone Zang, Marli Zimermam, Simone Rezende, Daiane Paz, Mariana Arante, Camila Celeste. A vida e luta são mais bonitas e mais forte com vocês ao meu lado.

## RESUMO

A presente pesquisa busca discutir a participação das mulheres Sem Terra na construção da Reforma Agrária Popular (RAP), a partir da experiência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na regional metropolitana de Porto Alegre (POA) no estado do Rio Grande do Sul (RS). Para esse estudo, o Programa Agrário do MST foi um documento basilar. Buscou-se ao longo do trabalho apresentar as linhas políticas e estratégicas, os desafios e as expressões concretas de processos construídos de emancipação feminina, trazendo presente autoras e discutindo conceitos que possibilitem as reflexões necessárias sobre as questões do feminismo, da organização do trabalho feminino nos assentamentos abordando trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, suas concepções e o papel das mulheres na Reforma Agrária Popular. Para isso, a presente dissertação está organizada em três capítulos. A metodologia utilizada teve caráter qualitativo, com um embasamento na pesquisa bibliográfica acerca dos principais temas abordados como gênero, classe, feminismo, protagonismo e emancipação. A pesquisa de campo foi realizada em diversos espaços organizativos do MST, com a utilização de um questionário com questões semiestruturadas, com mulheres de diferentes idades, inseridas em diferentes processos de trabalho como as cooperativas, as padarias, hortas e dirigentes do Movimento. Para compreender tais questões, se fez necessário apresentar elementos da trajetória das mulheres no conjunto da organização nesses 40 anos de história do MST, identificando os avanços por elas construídos e os desafios resultantes dessa sociedade patriarcal que ainda precisam ser superados. Este trabalho traz presente a inserção e protagonismo das mulheres Sem Terra que tem suas ações articuladas e podemos observar em sua concretude que as experiências organizativas e produtivas da região estão articuladas ao projeto de Reforma Agrária Popular, perpassando pela participação, protagonismo e emancipação das mulheres.

**Palavras-chave:** mulheres; emancipação; reforma agrária popular; feminismo camponês popular.

## ABSTRACT

This research sought to discuss the participation of Landless women in the construction of the Popular Agrarian Reform (RAP), based on the experience in the Landless Rural Workers Movement (MST) in the metropolitan region of Porto Alegre (POA) in the state of Rio Grande do Sul, South (RS). For this study, the MST Agrarian Program was a basic document. Throughout the work, we sought to present the political and strategic lines, challenges and concrete expressions of constructed processes of female emancipation, bringing authors present and discussing concepts that enable the necessary reflections on the issues of feminism, the organization of female work in settlements addressing productive work and reproductive work, their conceptions and the role of women in Popular Agrarian Reform. To this end, this dissertation is organized into three chapters. The methodology used was qualitative in nature, based on bibliographical research on the main themes covered such as gender, class, feminism, protagonism and emancipation. The field research was carried out in different MST organizational spaces, using a questionnaire with semi-structured questions, with women of different ages, involved in different work processes such as cooperatives, bakeries, vegetable gardens and leaders of the Movement. To understand these issues, it was necessary to present elements of the trajectory of women throughout the organization in these 40 years of MST history, identifying the advances made by them and the challenges resulting from this patriarchal society that still need to be overcome. This work brings to mind the insertion and protagonism of Landless women whose actions are articulated and we can observe in its concreteness that the region's organizational and productive experiences are linked to the Popular Agrarian Reform project, encompassing the participation, protagonism and emancipation of women.

**Keywords:** women; Emancipation; popular agrarian reform; popular peasant feminism.

## RESUMEN

Esta investigación buscó discutir la participación de las mujeres Sin Tierra en la construcción de la Reforma Agraria Popular (RAP), a partir de la experiencia del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en la región metropolitana de Porto Alegre (POA) en el estado de Río Grande del Sur (RS). Para este estudio, el Programa Agrario del MST fue un documento básico. A lo largo del trabajo, buscamos presentar las líneas políticas y estratégicas, los desafíos y las expresiones concretas de los procesos construidos de emancipación femenina, acercando autoras presentes y discutiendo conceptos que permitan las reflexiones necesarias sobre las cuestiones del feminismo, la organización del trabajo femenino en los asentamientos que abordan Trabajo productivo y trabajo reproductivo, sus concepciones y el papel de la mujer en la Reforma Agraria Popular. Para ello, esta tesis se organiza en tres capítulos. La metodología utilizada fue de carácter cualitativa, basada en investigaciones bibliográficas sobre los principales temas tratados como género, clase, feminismo, protagonismo y emancipación. La investigación de campo se realizó en diferentes espacios organizacionales del MST, mediante un cuestionario con preguntas semiestructuradas, con mujeres de diferentes edades, involucradas en diferentes procesos de trabajo como cooperativas, panaderías, huertas y líderes del Movimiento. Para comprender estas cuestiones, fue necesario presentar elementos de la trayectoria de las mujeres a lo largo de la organización en estos 40 años de historia del MST, identificando los avances logrados por ellas y los desafíos resultantes de esta sociedad patriarcal que aún deben ser superados. Este trabajo recuerda la inserción y protagonismo de las mujeres sin tierra cuyas acciones se articulan y podemos observar en su concreción que las experiencias organizativas y productivas de la región están vinculadas al proyecto de Reforma Agraria Popular, abarcando la participación, protagonismo y emancipación de las mujeres.

**Palabras clave:** mujer; emancipación; Reforma agraria popular; Feminismo popular campesino.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Preservação Ambiental
ATES	Assistência Técnica, Social e Ambiental
CLOC	Coordenadora Latino Americana de Organizações Camponesas
COOPAN	Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita Ltda
COOTAP	Cooperativa de Assentados da Região de Porto Alegre Ltda
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEJC	Instituto de Educação Josué de Castro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais e Assexuais e outras
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB	Núcleo de Base
POA	Porto Alegre
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RAP	Reforma Agrária Popular
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
SUS	Sistema Único de Saúde
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>As mulheres Sem Terra .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2</b>	<b>Caminhos metodológicos.....</b>	<b>17</b>
<b>1.3</b>	<b>Organização dos capítulos .....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>BREVES APROXIMAÇÕES SOBRE O FEMINISMO E AS MULHERES NA SOCIEDADE DE CLASSES .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1</b>	<b>O patriarcado: sustentação do sistema capitalista .....</b>	<b>26</b>
<b>2.2</b>	<b>As mulheres, o trabalho doméstico e a família.....</b>	<b>27</b>
<b>2.3</b>	<b>Emancipação humana e social das mulheres.....</b>	<b>31</b>
<b>2.4</b>	<b>Feminismo Camponês e Popular .....</b>	<b>34</b>
<b>3</b>	<b>AS MULHERES NA CONSTITUIÇÃO DO MST .....</b>	<b>40</b>
<b>3.1</b>	<b>Agronegócio: que explora a terra e a vida das mulheres .....</b>	<b>51</b>
<b>3.2</b>	<b>As lutas do 8 de março: mulheres Sem Terra contra o Capital.....</b>	<b>54</b>
<b>3.3</b>	<b>O tema do trabalho feminino no campo sob o olhar das mulheres..</b>	<b>56</b>
<b>3.4</b>	<b>A diversidade no MST .....</b>	<b>63</b>
<b>4</b>	<b>AS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR .....</b>	<b>66</b>
<b>4.1</b>	<b>Reforma Agrária Popular: um breve panorama .....</b>	<b>67</b>
<b>4.2</b>	<b>As mulheres Sem Terra e Reforma Agrária Popular .....</b>	<b>74</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>96</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Para discutir a organização e a participação das mulheres na implementação da Reforma Agrária Popular nos territórios de assentamento, foco dessa pesquisa, é necessário compreendê-las articuladas com a trajetória e as definições históricas e conjunturais do setor de gênero e do conjunto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O objetivo desta pesquisa é analisar a participação das mulheres Sem Terra assentadas da regional metropolitana de Porto Alegre (RS) na construção e implementação da Reforma Agrária Popular (RAP). Apresentamos e discutimos as questões sobre participação, protagonismo, emancipação feminina desde as experiências organizativas e produtivas e, um breve resgate histórico sobre a participação das mulheres no MST, abordando questões referentes a construção do feminismo camponês e popular.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra<sup>1</sup> (MST) é um Movimento popular, de massa, autônomo, que traz em seus objetivos a luta pela terra, a construção da Reforma Agrária Popular e a transformação social. O MST na região metropolitana de Porto Alegre (POA) está organizado em três microrregiões, sendo elas: microrregião de Viamão, microrregião de Eldorado do Sul e Encruzilhada do Sul e a microrregião de Nova Santa Rita. A região conta com aproximadamente 1300 famílias assentadas.

O objeto da pesquisa foi estudar a participação das mulheres em processos organizativos e produtivos nas hortas, padarias e cooperativas. A escolha dos territórios analisados foi feita em diálogo com a coordenadora regional para garantir maior diversidade organizativa nas três microrregiões citadas.

A opção por esse tema tem uma dimensão que está relacionada à minha trajetória pessoal como mulher, mãe, educadora, militante do Movimento e o desejo de discutir e compreender os temas gênero, feminismo e a questão da participação das

---

<sup>1</sup> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasce junto com a luta pela democracia. Após os 20 anos de ditadura empresarial-militar no Brasil, em meio ao clima das campanhas das “Diretas Já”, a mobilização pelo direito da população em eleger o Presidente da República, a discussão em torno da Reforma Agrária é retomada. (História do MST, p. 34). Surgiu da necessidade real da luta pela terra, tendo em vista a falta de solução à questão agrária brasileira, e como ela contribui com o subdesenvolvimento do país, na sua relação de dependência. É tomando esses elementos que o MST se forja na luta dos camponeses apartados da terra em todo o Brasil, configurando-se como um movimento social de caráter nacional.

mulheres no MST. Pesquisar, ler, conhecer, entrevistar, ouvir e aprender é parte importante desse processo formativo.

A escolha do tema também se justifica na relevância de pesquisar e conhecer as contradições enfrentadas pelas mulheres Sem Terra, de compreender como está organizada a participação nos espaços sociais, políticos, produtivos e econômicos da região. Sistematizar e discutir a participação das mulheres Sem Terra, implica em pesquisar sobre a trajetória, a história, memórias e lutas feministas atuais e históricas. Outro aspecto relevante diz respeito, a discutir as desigualdades de gênero nos assentamentos, apresentando o que as mulheres estão construindo e compreendendo como feminismo camponês e popular ao longo da trajetória.

### **1.1 As mulheres Sem Terra**

As mulheres sempre estiveram presentes e atuantes como protagonistas na trajetória dos 40 anos do MST. Para compreender este protagonismo é importante apresentar a trajetória por elas construída, os processos e debates internos nos assentamentos, acampamentos, coletivos e instâncias que permitissem avançar na participação efetiva, nas decisões políticas e na definição e implementação da estratégia da organização.

Na atualidade discutir gênero e feminismo tem sido uma questão de resistência em uma sociedade que busca impor referências e padrões retrógrados e patriarcais. Particularmente, o tema gênero e feminismo sempre me desafiou, busco constantemente avançar na análise e compreensão para fortalecer minha atuação como educadora, militante e pesquisadora. Para além do desafio pessoal, é um tema de extrema relevância quando está ancorado em um movimento social que busca a transformação da sociedade.

É importante articular o posicionamento do Movimento Sem Terra em cada período histórico e a organização das mulheres. Entender como elas vão tensionando temas, articulando, recolocando e discutindo seu papel na construção do MST. Para esta reflexão é necessário buscar as referências históricas de luta pela emancipação das mulheres, e como estas questões influenciaram a trajetória das mulheres do MST e do setor de gênero, relacionando com o território em discussão na pesquisa.

As mulheres do MST constroem sua história coletiva ao longo dos 40 anos, inclusive tensionando para além da visibilidade do papel histórico, mas também

colocando em debate a emancipação das mulheres. Assunto que também está aportado no conceito de feminismo camponês e popular construído pela via Campesina e CLOC e assumido pelas mulheres Sem Terra como definição de suas proposições políticas e ideológicas.

O Feminismo Camponês e Popular é a expressão do acúmulo histórico das mulheres, que reconhece as teorias feministas já construídas como contribuições importantes, fruto das lutas históricas pelos direitos das mulheres. Contudo, diante destas diversas teorias é no feminismo revolucionário que está calcada a fundamentação do feminismo camponês e popular. Nesta elaboração teórica bastante atual, ainda que em processo de construção de uma literatura mais ampla, apresenta-se a luta e defesa das mulheres como intrínsecas a luta pela emancipação humana.

No desafio da construção de novas relações de gênero, temos acumulado processos no sentido de demarcar um posicionamento político na perspectiva de um Movimento Feminista das Trabalhadoras, das Camponesas, das Indígenas e, portanto, um Feminismo articulado com a Classe Trabalhadora. Reconhecemos a existência de muitos Feminismos e de sua contribuição histórica. No entanto, nos posicionamos como mulheres feministas que têm a consciência que a igualdade substantiva nas relações de gênero não é possível ser alcançada plenamente nos marcos do capital. Lutamos pela destruição de todas as formas de dominação e de exploração deste nefasto modelo. (Feminismo Camponês e Popular, 2015).

A elaboração do Feminismo Camponês e Popular busca romper com uma tradição feminista eurocêntrica e apresentar uma teoria que dialogue com a diversidade das mulheres de outros países e regiões, principalmente da América Latina, que considera a questão da raça, gênero e classe e o patriarcado como estruturantes na sociedade de classes. Estes temas serão apresentados adiante neste trabalho, assim como o conceito de emancipação.

Conforme apontado por Mafort (2013), no capitalismo, não é possível construir a emancipação humana e a igualdade plena das mulheres, entretanto, a luta pela transformação da sociedade está vinculada também às lutas dos sujeitos envolvidos contra a exploração e o patriarcado, buscando garantir o protagonismo feminino na construção de processos de transformação.

A construção da emancipação feminina traz consigo o debate sobre o lugar historicamente construído para as mulheres na sociedade de classes e as relações patriarcais que colocam a mulher vinculada a família, ao trabalho reprodutivo não pago das mulheres, aos trabalhos mais desvalorizados e assim por diante. Discutir o tema do trabalho reprodutivo na esfera camponesa implica em compreender a dupla

dominação que as mulheres enfrentam, não apenas as camponesas, mas todas as mulheres, porém, no campo o machismo encontra um terreno propício para proliferar.

O MST defende e luta por uma sociedade justa e igualitária e incorpora em suas definições o debate do feminismo. A luta pela emancipação das mulheres está vinculada a luta pelo direito à terra e ao território, a luta contra o capital e todas as formas de opressão e de exploração. Entretanto, precisamos compreender quais são os desafios concretos que as mulheres enfrentam na prática e como estes desafios se refletem na implementação da RAP na perspectiva feminista.

A Reforma Agrária Popular nasce a partir da leitura da realidade do campo brasileiro no século XXI. Ela se transformou em luta de classe contra o modelo do capital na agricultura, denominado *agronegócio*. Em seu V Congresso Nacional em 2007 o MST apresentou uma mudança de estratégia, dada as condições da luta de classe no campo, expressa no Programa Agrário. A saída de cena da chamada reforma agrária *clássica* e sua superação pela Reforma Agrária Popular foi o resultado do debate coletivo promovido nacionalmente. Foi desta forma que se identificou que a luta pela terra e pela emancipação possuíam novas determinações.

Agronegócio é um modelo de agricultura que reconfigura a composição de classe no campo, incluindo a participação direta de empresas transnacionais, bancos e do capital financeiro. É um inimigo muito mais complexo do que o latifúndio atrasado que inclusive era improdutivo. O agronegócio produz *commodities* e não comida, concentra terra, destrói a natureza e os agroecossistemas, expulsa os povos do campo.

Em 2014, em seu VI Congresso Nacional, o MST oficializou o lema “Lutar construir Reforma Agrária Popular”. Esta consolidação da estratégia numa nova consigna foi o resultado da consolidação da compreensão das contradições do modelo do capital na agricultura, e a necessidade da mudança da matriz produtiva e tecnológica. A proposta da Reforma Agrária Popular, pelo MST, propõe mudanças estruturais sobre a propriedade privada da terra e sua função social e, desta forma, resgatar as tarefas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo:

Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital. Portanto, pode protagonizar um novo modelo de produção agrícola sob controle dos trabalhadores e voltado a suprir necessidades e direitos de todo o povo. (Programa Agrário, 2014, p. 33).

Considerando o contexto mais amplo e a estratégia de construir a RAP, as mulheres discutem, nesta perspectiva, a produção de alimentos saudáveis e as demais linhas de ação do programa. Também incorporam e recolocam o papel do feminismo camponês popular na implementação deste projeto de desenvolvimento no campo no âmbito da reforma agrária.

As mulheres Sem Terra nas quatro décadas de existência do Movimento construíram um acúmulo político e organizativo diante das contradições que enfrentaram. Evidenciaram a urgente necessidade de falar, discutir e enfrentar os temas: gênero, feminismo, patriarcado, violência, racismo, capitalismo, dentre tantos outros. Buscaram nos processos históricos e revolucionários as experiências que contribuíssem para análise da realidade, visando avançar na elaboração desde uma perspectiva feminista.

Os territórios de assentamentos são resultantes da luta social e coletiva organizada e têm o desafio de buscar resolver as necessidades concretas, criando condições para o trabalho, para a produção e moradia, organizando a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas (MST, 2010). Configura-se também em um território de disputa política, ideológica e econômica com a burguesia e seus agentes.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição será determinada pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. (Fernandes, 2010, p. 9).

O debate da Reforma Agrária Popular e a resistência nos territórios de assentamento precisa apontar o papel e os desafios concretos das mulheres, na produção de alimentos saudáveis, na organização social e política, e na construção da emancipação feminina. Portanto relacionar a elaboração e conquista histórica das mulheres sobre o feminismo com o papel estratégico das mesmas na construção da Reforma Agrária Popular possibilitou elaborar abordagens que permitiram refletir sobre os desafios, os dilemas e as principais conquistas e os desafios que ainda persistem na atuação e cotidiano das mulheres Sem Terra.

## 1.2 Caminhos metodológicos

Os caminhos metodológicos dessa pesquisa foram: a) pesquisa bibliográfica e documental; b) a pesquisa em materiais internos do MST com a temática da história e trajetória de participação das mulheres; c) a pesquisa de campo através de entrevistas. Fundamentando-se na análise da realidade das mulheres a partir do levantamento bibliográfico, na análise de literatura e produções acadêmicas que abordam a participação das mulheres no Movimento Sem Terra e relacionando com a participação das mulheres na regional de Porto Alegre. Buscando aprofundar os conceitos e categorias apresentados na pesquisa.

A metodologia das entrevistas com as mulheres inicia com a definição de quais mulheres serão entrevistadas, essa decisão foi dialogada com dirigentes da região, as entrevistas semiestruturadas contavam com roteiro prévio, foram gravadas e com autorização de uso sem a divulgação do nome. Considerando que parte das entrevistas foram feitas durante o período final da pandemia, algumas foram feitas de maneira *online*. Ainda sobre a metodologia das entrevistas, é importante trazer presente alguns elementos, os quais seguem nos próximos parágrafos.

O primeiro diz respeito ao roteiro das entrevistas, que não eram roteiros únicos, elaborei roteiro com perguntas direcionadas de acordo com a inserção de cada mulher. Um roteiro para a entrevista com a dirigente do setor de gênero e a entrevista com a dirigente regional, outro roteiro para as mulheres da padaria, da cooperativa, das hortas; enfim, havia especificidades as quais tinha a intenção de aprofundar e compreender, questões que serão detalhadas a seguir.

Outro elemento que chama a atenção é, certamente, a disponibilidade das doze mulheres entrevistadas em dialogar sobre o tema da participação e dos desafios. Em todas as entrevistas houve boa receptividade, e o fato de ser entrevistas semiestruturadas dava abertura para ampliação da conversa, com mais argumentos e mais leveza.

Dentre as principais questões, interessava na entrevista, primeiramente, conhecer quem eram estas mulheres, ouvir como elas se apresentavam já era emocionante, pois traziam a idade que variava de 22 a 64 anos, eram mães, avós, companheiras, solteiras e casadas, e todas traziam uma identidade com o território em que vivem, naquele momento da entrevista vinha uma história de vida, de luta e de resistência.

Os demais temas das entrevistas giravam em torno de como olham para o assentamento em que vivem? Quais as potencialidades e quais os limites? Segundo a opinião delas, qual é o papel desempenhado pelas mulheres no assentamento e no MST? Quais eram os espaços de participação das mulheres, como está organizado o assentamento? Como é a divisão de trabalho na família? O que produzem? Estão vinculadas a algum tipo de cooperativismo? Feira? Associação? (se estavam buscava perguntar entender se tinha processos de gestão democrática? As mulheres ocupam espaços/cargos de comando? Como é a participação delas no MST?

Com as dirigentes busquei dialogar também sobre outras questões, como visualizam o tema gênero e feminismo no Movimento Sem Terra, no assentamento ou cooperativa que estão vinculadas; quais eram as atuais expressões do patriarcado ou do machismo enfrentadas atualmente pelas mulheres da organização, e, a pergunta comum a todas no encerramento da entrevista era qual a participação das mulheres na construção da reforma agrária popular na região. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

A revisão bibliográfica teve como base as cartilhas, textos e livros produzidos ao longo dos 40 anos pelo MST no intuito de compreender como as mulheres foram constituindo formas organizativas, debatendo gênero, feminismo, violências, emancipação e desafios no interior da organização. É importante destacar que, dentre estas cartilhas que foram analisadas, as mais recentes dialogavam com as propostas de Reforma Agrária Popular, sendo o principal documento de sistematização desse processo o Programa Agrário (2014). Também acessei textos, dissertações e teses sobre o tema de estudo.

Para as reflexões acerca dos conceitos de gênero, feminismo e emancipação feminina, que ancoram este debate internamente no MST para o enfrentamento ao machismo e ao patriarcado na sociedade de classes, busquei dialogar com um conjunto de autoras. Destaco algumas que permitiram avançar na reflexão conceitual dos temas apresentados, dentre elas as Heleieth Saffioti (2013), Clara Zetkin (2003), Ana Isabel Gonzalez (2010), dentre outras. Os temas gênero e trabalho feminino serão apresentados também a partir da obra *Gênero e Classe*, de Cecilia Toledo, em que a autora reflete sobre as raízes históricas da constituição do patriarcado, da inserção e da exploração das mulheres no mercado de trabalho e da invisibilidade do trabalho reprodutivo.

Para entender o papel estratégico do feminismo numa nova perspectiva socialista e emancipatória utilizei as elaborações de Alexandra Kolontay (2000) e para a construir uma compreensão sobre feminismo apoiei-me em autoras contemporâneas como Silvia Federici (2017), Wendy Goldam (2014), dentre outras. A abordagem sobre feminismo camponês e popular foi resultante da pesquisa nas elaborações produzidas pelo Setor de Gênero do MST. Os estudos que trazem abordagens mais específicas sobre o MST na região metropolitana de Porto Alegre, como é o caso de Sandra Rodrigues (2011), Indiane Rubenich (2017) e Adalberto Martins (2019) também foram fundamentais na pesquisa.

O caminho metodológico é sempre um esforço de tratar o objeto a partir de suas múltiplas determinações. Por isso, a utilização das bibliografias que contribuíssem na compreensão de conceitos como feminismo, gênero, patriarcado, trabalho doméstico, emancipação, reforma agrária popular foram essenciais para o objeto de pesquisa em questão. A compreensão deste processo em sua totalidade pressupõe um entendimento do próprio MST, movimento social popular, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores(as) rurais e a sociedade para a conquista da Reforma Agrária, rumo ao Projeto Popular para o Brasil.

O resultado desse caminho foi a análise de como as mulheres desse movimento social constroem sua trajetória, apresentando um breve histórico, os objetivos, os princípios, com enfoque no percurso da organização feminina, nos debates de gênero, no desafio e papel atual das mulheres dentro da organização buscando apontar os avanços já conquistados e os desafios.

### **1.3 Organização dos capítulos**

O capítulo I traz uma introdução ao conceito de feminismo. O foco foi a construção de uma base histórica para a compreensão dos elementos centrais que levaram o entendimento sobre o feminismo camponês e popular como síntese de um processo coletivo de luta. O debate sobre a emancipação das mulheres foi articulado, e só é possível, com a emancipação da classe trabalhadora. Para além da abordagem mais geral sobre o conceito de emancipação, o capítulo teve como horizonte articular este tema com as ações e processos das mulheres Sem Terra, que são expressões das lutas emancipatórias estratégicas de transformação da sociedade.

O capítulo II traz uma abordagem sobre as mulheres desde a constituição do MST, os principais marcos históricos de avanços no protagonismo, na ocupação dos espaços de decisão e na constituição do setor de gênero entendendo qual papel este setor teria dentro da organização. A luta das mulheres contra o capital no 08 de março, a questão do trabalho feminino no campo e os sujeitos LGBTQIA+ no MST são os principais temas de discussão desenvolvidos nesta pesquisa.

No capítulo III, apresentamos as mulheres Sem Terra na construção da Reforma Agrária Popular trazendo presente a compreensão do MST sobre esta questão, e, apresentando onde as mulheres estão inseridas nos processos históricos de construção, nos espaços produtivos, organizativos, sociais e econômicos, apontando quais os desafios de participação e de protagonismo na região metropolitana.

Por fim, esta pesquisa reafirma espaços, territórios e processos que as mulheres estão inseridas com protagonismo real, na busca permanente de construir a emancipação das mulheres, mas esta pesquisa deve também apontar os inúmeros desafios enfrentados.

## 2 BREVES APROXIMAÇÕES SOBRE O FEMINISMO E AS MULHERES NA SOCIEDADE DE CLASSES

Desde seu surgimento o feminismo traz consigo uma teoria e uma prática das mulheres de luta pela igualdade de gênero e contra as opressões patriarcais. Este capítulo não tem a pretensão de fazer uma abordagem histórica dos diversos feminismos, mas apontar algumas reflexões apresentando elementos que contribuam na compreensão e análise sobre a atualidade da participação das mulheres na sociedade.

Propõe-se, nesse texto uma breve abordagem sobre **patriarcado, emancipação, trabalho e feminismo camponês e popular** apresentando alguns elementos que situem essa pesquisa na atualidade com os desafios e construções teóricas que possibilitem ampliar a análise sobre a pesquisa de campo que será apresentada com mais profundidade no Capítulo III.

O feminismo camponês e popular como uma elaboração própria das mulheres do campo é uma abordagem que vem ganhando espaço nos debates sobre feminismo, um conceito em construção que demonstra ser cada vez mais relevante para compreendermos estes feminismos oriundos de elaborações e lutas das mulheres da classe trabalhadora, mas especificamente do campo.

Adiante no texto, apresenta-se algumas reflexões acerca dos conceitos gênero e classe, refletindo sobre o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres do campo, com análises a partir de autoras que discutem a questão da “invisibilidade” do trabalho feminino precarizado e explorado.

O feminismo é forjado historicamente como resistência e enfrentamento das mulheres numa busca por transformar ordens estabelecidas, de questionar o patriarcado, de lutar por igualdade e por direitos. Sua elaboração teórica e sistematização é produto da indignação, da rebeldia, da resistência à dominação e das lutas das mulheres anteriores à própria definição do conceito, por mais que essa história seja invisibilizada.

As desigualdades de gênero são resultantes do patriarcado que atravessou a história da sociedade de classes. Na formação social capitalista, o patriarcado, com novas configurações, está imbricado aos princípios da propriedade privada e exploração do trabalho através da mais valia, características da sociedade do capital, onde o controle e o domínio sobre a vida das mulheres servem à totalidade esta

ordem. Patriarcado, capitalismo e o preconceito racial, de maneira imbricada, configuram a opressão de gênero na atualidade. “As distintas formas de opressão que foram surgindo na história humana sempre vieram acompanhadas por um arcabouço ideológico que as sustentava” (Toledo, 2017, p. 30).

As opressões estão materializadas na vida das mulheres de diferentes formas, dentre elas, as inúmeras formas de violência que sofrem e que são naturalizadas, como, por exemplo, na pouca participação política e na menor remuneração pelo seu trabalho.

Ao analisar o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, Silvia Federici (2017) dialoga com a história das mulheres, apontando que, há “uma redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas nas relações homem-mulher nesse período histórico, ambas realizadas com a máxima violência [...]” (Federici, 2017, p. 30). A opressão contra as mulheres é elemento constitutivo do capitalismo, que tem função essencial na sustentação deste sistema, que altera a esfera da reprodução social.

Se na sociedade capitalista ‘a feminilidade’ foi construída como função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a história das mulheres é a história das classes. (Federici, 2017, p.31)

Demétrio Cherobini (2011), na leitura sobre Itzván Mészáros<sup>2</sup>, aponta que o capital perpetuou o processo de subordinação das mulheres de acordo com o interesse em determinados períodos históricos.

Na família, como foi dito, reproduzindo os valores discriminatórios, antagônicos à horizontalidade das relações sociais e necessários para a manutenção da macroestrutura hierárquica de exploração da atividade produtiva. No ‘mundo do trabalho’, por sua vez, atribuindo às mulheres, na mais larga escala, uma remuneração inferior à dos homens. Nesse contexto, diz o filósofo, apesar de se verificar a existência de algumas conquistas históricas – possibilitadas, entre outras coisas, pela expansão do capital em sua fase ascendente –, elas tendem a ser negadas na prática nos momentos em que o sistema porventura enfrentar dificuldades maiores para a realização da acumulação de capital – como na atual época de crise estrutural, por exemplo. (Cherobini, 2011).

Os debates sobre o feminismo na atualidade são bastante diversos, expressados em várias correntes teóricas. Dentre os diversos feminismos, suas correntes e intelectuais, é possível citar, mesmo que de maneira breve, o feminismo liberal, que tem como marco histórico o movimento sufragista de luta pelo direito ao

---

<sup>2</sup> Texto - Mészáros: a emancipação feminina e as lutas de classes. 2011.

voto feminino no início do século XX, que luta pela igualdade de direitos dentro dos marcos da atual sociedade, sem alterar as condições sociais e estruturantes. Nesta corrente a questão da mulher era pensada no âmbito da representatividade na política burguesa, como único caminho para a libertação feminina.

O feminismo radical emergiu na década de 1960 com bandeiras críticas, rompendo com análises reformistas ou classistas, suas lutas são antipatriarcais, “rechaçam explicações sistêmicas, distantes da realidade e das necessidades das mulheres” (MST, 2015, p. 9), suas análises estão acentuadas no sistema de dominação masculina.

Há ainda diversos feminismos, e não é a intenção de elencar o contexto e histórico desses, mas é importante assinalarmos as mais diversas formas de luta das mulheres contra a opressão e a exploração, conforme apontado por Saffioti, quando enfatiza que “o feminismo traz em seu bojo, um potencial crítico bastante capaz de apontar caminhos, trilhas, picadas para atingir o alvo expresso e desejado” (2015, p. 10). Importante destacar, que para além de uma discussão conceitual, de acordo com Bezerra (2020), “o feminismo é um movimento de auto-organização das mulheres que busca a sua emancipação como sujeito social e a transformação da sociedade como um todo”.

Nas manifestações das mulheres no pós Revolução Francesa, as mulheres questionavam a “Declaração dos Direitos do Homem”, pois esta desconsiderava as mulheres como pessoas com direitos na sociedade. Nesse contexto, uma mulher de nome Olympe de Gouges, escreve em 1791, em meio a Revolução Francesa, a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, um documento histórico nos marcos da fundação do debate feminista. O documento questiona o desprezo e o esquecimento dos direitos da mulher e reclama a igualdade de direitos<sup>3</sup>.

As experiências históricas de luta pelo sufrágio feminino demonstravam ser uma questão importante, porém a participação das mulheres no sistema político liberal não necessariamente estava vinculada ao projeto de emancipação das mulheres conforme apontado na obra Kollontai e a revolução “A discussão em torno da questão sufragista precisava, desta forma, ser pensada a luz de um projeto alternativo de sociedade” (Bonner; Morerira; Amaral, 2023 p. 27).

---

<sup>3</sup> Referência: <https://fpabramo.org.br/2008/03/27/a-declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada/>

Segundo Bezerra (2020), é possível falar de um “feminismo como movimento político organizado com teoria e práxis próprias” referindo-se ao feminismo socialista que influenciará os movimentos feministas das trabalhadoras na atualidade. A proposição da concepção feminista do movimento socialista internacional vinculava a emancipação das mulheres a luta contra o capitalismo.

Em oposição, uma concepção feminista proposta pelo movimento socialista internacional e suas trabalhadoras vinha sendo formulada em torno da necessidade de pensar a emancipação das mulheres de mãos dadas com o combate ao capitalismo, questionando a organização econômica, social e política desse modo de vida. (Bezerra, 2020, p.26)

No feminismo, uma das maiores contribuições, segundo Moares (2020, p. 130), é a de Clara Zetkin, uma das mais importantes militantes socialistas, contemporânea de Rosa Luxemburgo<sup>4</sup>. Zetkin foi uma importante figura na luta das mulheres, apontando que a discriminação não vinha apenas dos patrões, mas também de trabalhadores contra as mulheres. O feminismo socialista de Clara Zetkin<sup>5</sup> e Alexandra Kolontai<sup>6</sup> “foi uma das principais expressões de organização e luta das trabalhadoras responsável por instituir o dia internacional das mulheres que se tornou uma data central de construção de unidade em torno do feminismo” (Bezerra, 2020, p. 57).

Esse feminismo socialista influenciará fortemente as mulheres nas revoluções como em Cuba e Nicarágua, e também entusiasmará os movimentos feministas

---

<sup>4</sup> Rosa Luxemburgo nasceu em 1871 na Polônia – atingiu plena maturidade política e intelectual na década de 1910, marcada pela trágica experiência da primeira guerra mundial; morreu assassinada em 1919, um ano depois da tomada do poder pelos bolcheviques russos. Sua vida transcorreu como se vê, num período crítico de formação do mundo moderno. Rosa era mulher, judia, polonesa e portadora, desde os 5 anos de idade, de uma deficiência física em uma das pernas. Na época, e ainda hoje, todas essas condições conspiravam pesadamente contra um destino brilhante [...]. dotada de grande coragem intelectual e moral, ela sempre combateu com intransigência em favor do que considerava a causa justa – o fim de todas as formas de opressão, tanto social quanto individual. (Loureiro, 1999, p. 29).

<sup>5</sup> Clara Zetkin, nascida na Alemanha, viveu no fim do século XIX e início do século XX, foi contemporânea a primeira guerra mundial, do período de reunificação do estado alemão e da Revolução Russa de 1917. Feminista e marxista, no momento histórico que viveu aderiu apaixonadamente a luta dos movimentos sociais e políticos de sua época, foi membro do partido Social-Democrata alemã. Participou da luta das mulheres pelo direito das mulheres ao voto, participou e influenciou na definição do oito de março como dia internacional das mulheres. Algumas de suas teses sobre o feminismo influenciam até hoje.

<sup>6</sup> Alexandra Kolontai nascida em São Petersburgo em 1872 em uma família aristocrática foi jornalista, escritora, revolucionária e política. Era uma propagandista contrária a primeira guerra mundial, fator que a fez romper com os mencheviques e ir para ala bolchevique. Com a revolução bolchevique de 1917, foi a primeira mulher a ocupar um cargo no governo, este é um marco importante, não apenas para Kolontai, mas para as mulheres. Participou com outras mulheres de frentes que organizavam comitês e congressos feministas. Em 1921 foi a segunda mulher a se tornar embaixadora, na Noruega, no México e na Suécia. Alexandra Kolontai foi uma das mulheres que além da efetiva participação no processo revolucionário, escrevia e analisava a situação da Rússia e em especial a situação das mulheres trabalhadoras.

contemporâneos que incorporam outros elementos, e caminham na construção de um feminismo popular. Segundo Bezerra (2020), apresentando como características principais “a indissociabilidade da luta contra o capitalismo e a opressão patriarcal e a auto organização das mulheres enquanto princípio” (p. 60).

O feminismo popular é práxis coletiva construída por mulheres trabalhadoras em luta e em movimento, inseridas num projeto de transformação da sociedade mais amplo, num projeto de emancipação humana protagonizado pelas mulheres, que rompe com o nó capitalismo-racismo-patriarcado e é ancorado nos contextos nacionais onde as lutas são desencadeadas. (Bezerra, 2020, p.60).

A questão das mulheres deve ser compreendida na contradição e na perspectiva da luta de classes. Os avanços de forças emancipatórias do debate feminista na América Latina, por exemplo, têm se mostrado um importante marco, abarcando temas como: a luta contra o feminicídio, pelo direito ao aborto legal, contra todas as formas de violência contra as mulheres e os sujeitos LGBTQIA+, as lutas contra o capital no 8 de março, a luta pelo direito das mulheres ao acesso à terra e pelo direito à moradia urbana, os atos “Ele Não”<sup>7</sup>. São algumas expressões das lutas e dos movimentos feministas populares que questionam e combatem esse modelo de desenvolvimento do capital e os impactos que tem na vida das mulheres, fortalecendo a luta unitária feminista do campo popular, buscando se constituir como “um movimento de transformação do mundo, ancorado nas bases do feminismo de origem socialista e aglutinando bandeiras de luta protagonizados por setores populares da sociedade” (Bezerra, 2020, p. 61).

Historicamente as mulheres foram construindo formas de resistência e enfrentamento ao patriarcado, essa luta está articulada com o questionamento contra o atual modelo de sociedade, e todas as suas facetas de opressão e exploração. As lutas feministas e as diversas formas de resistências apresentam, cada vez mais, as mulheres como protagonistas do enfrentamento ao capital. Nesse sentido, podemos considerar a luta das mulheres do campo como a construção do feminismo camponês, indígena e popular, como uma perspectiva emancipatória.

---

<sup>7</sup> A famosa marcha do “Ele não”, em setembro de 2018, foi a maior manifestação de mulheres da história do Brasil e aglutinou milhares de mulheres e militantes pelas ruas de mais de 114 cidades do país, com uma campanha contra o ainda candidato ultraconservador à presidência Jair Bolsonaro. (Tricontinental, 2019. p.13).

## 2.1 O patriarcado: sustentação do sistema capitalista

As contribuições históricas do feminismo são importantes para questionar e superar o modelo de sociedade baseada na opressão dos homens sobre as mulheres. O patriarcado, o racismo e a propriedade privada são pilares estruturantes desta sociedade dividida em classes. O patriarcado é um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, baseado na exploração e na opressão, no controle do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, com influência determinante no conjunto da sociedade e não apenas na família.

No capitalismo, a divisão sexual do trabalho – base material do patriarcado – é combinada com a divisão social do trabalho, em que a família nuclear, monogâmica e heterossexual passa a se constituir como núcleo fundamental da reprodução da sociedade de classe, forjando mecanismos de dominação social de acumulação de riquezas, que criam, desde o berço, os homens e as mulheres necessários para manter seu sistema injusto e desigual. (Via Campesina, 2018, p.18).

O patriarcado tem origem anterior ao capitalismo, mas como modelo estruturante dessa sociedade organiza as instituições sociais, a religião e a cultura que impõe modelos de submissão das mulheres aos homens, o machismo nessa corrente social “é uma ideologia, uma forma de ser, um conjunto de pensamentos conservadores, carregado de preconceitos (...) ideia da supremacia dos homens”. (Moraes, 2020, p. 134). O machismo como expressão do patriarcado define o lugar e o papel social que os homens e as mulheres devem exercer na sociedade, expressa-se também na divisão sexual do trabalho e na organização da família.

Heleieth Saffioti (2015) aponta que o patriarcado não é uma relação privada, mas social, concedendo inclusive os direitos sexuais aos homens sobre as mulheres basicamente sem restrições, se configura como um tipo hierárquico de relação que está presente em toda a sociedade, tem base material, está corporificado, e, por fim, representa uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência (Saffioti, 2015 p. 60).

O MST vem discutindo nesse sentido:

A sociabilidade pretendida está intimamente ligada ao rompimento com os pilares patriarcais; está na necessidade de projeção das pautas feministas à luz da emancipação das mulheres no âmbito público e privado, ou seja, está em reafirmar nossa atuação, enquanto mulher do campo, militante e dirigente, ocupando espaços, conquistando e resistindo nos territórios. (MST, 2021, p. 72).

A partir disso, podemos referenciar que é a construção de uma sociedade humanamente emancipada que supera estas formas de opressão.

Para Moraes (2020). “Na medida em que o patriarcalismo é estrutural, vale dizer, molda todas as instituições sociais de maneira que a justiça, a religião e a cultura em geral são correias de transmissão de um modelo” (Moraes, 2020, p. 132). Nesse sentido, a superação do patriarcado não se efetiva apenas com uma revolução socialista, ou com a socialização dos meios de produção. Por exemplo, as soviéticas, mesmo pós revolução de 1917, enfrentaram resistências ao propor formas superiores de relações de trabalho e sociais.

Para que ocorra um processo de emancipação humana, é preciso revolucionar política e economicamente, mas também formas de sociabilidade, de relações de trabalho, relações socioculturais, que promovam uma consciência desfragmentada, e que promovam o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

## **2.2 As mulheres, o trabalho doméstico e a família**

Historicamente, na sociedade foi atribuído à mulher o papel de cuidar da família e da casa, ou seja, dos trabalhos domésticos. No espaço doméstico desenvolve-se trabalho produtivo e reprodutivo não pagos. São sustentações importantes para o patriarcado, para o capitalismo e para manutenção das desigualdades. É impossível falar em participação, protagonismo e emancipação feminina sem falar do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres.

A opressão patriarcal sobre as mulheres é uma construção social e histórica do papel da mulher na sociedade, que as apresenta como o sexo frágil, sensível, incapaz de pensar e atuar na esfera da vida pública. O cuidado com os filhos, da casa e da conservação da família monogâmica são papéis atribuídos às mulheres, enquanto aos homens “coube” o espaço público e as tarefas que exijam pensamentos ou força. A histórica divisão social do trabalho somada à divisão sexual do trabalho aprofunda ainda mais as desigualdades sociais e de gênero, conforme aponta a entrevistada Joana,

[...] então o patriarcado ele tem várias faces que oprimem e que tentam massacrar as mulheres, os LGBT, os negros, as negras e como a gente não vive numa ilha, o nosso papel é de fato fazer a luta de resistência e de combate, seja no âmbito da casa seja no âmbito da organização, essa é uma luta permanente até que a gente possa viver numa sociedade que essas raízes do patriarcado sejam superadas, a gente precisa combater o

capitalismo quem enraíza fortemente o patriarcado, a propriedade fazendo esse vínculo com uma propriedade privada, também com que haja a propriedade das pessoas, dizendo que nossas mulheres somos propriedade dos nossos maridos, dos nossos pais e nós não podemos aceitar esse tipo de coisa, a gente aprendeu que isso não é assim, a gente nasceu livre para viver bem e viver alegre. Então nós precisamos muito seguir essa luta de resistência e enfrentamento. (Entrevistada Joana, 2022).

Para Saffioti (2013), a condição inferior das mulheres na esfera produtiva é benéfica para o capitalismo. Vejamos:

O capitalismo, pode até se revelar maleável e até mesmo permitir e estimular mudanças. Todavia, isto não significa que ele ofereça plenas possibilidades de integração social feminina. [...], neste modo de produção as características sexuais (sexo e raça) se tornam mecanismos que funcionam em desvantagem no processo competitivo e atuam de forma conveniente para a conservação da estrutura de classes. (Saffioti, 2013, p. 21).

Essa afirmação vai ao encontro a crítica que a autora faz ao feminismo pequeno burguês, o qual considera que a emancipação feminina é vinculada a emancipação econômica. Pensar a emancipação das mulheres reduzida à igualdade econômica é uma visão muito limitada, e não condiz com a luta emancipatória das trabalhadoras, conforme discutido anteriormente.

A questão da opressão patriarcal sobre as mulheres na sociedade capitalista não é algo natural, tampouco uma questão exclusiva da atualidade. A opressão é resultante das transformações históricas ocorridas na sociedade, que segundo Toledo (2017) pode ser entendida considerando o trabalho como elemento fundante: “a opressão da mulher está vinculada a existência da propriedade privada dos meios de produção” (Toledo, 2017, p.27).

Ao referir-se sobre a relação entre trabalho produtivo e reprodutivo, afirma que o trabalho doméstico não é um tema apenas das mulheres, conforme tão difundido ideologicamente na sociedade, não se tratando de uma questão íntima, privada ou familiar. Vejamos:

O trabalho doméstico é um problema do sistema capitalista de produção, já que tem a ver com o processo de reprodução da força de trabalho. É no lar que essa reprodução se processa. Do salário pago pelo capitalista para que a força de trabalho se reproduza, é descontado o trabalho doméstico, aquele realizado no seio da própria família, em especial pela mulher, e pelo qual o capitalista não desembolsa nada. No lar o trabalhador se alimenta, descansa e repõe suas energias para continuar trabalhando para o capitalista. Se o salário é o necessário para sobrevivência do trabalhador, ou seja, para reprodução da força de trabalho o trabalho doméstico deveria fazer parte deste cálculo. No entanto, não o faz. O capitalista explora a separação entre o processo de produção de mercadorias, e o processo de reprodução da força de trabalho para, dessa forma, incrementar a extração de mais-valia. (Toledo, 2017, p. 76).

Nesse sentido, as autoras Toledo e Federici convergem na análise. Federici (2019), traz importantes análises sobre o trabalho doméstico<sup>8</sup>, considera que o trabalho doméstico é a “manipulação mais disseminada e a violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora” (Federici, 2019, p. 42). O pagamento de um salário dá a sensação de ser paga, ou seja, retribuída monetariamente pelo seu trabalho, enquanto que o trabalho doméstico é gratuito, é explorado e construído socialmente como algo natural, destinado as mulheres, como uma espécie de atributo feminino, é imposto como um “ato de amor”, de cuidado e afeto para com a família, mas que significa trabalho não pago, e, portanto, lucro para o capital.

A autora ainda vai chamar a atenção para a amplitude do trabalho doméstico. Não se trata apenas das atividades da casa, mas da disponibilidade feminina para “serviços físicos, emocionais e sexuais” (Idem, p. 45), condição independente de quantos empregos essa mulher possuiu para sobreviver.

Até hoje, tanto nos países ‘desenvolvidos’ como nos ‘subdesenvolvidos’, o trabalho doméstico e a família são pilares da produção capitalista. a disponibilidade de uma força de trabalho estável e disciplinada é uma condição essencial da produção em cada estágio do desenvolvimento capitalista. (Federici, 2019, p. 69).

A desigualdade nas relações de gênero está materializada na vida das mulheres de diferentes formas. Dentre elas, as inúmeras formas de violência que sofrem e que são naturalizadas, como, por exemplo, na pouca participação política e na menor remuneração pelo seu trabalho.

A questão da família como espaço de reprodução das desigualdades de gênero é discutida por várias autoras/es, que trazem como elemento fundamental a exploração do trabalho decorrente da divisão sexual do trabalho que acontece no âmbito familiar e que, acima de qualquer situação, é negligenciada, tratada como parte do âmbito particular (do lar).

É inegável as várias mudanças que a “estrutura familiar” teve nos últimos anos, como, por exemplo a mulher como chefe de família. Porém, isso implica em pensar sobre as reais condições de trabalho, de vida, de quantos empregos essa mulher tem para ser considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como

---

<sup>8</sup> Não pretendo neste trabalho apresentar e adentrar nos debates sobre assalariamento do trabalho doméstico proposto pela autora.

chefe de família, outras mudanças: o direito de constituir família e casar conquistado pelos gays, lésbicas e trans, ou até mesmo o divórcio. Enfim, apesar das inúmeras mudanças, prevalece a organização monogâmica heteronormativa como padrão na sociedade. E, nos últimos anos, no Brasil, o conservadorismo reacionário sintetizado pelo bolsonarismo busca impor sobre a sociedade e principalmente sobre as mulheres um papel na família de submissão, de amor ao lar, ao marido, e aos filhos, de renegar direito de união entre pessoas do mesmo sexo, e de impor valores morais, eliminar a diversidade.

Segundo Biroli (2018), a estrutura da família e das instituições definem um papel para as mulheres, ainda que o feminismo o tenha avançado e contestado permanentemente e em diferentes esferas e espaços.

A privatização do cuidado e a mercantilização da vida também são colocadas sob escrutínio, estabelecendo-se uma conexão importante entre a crítica da família e a crítica ao capitalismo. Trata-se de abordagens que discutem as injustiças nas e entre as famílias, as dimensões do controle e as do privilégio. O que está em disputa é uma estrutura de privilégios de que se beneficiam homens brancos, adultos, dos extratos de maior renda da sociedade. Para as demais pessoas, faz pouco sentido defender uma definição de família que as exclui e podem comprometer sua integridade física e psíquica, além de impor as mulheres a condição de cidadãs menores, por que subordinadas, na lei ou na prática, a autoridade masculina. (Biroli, 2018, p. 131).

Ao discutir a questão do trabalho doméstico na sociedade, Faria (2012, n/p) afirma que não haverá igualdade se não houver mudanças “na chamada esfera pública e no trabalho produtivo”, ou seja, se “as mulheres continuarem arcando sozinhas com o trabalho doméstico”, ao mesmo tempo que a casa é considerada de supremacia/mando masculina. Segundo a autora, um avanço do feminismo tem sido a articulação com a luta geral pela transformação da sociedade, pois só assim haverá mudanças substâncias na vida das mulheres.

O conceito de gênero surge contrapondo o determinismo biológico sob a constituição social do ser, onde no senso comum há uma supremacia do homem sobre as mulheres. Ao contrário, os estudos baseados no conceito de gênero têm contribuído “para evidenciar que a desigualdade entre homens e mulheres é socialmente construída através da atribuição de papéis diferenciados e hierarquizados” (Campos, 2009, p. 62).

Para Saffioti, o conceito de gênero não se resume a uma categoria de análise, diz respeito também a uma categoria histórica, “o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (Saffioti, 2015, p.47), o qual não representa

necessariamente a desigualdade entre homens e mulheres. A questão de gênero deve ser compreendida na contradição e na perspectiva da luta de classes. Os avanços de forças emancipatórias do debate feminista têm se mostrado um importante marco, abarcando temas como: feminicídio, aborto, violências, direitos, e, direito das mulheres ao acesso à terra, como discutiremos adiante.

Historicamente as mulheres foram construindo formas de resistência e enfrentamento ao patriarcado. Essa luta está articulada com o questionamento, e a luta contra o atual modelo de sociedade e todas suas facetas de opressão e exploração.

Na conjuntura atual é possível indicar que as conquistas históricas das mulheres não estão consolidadas nesse modelo capitalista de sociedade, pois tende a mudar/alterar de acordo com os movimentos do capital, em vista sempre de aumentar os lucros e com isso a exploração sobre os trabalhadores e trabalhadoras. Sendo assim, as lutas das mulheres não se resumem a pautas específicas, mas devem estar cada vez mais articuladas com a luta pela mudança estrutural da sociedade.

As mulheres do MST constroem-se como Movimento e como mulheres, no mesmo processo histórico, permeado de contradições, de avanços e de desafios. A insígnia “**Sem feminismo não há socialismo**” reafirma essa bandeira articulada a um projeto de classe e de sociedade.

### **2.3 Emancipação humana e social das mulheres**

A emancipação das mulheres está intrinsecamente ligada à emancipação da classe trabalhadora, a emancipação humana e social na superação das desigualdades, em uma sociedade sem exploradores e explorados. A emancipação plena certamente supõe uma mudança na estrutura de sociedade. Na teoria marxista estão apresentadas o conceito de emancipação política e o conceito de emancipação humana. José Paulo Neto (2009), no prólogo da edição brasileira de “Sobre a questão Judaica” de Karl Marx, ressalta a diferença entre emancipação política e emancipação humana, e adverte:

A emancipação política – que Marx considera, sem dúvida, um avanço, um progresso, uma conquista da revolução (burguesa) que destruiu o antigo regime – não é, pois, a emancipação humana. Esta desborda em muito o âmbito da emancipação política. (Neto *apud* Marx, 2009, p. 25).

O verbete sobre emancipação humana, do dicionário Marxista aponta:

Marx e os marxistas tendem a ver a liberdade em termos da eliminação dos obstáculos à emancipação humana, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e a criação de uma forma de associação digna da condição humana. Entre esses obstáculos, destacam-se as condições do trabalho assalariado. Como Marx escreveu em a Ideologia Alemã, ‘as condições de vida e trabalho, e, com elas, todas as condições de existência da sociedade moderna, tornam-se [... algo sobre que os proletários individuais não têm controle e sobre que nenhuma organização social lhes pode proporcionar esse controle’ [...]. para superar esses obstáculos, é necessário uma tentativa coletiva e a liberdade como autodeterminação é coletiva, no sentido de que consiste na imposição, socialmente cooperativa e organizada, do controle humano tanto sobre a natureza com sobre as condições sociais de produção: ‘o pleno desenvolvimento do domínio humano sobre as forças da natureza, bem como da própria natureza da humanidade’ [...]. Tal domínio só se realizará completamente com a substituição do modo de produção capitalista [...]. (Dicionário do Pensamento Marxista, 2001, p. 124).

As mulheres soviéticas durante o processo de construção do socialismo construíram algumas possibilidades de análise sobre a emancipação feminina. Com as devidas condições daquele período histórico, com os avanços e limites enfrentados, apontam a perspectiva de construir uma emancipação mais ampla, conforme apontado por Nadja Krupskaia (2017), a necessidade de romper com todas as formas de exploração das mulheres, até aquelas que se apresentam de maneira velada ou incomum. Neste sentido, emancipação implica superação da exploração. E que o “caráter de classe dessa luta nunca, nem por um minuto, pode ser perdido de vista” (Krupskaia *apud* Schneider, 2017, p. 117).

A luta das mulheres está ligada a um processo de luta pela mudança estrutural. Nesse sentido, cada vez mais o conceito de emancipação tem sido recorrentemente utilizado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para abordar processos emancipatórios em construção, articulados com a luta pela emancipação humana, ou seja, articulados com a luta pela transformação social. As lutas estratégicas do Movimento, neste sentido, buscam ampliar e construir espaços e formas concretas de resistência e de construções de relações emancipatórias nos territórios de reforma agrária nos quais as mulheres estão inseridas, conforme apontado por Martins,

Este modelo de produção (alimentos saudáveis) e este modelo tecnológico (agroecologia), com uma gestão democrática, cooperada, popular e dirigida por uma organização política (MST) nega o agronegócio, mas, sobretudo, afirma caminhos para a edificação de um projeto societário emancipador ao plasmar materialmente caminhos sócio técnico-produtivo distintos da agricultura capitalista. (Martins, 2019, p.182).

A construção de novas relações no campo, a busca permanente pela superação das opressões impostas pelo capital e pelo patriarcado, a luta pela reforma agrária estão vinculadas à luta pela emancipação, são parte de um projeto de transformação da sociedade e de emancipação integral dos seres humanos.

Construir nosso projeto de Reforma Agrária Popular, numa perspectiva política emancipatória, foi se complexificando ao longo do tempo, tanto pelas transformações da própria classe trabalhadora, como pelo contexto de profunda degradação humana que estamos vivendo. (MST, 2023, p. 26).

A ocupação de terra é uma expressão de enfrentamento à propriedade privada, produzir alimentos saudáveis, agroecológicos e combater a fome, defender a natureza, combater todas as formas de violência contra as mulheres, organizar as mulheres nos mais diversos espaços dos territórios buscando avançar na efetiva participação política das mesmas, são também exemplos de movimentos emancipatórios das mulheres Sem Terra, são processos articulados e inseridos nas lutas estratégicas de uma organização.

É necessário também buscar promover a participação e a emancipação efetiva das mulheres, em suas dimensões econômicas (geração e apropriação de renda), política (participação e tomada de decisões), e humana (com a elevação da cultura e dos níveis de consciência de homens e mulheres). Outro desafio é o de avançar nos processos de cooperação, em suas diferentes formas e sentidos, pois ela é uma necessidade para a agroecologia e para a emancipação das mulheres da classe trabalhadora. (MST, 2021, p. 9).

A construção de processos emancipatórios das mulheres Sem Terra encontra inúmeros desafios. São as experiências cotidianas e históricas de organização das mulheres que permitem avançar conjuntamente. Dentre os desafios estruturais está o enfrentamento a todas as formas de violência e destruição da natureza, enfrentar o racismo, os preconceitos, a LGBTfobia, o patriarcado, a divisão sexual do trabalho e todas as formas de opressão produzidas pela sociedade capitalista são tarefas coletivas, que buscam construir espaços de participação política, social e econômica das mulheres na perspectiva emancipatória.

## **2.4 Feminismo Camponês e Popular**

O feminismo camponês e popular é resultante do acúmulo político organizativo construído historicamente pelas mulheres da CLOC<sup>9</sup> (Coordenadora Latino Americana de Organizações Camponesas) e da Via Campesina<sup>10</sup>. A trajetória das mulheres do campo, organizadas nos movimentos sociais latino americano é marcada por luta e resistência contra o sistema capitalista, patriarcal e racista. O feminismo camponês e popular se constitui na perspectiva de um feminismo das trabalhadoras, com identidade e revolucionário.

As lutas por terra, direitos e território estão vinculadas também à luta pela participação igualitária e pela emancipação feminina, é nesse sentido a construção do Feminismo numa perspectiva camponesa e popular, que reconhece a existência de outros feminismos e de sua contribuição histórica para a classe trabalhadora. A construção do **Feminismo camponês e popular**, segundo o MST (2020), considera que a igualdade de gênero não será alcançada em sua plenitude nessa sociedade capitalista. A luta é pela destruição de todas as formas de opressão, pela construção de uma nova sociedade onde as desigualdades de gênero devem ser enfrentadas.

A luta pela emancipação das mulheres tem que estar lado a lado da luta pelo fim da propriedade privada, pelo direito à Terra e ao Território, pela Reforma Agrária, contra as transnacionais, contra os transgênicos, contra os agrotóxicos, pelo fim das mineradoras etc. (MST, 2020, p. 10).

A unidade das mulheres em torno dessa construção, vai além da luta pela participação igualitária nas instâncias de decisão dos movimentos sociais às quais estão vinculadas, propõe-se a construir um feminismo que contemple a diversidade de sujeitos do campo, que represente uma nova leitura a partir das mulheres camponesas, indígenas e negras. Para complementar essa ideia, vejamos a seguir:

---

<sup>9</sup> CLOC – A coordenação Latino Americana de organização do campo (CLOC-Via Campesina) é uma instância de articulação continental, com o compromisso com a luta social que representa os Movimentos Camponeses, de trabalhares e trabalhadoras indígenas e negros de toda a América Latina. São 84 organizações, em 18 países da América Latina e do Caribe que constituem uma força social mobilizadora, presente em todos os espaços que oferecem propostas alternativas para o continente. A CLOC é parte Via Campesina Internacional e através de nossos temas de trabalho, eixos, ações e espaços de articulação e mobilização, luta contra o sistema patriarcal e capitalista que destrói a vida e a natureza. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net> Acesso em 18 de março de 2023.

<sup>10</sup> A Via Campesina é uma organização mundial que articula Movimentos camponeses em defesa da agricultura familiar em pequena escala e agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis. Entre seus objetivos constam a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente com a proteção da biodiversidade. (CALDART, 2012, p. 765)

El Feminismo Campesino y Popular es una construcción asentada en la pluralidad y diversidad, buscando construir la unidad en la diversidad. Reconocemos la heterogeneidad de formas de pensar, de organizarse, de producir y de vivir de las mujeres del campo y buscamos comprender la complejidad de las formas de explotación y dominación para construir un movimiento integral que articula las diferencias y recupere nuestra identidad de gente de campo. Nosotras mujeres que construimos el Feminismo Campesino y Popular tenemos en común nuestra relación con la tierra, con el territorio y la producción de alimentos, un proyecto de agricultura campesina y popular y un proyecto de sociedad como la identidad que nos unifica. Y tenemos la comprensión de que esencialismos y romanticismos en relación a las identidades indígenas, campesinas y negras que niegan o intentan ocultar las relaciones jerárquicas y de desigualdad reproducidas en el interior de estas comunidades hacia las mujeres deben ser superadas y eliminadas. (MST, 2020, p. 9).

O feminismo camponês e popular se apresenta como estratégia de emancipação das mulheres, de libertação frente às explorações e opressões sociais, econômicas e políticas impostas pelo capitalismo e pelo patriarcado. É uma formulação histórica das mulheres do campo a partir de processos construídos coletivamente, de formação política e lutas concretas de protagonismo das mulheres em busca de melhorias sociais, políticas e econômicas na vida da classe trabalhadora, mas em especial das mulheres, questões que determinam a práxis, e que, a partir dessa construção, nomeou-se de feminismo camponês e popular. Conforme apontado pelo MST (2020), como reafirmação da trajetória de lutas e ações históricas das trabalhadoras:

Es una propuesta política construida colectivamente y orgánicamente por las mujeres de la CLOC/LVC desde las bases, y se presenta como una propuesta política no solo para las mujeres sino para todo el movimiento campesino y para toda la clase trabajadora, pues es parte de un proyecto de sociedad que queremos construir. Este feminismo parte de la comprensión de la necesidad de liberación de todas las mujeres em cuanto sujeto colectivo, comprendemos que solo por medio de la lucha colectiva, inserta en la lucha de clases, es posible la emancipación de las mujeres. Este factor, diferencia el feminismo campesino y popular de algunas vertientes del feminismo que parten del individuo como centralidad da su analice y acción política, que ponen en el centro solamente la lucha para el acceso a los derechos individuales, que reconocemos ser necesarios, pero no suficientes para la verdadera emancipación de las mujeres. (MST, 2020, p. 8).

O feminismo pode ser apropriado de diversas maneiras dentre suas diversas expressões e correntes, mesmo o feminismo revolucionário difundido no Brasil e na América Latina que se construiu com suas raízes eurocêntricas, sem considerar a diversidade das mulheres em outras regiões, segundo MST (2015). Em países socialistas o feminismo era tratado como um tema secundário e das mulheres e secundário, e pensava-se que a questão econômica e política como unicamente o

caminho para a resolução de todos os problemas da ordem social capitalista, patriarcal, que levariam naturalmente a resolução de outras questões sociais como a opressão de gênero e racial. O que demonstrou ser insuficiente enquanto experiência histórica.

As experiências revolucionárias socialistas (tanto na Europa, como na América Latina, influenciadas pelos debates na III Internacional ou Internacional Comunista) nos indicam o que foi insuficiente, e o que é necessário avançar. Para além do eurocentrismo, que refere ao pensamento de uma época, que se apropria dos desafios daquele momento histórico a partir de uma leitura da realidade, e o transforma e ações concretas de luta e mudanças. Em determinados momentos, compreendia-se hegemonicamente que a questão da mulher seria resolvida automaticamente após uma revolução político-econômica, mesmo Rosa, Clara e Kolontain já indicando naquela época que não seria assim.

Na perspectiva de construir um feminismo das trabalhadoras vinculado à emancipação humana, o feminismo camponês e popular tem suas raízes na análise da realidade do campo, onde identifica elementos comuns, dentre eles:

A apropriação dos bens naturais pelo capital, a padronização da agricultura através das commodities, a atuação das transnacionais em ramos estratégicos do agronegócio, da mineração e do hidronegócio e o forte aparo do estado e da maioria dos governos em subsidiar o capital, com investimentos e financiamentos públicos vultosos. (MST, 2015, p. 11-12).

A partir disso, compreende-se um feminismo entendido como um “movimento social e político de enfrentamento ao patriarcado, a divisão sexual do trabalho e as manifestações do machismo, do racismo, da LGBTfobia” (MST, 2015, p. 11). O feminismo camponês e popular propõe-se a transformações na vida concreta das mulheres do campo,

Logo, quando afirmamos que o feminismo camponês e popular o relacionamos com as nossas próprias vidas no campo, nosso trabalho nas especificidades em ser do campo. Por isso sustentamos que o feminismo camponês e popular é o respeito ao nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica e que busca construir a base para uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista e feminista. A luta por autonomia economia e reconhecimento do nosso trabalho, nesse sistema são partes primordiais na construção do nosso feminismo e de nossa libertação. Portanto, embora tenhamos clara certeza de nosso horizonte socialista, também afirmamos fundamental a luta por direitos, reconhecimento e políticas públicas que possam melhorar as nossas vidas no campo via Estado. (Mezadri; et al, 2020, p. 76).

O conceito de feminismo é uma permanente disputa, pois ele expressa também um posicionamento político de ideias e projetos. O feminismo camponês e popular está fundamentado no feminismo revolucionário, de origem socialista. É uma práxis coletiva, construída pelas mulheres em luta, nas organizações e movimentos populares, vinculadas ao projeto amplo de transformação da sociedade e de emancipação conforme apontado na síntese a seguir. Vejamos:

**Feminismo** – Movimento Social e Político de enfrentamento ao Patriarcado, a Divisão Sexual do Trabalho e as manifestações do machismo, do racismo, da lgbtfobia, da gordofobia etc. **Camponês** – Sob a perspectiva das mulheres e dos movimentos sociais do campo, abrangendo os povos da floresta e das águas. **Popular** – Com um posicionamento político de classe, no desafio da construção do poder popular. **Com Identidade** – A partir das cosmovisões presentes nos diferentes povos e etnias, vinculando a luta pela terra ao território. **E Revolucionário** – Rompendo com as estruturas de dominação e exploração presentes nas sociedades de classes. Forjar a nova sociedade, uma sociedade emancipada, uma sociedade socialista! (MST, 2015, p.11).

Reconhece-se os diversos feminismos, e apresenta-se o feminismo camponês e popular como uma necessidade de construir um posicionamento político que aborde a questão das mulheres trabalhadoras, feministas, camponesas, quilombolas e indígenas. No desafio de construir novas relações que permeiam mudanças estruturais na sociedade, em especial na América Latina onde as mulheres são portadoras de lutas anticolonial, antipatriarcal e anticapitalista (Bezerra, 2020, p.60).

Da mesma forma, defendemos que é na luta pela construção de uma nova sociedade para além dos marcos do capital, que as desigualdades de gênero devem ser enfrentadas. A luta pela emancipação das mulheres tem que estar lado a lado da luta pelo fim da propriedade privada, pelo direito à Terra e ao Território, pela Reforma Agrária, contra as transnacionais, contra os transgênicos, contra os agrotóxicos, pelo fim das mineradoras etc. Uma mudança estrutural não representa uma alternância de poder. Ela deve ser portadora de uma sociabilidade que precisa ser construída na realidade objetiva que vivemos, mesmo que a efetivação plena do processo de emancipação ocorra sob outro contexto. (Via Campesina, 2015, n/p).

A literatura sobre o tema ainda é incipiente, mas, quando apresentada pelas mulheres que participaram dessa construção, de certa forma inovadora e transformadora, temos um panorama dos desafios e dos avanços significativos tanto na compreensão do tema para as mulheres da organização quanto nos embates ao construir uma nova categoria de análise para e com as mulheres do campo, frente aos desafios que o feminismo em geral enfrenta, mas que não dão conta de abarcar essa diversidade e completude.

Segundo uma palestra de Itelvina Massioli<sup>11</sup> (2020) é somente a partir de 2010 na IV Assembleia Latino-Americana das Mulheres do Campo em Quito, Equador, que foi afirmado e assumido o Feminismo Camponês e Popular. Por tanto, é um debate de formulação recente, ainda em construção. Porém, é necessário considerar essa definição como parte de um percurso histórico construído na CLOC e Via Campesina, resultante de uma articulação internacional das mulheres, a qual vem

fortalecendo a luta, a organização social e política, a solidariedade de classe, o internacionalismo e a construção de alianças na perspectiva da construção de outro projeto de sociedade e de campo, que se contrapõe radicalmente ao modelo capitalista, patriarcal e do agronegócio. Assim, podemos afirmar, que desde o início, posicionamos o debate de gênero e Feminista desde uma perspectiva de classe e na luta de classes. (MST, 2020, p. 12).

A construção coletiva e a ação política das mulheres ao reivindicar um **feminismo camponês** afirma a identidade histórica desses sujeitos, que são povo em luta e resistência no campo, e **popular** porque esse debate se propõe de todas e todos. Não é um debate apenas do campo, mas busca estar vinculado à prática e à estratégia política transformadora, da luta de classes, que reconhece as inegáveis contradições e desafios, mas que evidencia uma necessidade de aprofundar o debate em torno do feminismo e do socialismo como projeto da classe trabalhadora (MST, 2020), expressos na afirmação “Sem feminismo, não há socialismo!”. Sobre isso, o MST nos diz que:

Assumimos o Feminismo como um movimento político, que nos permite avançar na luta pela emancipação da humanidade. Desse modo, o Socialismo e o Feminismo são parte de nosso horizonte estratégico de transformação. Por isso afirmamos um Feminismo Camponês e Popular, insubmisso, socialista, que questiona as concepções patriarcais e burguesas, que são funcionais as políticas de exploração capitalista. Desse modo, a concepção Feminista que estamos construindo está fortemente vinculada a processos políticos, organizativos, de formação política e de lutas concretas, permanentes que alterem a vida social, econômica e política da classe trabalhadora e particularmente das mulheres trabalhadoras. (MST, 2020, p. 13).

As mulheres do MST, ao assumir o feminismo camponês e popular, vinculam-se diretamente à estratégia geral da classe trabalhadora. É importante fortalecer a participação política feminina, mas isso se dá no conjunto da organização. É defendido como um feminismo das trabalhadoras e trabalhadores, vinculado à ação política

---

<sup>11</sup>Conteúdo disponível no site formação em tempos de corona. <https://sites.google.com/view/mstformcaocvd19>

concreta e ao protagonismo da participação das mulheres, que é uma condição necessária para transformar a sociedade.

### 3 AS MULHERES NA CONSTITUIÇÃO DO MST

Neste capítulo será abordado um breve histórico do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, e, como se constituiu a participação das mulheres no Movimento. Nesse percurso de escrita e pesquisa, a intenção é de apresentar o processo que se construiu internamente na organização, num entrelace entre gênero, feminismo e luta pela terra apontando elementos sobre a trajetória construída pelas próprias mulheres na atuação, nos desafios e nas conquistas, buscando elencar questões que se configuram como participação e protagonismo feminino.

Nessa trajetória de participação e construção, as mulheres Sem Terra elaboram uma compreensão sobre gênero e feminismo, com bases no feminismo camponês e popular, e recolocam o significado do dia 8 de março como um dia de luta. Para discutir participação, protagonismo e emancipação é preciso também discutir o tema da diversidade que será apresentado no último subtítulo na intenção de apontar, mesmo que de maneira bastante resumida, alguns elementos sobre a diversidade no MST, os avanços e os desafios enfrentados na atualidade.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizou em janeiro de 1984, seu primeiro Encontro Nacional, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, na região sul do país. Com uma trajetória de 40 anos de lutas, conquistas e resistências, nasceu em um contexto de redemocratização no Brasil, depois de 20 anos de Ditadura Civil Militar no país. A ocupação da terra, constituiu-se como uma forma de luta, que contribui diretamente na consolidação organizativa do Movimento, tornando-se assim, um dos mais significativos movimentos de luta pela terra do Brasil.

A transformação social e a construção de uma sociedade sem exploradores e sem explorados, formam a base da estrutura dos objetivos da luta do MST. Tais pautas se movem em prol da construção coletiva de novos valores, da igualdade de direitos, de justiça social, combatendo todas as formas de discriminação, sejam elas sociais, raciais ou de gênero. E, nesse sentido, consideramos que a participação das mulheres é essencial para dar sustentação aos objetivos de luta conjunta, de forma participativa e igualitária.

Desde seu surgimento, o MST foi composto por mulheres, homens, jovens, crianças e idosos. A demanda da luta pela terra era uma realidade das famílias camponesas, as mulheres sempre estiveram presentes e atuantes não somente na

constituição do Movimento, mas na organização do assentamento, em vista de ter o espaço de produção e de vida que a conquista da terra significava. A participação das mulheres era efetiva na ocupação da terra, na organização do acampamento, e depois do assentamento (presentes nos atos de resistência).

No entanto, em sua primeira reunião da coordenação nacional, apenas duas mulheres foram indicadas para a tarefa de direção do movimento dentre vinte membros que fariam parte da direção nacional da organização (MST, 2010). Segundo o documento interno citado de sistematização do encontro, nesse período histórico, as mulheres “tinham duas funções básicas: garantir a permanência das famílias nos acampamentos e amenizar a violência nos conflitos” (MST, 2010).

Historicamente, as mulheres sempre estiveram presentes nos movimentos camponeses. Podemos citar como exemplo, Elizabeth Teixeira<sup>12</sup> que liderou as Ligas Camponesas, experiência de luta pela terra que antecede e influencia o MST. É importante considerarmos que na atualidade a aceitação e compreensão das lutas do feminismo dentro do campo agrário são complexas. Imaginemos então, quanto foi duro e penoso para as mulheres que deram esse pontapé nas lutas sociais no passado. Demarcaram na história muitos pontos fundamentais, como estratégias de sobrevivência, organização, estratégica de ações e fortalecimento de luta, que reafirmam como parte da história, muitas delas apagadas pelo machismo, pelo patriarcado e pelo latifúndio (Silva e Santos, 2020, p. 70).

Na realização do primeiro congresso do MST em 1985 em Curitiba/PR, com a palavra de ordem “Ocupação é a única solução”, a participação feminina representou, apenas 30%, dos integrantes do Movimento que estavam no encontro. Nesse contexto, as mulheres realizaram a primeira Assembleia das Mulheres Sem Terra, e na qual decidiram organizar grupos de base. Esses grupos, tiveram o objetivo de fortalecer a formação e a organização das mulheres Sem Terra no MST, que desembocou em 1986 na consolidação da Comissão de Mulheres, buscando discutir e ampliar os espaços de participação das mulheres no Movimento.

---

<sup>12</sup> Elizabeth Altina Teixeira enfrentou muitas adversidades, mas nunca se intimidou diante da violência dos proprietários de terra no interior da Paraíba. Ao contrário: a morte do marido João Pedro Teixeira, em abril de 1962, aos 44 anos, a motivou a seguir seu legado, intensificando a militância contra os abusos que atingiam os camponeses, torturados e vivendo em situação de quase escravidão. Site: <https://deolhonosruralistas.com.br>

Já em 1998, o documento “Normas Gerais<sup>13</sup>” que é um dos principais documentos do MST, expressou essa conquista da organização das mulheres, ressaltando a importância da participação igualitária nas instâncias, setores e grupos de base. Havia muitos fatores que evidenciam as contradições da classe trabalhadora também internamente. Permaneciam as contradições e os desafios de avançar na participação efetiva das mulheres nos espaços de decisão.

Na prática homens na liderança e nos cabos de enxada nas terras ocupadas; famílias inteiras chegando aos acampamentos. Não tinha escolha, pois a grave crise violentava o direito básico a alimentação e ao trabalho. Acampamentos cheios de vida, e lá estavam elas, as mulheres, e também mais invisibilizadas as LGBT sem terra. Combinava a intensa jornada de trabalho doméstico com a dor, o amor e a tarefa de linha de frente na contenção dos conflitos. Algumas poucas participavam das reuniões, tomavam a palavra, com a calça e a blusa larga, que nem sempre eram suas escolhas, mas uma espécie de senha, necessária para serem ouvidas, respeitadas como militantes [...]. (MST, 2018, p. 9)

Neste período histórico é importante perceber os estranhamentos e o papel das mulheres na organização, retomando a análise que a conquista do espaço não foi uma “permissão”, está mais vinculado ao enfrentamento desses sujeitos sociais que se rebelam, que conspiram e que forjam novos parâmetros de participação feminina alinhadas as lutas estratégicas. As questões no seio do Movimento Sem Terra expressam as contradições da classe, “enxergar a classe trabalhadora, não como um bloco homogêneo, mas no movimento das contradições sociais que formam os sujeitos da classe (MST, 2018, p. 9).

As desigualdades na participação das mulheres que são reproduzidas na organização, são resultantes das relações machistas e patriarcais na sociedade, e neste processo de construção da organização pelas pessoas que dela participam, as mulheres Sem Terra buscam construir seu protagonismo em todos os espaços e instâncias, enfrentando as contradições internas do próprio Movimento.

A participação massiva das mulheres em acampamentos aconteceu, em certa medida, pela necessidade de o Movimento mobilizar muitas pessoas em torno da luta pela conquista da terra. No entanto, essa experiência foi fundamental para que, diante da percepção da redução de sua participação nas instâncias organizativas nos

---

<sup>13</sup> “As normas gerais e os princípios organizativos” é um dos principais documentos do MST de nossa organização, pois reúne as características que dão identidade para nosso Movimento, aquilo que nos define e nos dá identidade. Características forma construídas pela prática e pela luta em nossa história. Este documento construído ao longo da luta pela terra e pela reforma agrária, e atualizado por nossas instâncias [...]. (MST, 2016, p. 7).

assentamentos, algumas das mulheres que haviam se envolvido nas mobilizações anteriores, quisessem retomar o seu papel ativo no MST. Tal realidade, ainda nos primórdios da trajetória do MST, mostra que foram as mulheres que tomaram a iniciativa em se organizar para discutir os problemas relacionados a sua participação, e aos seus direitos no interior do Movimento (Furlin, 2013, p. 259).

Neiva Furlin ainda afirma que no segundo Congresso, que aconteceu em 1990, o MST assume novas definições em relação a participação das mulheres, evidenciando que não bastava a conquista da terra, mas era “necessário lutar também por relações novas, como condição para transformações mais amplas” (FURLIN, 2013, p. 263).

É importante frisarmos aqui, que a questão da desigualdade de gênero é histórica, está enraizada na sociedade capitalista e patriarcal. Toledo nos explica sobre isso, quando diz que:

A origem da opressão das mulheres está, portanto, ligada a transformações ocorridas nas relações humanas desde as principais sociedades de que se tem notícia. As descobertas antropológicas permitem afirmar de que a mulher não nasceu oprimida, mas passou a ser por inúmeros fatores, dentre os quais se destacam as relações econômicas, que depois determinaram toda a superestrutura ideológica de sustentação dessa opressão: as crenças, os valores, os costumes, a cultura em geral. Em especial a opressão da mulher está vinculada a existência da propriedade privada dos meios de produção e apenas poderá ser superada com uma mudança total na estrutura das sociedades assentadas neste tipo de relação. (Toledo, 2017, p. 127).

Esta reflexão aponta que opressão das mulheres está aportada na dependência econômica, na pouca participação política nos espaços de decisão e poder, nas violências expressadas em diversas formas contra a vida das mulheres, na desvalorização do trabalho feminino, na apropriação pelo capitalismo do trabalho doméstico, na divisão sexual do trabalho, na discriminação racista e homofóbica, e na falta de autonomia sobre o corpo.

Desde os anos 1970, o feminismo vem ganhando força no Brasil, influenciando diretamente a própria organização e articulação das mulheres Sem Terra, que ainda buscam incorporar os debates sobre gênero nas referências das experiências históricas e revolucionárias. Porém, é importante ressaltar que, a incorporação do debate sobre feminismo no MST é assumindo posteriormente.

Dentre as principais bandeiras das mulheres Sem Terra, sempre esteve a luta pela terra. Em unidade com as mulheres do campo, outra bandeira que se soma é a

do direito de ser reconhecida como trabalhadora rural<sup>14</sup>. Enquanto que internamente no Movimento, foram pautando a necessidade de avançar na participação junto às instâncias organizativas, setores, nos processos cooperativos, na participação e representação nas direções estaduais e nacional, no reconhecimento do trabalho feminino e no combate de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

Nos acampamentos e assentamentos a vida era pulsante, as mulheres estavam inseridas na educação, na saúde, na produção, na mística, nas lutas, nos enfrentamentos e todos os processos do movimento, mas, essa inserção não necessariamente significava voz ativa nos processos decisórios, nas coordenações e instâncias. Nesse período, as mulheres pautaram, discutiram e enfrentaram as contradições internas da organização, conforme aponta a cartilha “A questão da mulher no MST” (1996), que identifica e apresenta os problemas da participação das mulheres, a falta de representatividade, e relaciona a questão da organização com as mulheres no conjunto da sociedade.

É importante destacar, que esse documento relaciona os problemas da participação das mulheres no MST naquele determinado momento histórico de 1996. Afirma, categoricamente que as mulheres lutam, mas não tem representatividade; que havia diferenças entre teoria e prática do MST; e que o trabalho com/sobre/das mulheres era considerado secundário. Afirma, ainda, que as causas dos problemas eram: a) sociais (preconceito histórico e atraso das relações sociais do campo); b) da própria organização (MST) com a falta entendimento do problema (maioria acha que não existe problema), falta de iniciativa em criar mecanismo de participação, e falta qualidade na formação de seus membros; c) das mulheres: medo de enfrentar os problemas (MST, 1996, p.3-4).

O documento ainda destaca, que houve avanços importantes, pontuando as seguintes questões: a) conscientização de que existiam problemas e estavam sendo construídos caminhos para enfrentar a discriminação; b) a preocupação existente no MST em debater o problema de forma política (relação intrínseca entre gênero e luta

---

<sup>14</sup> As mulheres do MST assumiram algumas lutas específicas em conjunto com as mulheres da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Foram elas: campanha nacional de documentação das mulheres; campanha de cadastro e título da terra em nome da mulher; mobilização do dia 12 de agosto; mobilização do dia 08 de março, colocando como bandeira de luta o dia de luta o dia das mulheres com caráter de gênero (Furlin, 2013). Em 2003, A ANMTR converte-se em MMC - Movimento de Mulheres Camponesas. Neste período também a Via camponesa se fortalece como espaço de articulação das mulheres camponesas.

de classes) e séria (do ponto de vista científico); c) a qualidade do debate que as lideranças femininas iniciaram (MST, 1996, p.3-4).

No interior do Movimento, com o passar do tempo e com as discussões, o debate de gênero vai se tensionando. A Comissão de Mulheres criada em 1986, tornava-se, então, o Coletivo de Mulheres no início dos anos 1990, e, posteriormente, o Coletivo de Gênero em 1998. No ano 2000, as formulações e cartilhas são do então Setor de Gênero, que não muda apenas a nomenclatura, mas avança na organicidade interna com a intenção de ampliar a compreensão, e também o debate e a abrangência acerca da questão de gênero, tema que necessitaria ser encarado e discutido, por mulheres e homens em todas as instâncias e espaços do Movimento. E, para isso, os homens deveriam estar presentes nos processos formativos, como parte da estratégia para avançar na construção de novas relações, e assim ampliar a participação das mulheres.

Importante destacar que o MST, ao incorporar esse debate, busca vincular o tema gênero e o tema classe. As cartilhas e materiais de 1996, abordavam o conceito de gênero apontando os avanços das linhas políticas do MST. Nos documentos da época e no programa agrário ponderavam sobre a questão de gênero, as definições estratégicas do Movimento, expressas nas seguintes propostas de ação:

Nossos objetivos estratégicos. a) construir novos valores no cotidiano (família, militância, direções, postura pessoal). b) tratar a questão de classe e gênero enquanto um princípio. c) massificar e qualificar a participação das mulheres. d) dar organicidade à participação das mulheres. (MST, 1996, p. 7).

Todas essas propostas citadas acima, são intrínsecas à própria trajetória do Movimento, e a suas principais definições políticas e estratégicas, não por acaso ou pelo registro apenas, mas pela própria organização interna das mulheres, e também por pressões externas do período. Furlin, ainda contextualiza esse período, citando que:

Em maio de 1996, após o III Congresso, as mulheres-mais articuladas e contando com o apoio do Movimento – realizaram o I Encontro Nacional das Mulheres do MST, no qual começaram a falar em gênero e a discutir as causas da discriminação entre homens e mulheres com o intuito de entender como, historicamente, foi-se construindo a dominação de gênero e como essa discriminação foi se manifestando na sociedade em geral e no MST. Desse encontro resultou a aprovação de alguns encaminhamentos práticos e a elaboração de um plano de trabalho, impresso em uma espécie de cartilha com o título: “A questão da mulher no MST”. Tal material foi destinado não somente às mulheres, mas a todos os membros do movimento, e deveria servir como roteiro de estudo e reflexão nos grupos de base. Essa cartilha

relata como a condição das mulheres foi discutida pelo MST em seus diferentes documentos. (Furlin, 2013, p. 264).

São as mulheres as protagonistas dos processos emancipatórios construídos no seio do Movimento, e no ano 2000, é criado o Setor<sup>15</sup> de Gênero, compondo a organicidade do MST. Essa ação não significou apenas um passo organizativo interno, ou uma simples concessão, está relacionada à demanda concreta que foi construída pelas próprias mulheres, diante do desafio de construir novas relações de gênero articuladas a novas práticas, e novas relações de poder.

A organização dessas pautas na forma de Setor, buscava garantir a presença das mulheres e dos homens, desde a nucleação de base até o Setor nacional. A participação conquistada, no período anterior deveria se traduzir em participação efetiva das mulheres nos espaços de decisão, e os homens, participando nas instâncias, deveriam ser parte dessa construção. Desse período, surge-nos alguns estranhamentos: Um recente documento sistematiza algumas inquietações do período nas seguintes palavras: “[...] a linha política pra participação no setor é pra mulheres e homens, mas o masculino não comparece [...], mas quando comparece quer dar linha e isso a gente não vai deixar, pois como fica nosso protagonismo? [...] e essa história do feminismo?” (MST, 2018, p. 9).

A construção do protagonismo das mulheres e a luta pela Reforma Agrária vai avançando com os caminhos construídos pelas próprias mulheres. As linhas políticas do setor de gênero, aprovadas em 2000, buscavam avançar no debate das relações de gênero. Esse documento tem como centralidade a conquista de direito, a formação e a participação política,

[...] Figuram neste documento os direitos de cunho econômicos, como a titulação em nome do casal e o debate de crédito pela família, ou o recebimento igual por hora trabalhada e socialização do trabalho doméstico; direitos de cunho político como participação igualitária nas direções das associações e cooperativas, em setores, cursos, até paridade nas instâncias. (MST, 2018, p.17).

Outra questão importante é a conquista efetiva de 50% das mulheres nos cursos, encontros e instâncias de base. E em 2006, há mais uma importante conquista de protagonismo feminino na organização, quando foi definida a paridade de gênero

---

<sup>15</sup> Os setores são parte da estrutura organizativa do MST, com representantes a nível estadual e nacional, uma das funções dos setores descritas no caderno na cartilha – Normas e princípios do MST - (2016) é: “Cada Setor deverá, em conjunto com toda a Organização, elaborar e manter atualizadas as linhas políticas e as suas normas de funcionamento”.

na composição da Direção Nacional<sup>16</sup> do MST, espaço importante quanto à tomada de decisões e condução da organização.

O processo até então construído permitiu que em 2015 as dirigentes nacionais discutissem as linhas políticas do setor de gênero (MST, 2018), considerando que havia novas sujeitas e sujeitos se organizando, e reivindicando o espaço que lhe era de direito dentro da organização. E esses são os sujeitos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais e Assexuais e outras (LGBTQIA+), que sempre estiveram presentes na luta pela terra e no MST, e em 2015 organizam o seminário “A Diversidade sexual e o MST” na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). “A partir de então as diversas atividades realizadas pelas LGBTQIA+ apontam para a necessidade de repensar a organicidade” (MST, 2018, p. 18), o que provocará uma reflexão e reorganização coletiva das linhas políticas do setor de gênero<sup>17</sup>, buscando abarcar efetivamente à diversidade do Movimento.

Ao incorporar e assumir a palavra feminismo nos debates, e as preocupações que o conceito estivesse articulado intrinsecamente à luta de classes, as mulheres reconhecem a necessidade de avançar em seu processo organizativo, político e na formação política e ideológica. A construção do curso Feminismo e Marxismo, contribuiu ativamente para isso, recolocando o feminismo no horizonte, assim como a luta pela transformação da sociedade e pelo socialismo.

Em 2007, o curso tem sua primeira experiência, mas é somente em 2015/2016, que se torna um espaço importante, de discussão e formulação das novas linhas do setor de gênero. Esse processo formativo, passa a ser realizado pelas mulheres Sem Terra nos estados e nas grandes regiões, no intuito de ampliar a participação, a formação e os debates. No RS em 2017, foi realizado o curso Feminismo e Marxismo da região sul em Viamão<sup>18</sup>.

O curso tinha como objetivo a formação das mulheres militantes do MST para o enfrentamento as violências e ao machismo. Os principais debates foram os desafios na construção do movimento enquanto instrumento político de luta, a descriminalização do aborto, a Reforma Agrária Popular e a alimentação saudável, os tipos de violência na vida das mulheres e o trabalho doméstico no pensamento Marxista. (Stasiak, 2017, n/p).

---

<sup>16</sup> Direção nacional. “Terá uma composição de um homem e uma mulher por estado onde o MST está organizado” (MST, 2016).

<sup>17</sup> Linhas políticas do setor de gênero atualizada em 2018 em anexo.

<sup>18</sup> Curso realizado no assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão que compõe a região metropolitana do MST.

A partir disso, podemos dizer que o curso Feminismo e Marxismo desempenha um importante papel na compreensão dos conceitos que serão assumidos pelas mulheres Sem Terra. Por sua vez, o conceito feminismo precisa refletir as questões da prática e da ação política das mulheres Sem Terra, construindo assim condições efetivas de participação. A contribuição histórica das mulheres revolucionárias e feministas colabora neste debate.

Considerando que, o enfrentamento ao machismo e ao patriarcado perpassa também as fileiras do MST, e diante da importância e necessidade de ampliar o debate entre e com os homens, foi organizada a primeira experiência de assembleia dos homens em 25 de janeiro de 2017, durante a reunião da coordenação nacional do Movimento em Fortaleza, no estado do Ceará. As Assembleias dos Homens, se constituíram a partir de então, em espaços de debate e estudo sobre os temas do machismo, patriarcado e violências contra as mulheres, entre outros. A crônica de Rafael Villas Bôas, apresenta a assembleia em sua mística e intencionalidade,

A plenária da reunião da coordenação nacional do MST estava repleta de homens. Era noite. Ventava. As ondas arrebatavam em nossas costas, próximo dali. Metade das cadeiras estava vazia. Havia tensão no ar. Elas não estavam. O problema não era estarmos muitos homens juntos, pra discutir. A questão era o motivo. Assembleia dos homens. Enquanto elas se reuniam no refeitório. Assembleia das mulheres. Pra fazer o que? Discutir nossos problemas? Por que não fazermos isso juntos? Pra que separar? Até normal elas se juntarem pra discutir os problemas delas, mas daí querer que a gente faça isso também? Uma delas veio explicar a intenção. Dirigente, explicou a razão, o método. Não era um convite, nem um pedido. Era um encaminhamento, dando início à nossa assembleia. (Villas Bôas, 2017, n/p).

Como vimos acima, de início houve o estranhamento por parte dos homens, muitos questionamentos do motivo de realizarem a assembleia dos homens, porém, também foi compreendido esse processo como um momento que marca a construção de novos espaços necessários de debates na organização. Essa experiência das assembleias, foram realizadas e reproduzidas também nos estados, durante as reuniões de direção estadual, nos encontros e centros de formação, tornando-se parte intrínseca à própria trajetória do Movimento.

As assembleias de mulheres, os encontros nacionais e/ou estaduais são espaços de protagonismos feminino. De debates, aprofundamentos e elaborações sobre os conceitos de gênero, de feminismo camponês e popular, mas também de reflexões coletivas sobre as raízes históricas da opressão, do patriarcado, do racismo, de estudos, espaços importantes para discutir e projetar a construção do feminismo para o conjunto do Movimento.

Outro marco histórico importante foi o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, realizado em março de 2020<sup>19</sup>, foi resultante de um intenso trabalho de base, um processo de fortalecimento da identidade das mulheres, com caráter formativo, organizativo e de luta. O lema “Mulheres em luta, semeando resistência”, expressava não somente o caráter do encontro, mas o momento histórico enfrentado.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, o Brasil enfrentou muitos retrocessos contra as mulheres, os camponeses, os indígenas e os quilombolas. Dentre tantos retrocessos e violências, a seguir destacamos alguns, que impactaram diretamente as mulheres do campo: a) o avanço do agronegócio em territórios indígenas, quilombolas e camponeses; b) a liberação do uso de inúmeros agrotóxicos, inclusive muitos que estão proibidos em outros países; c) a retirada constante de direitos, juntamente com a precarização do trabalho; d) os conflitos no campo e as violações dos direitos humanos, fortalecidas, respaldadas pelo discurso de ódio; e) o avanço da intolerância religiosa; f) a naturalização da violência contra mulheres; g) a LGBTfobia.

De ( acordo com o site Fundo Brasil, desde a última eleição, 51% das pessoas LGBTQI+ relataram ter sofrido algum tipo de violência motivada pela sua orientação sexual ou identidade de gênero. Dessas, 94% sofreram violência verbal, e em 13% das ocorrências as pessoas sofreram também violência física<sup>20</sup>.

Em 2019, sob a liderança de Bolsonaro, a repressão, o autoritarismo, o moralismo e os índices de violência contra as mulheres aumentaram no Brasil. No primeiro semestre do novo governo, os casos de feminicídio aumentaram em 44% na maior cidade do país (São Paulo), comparado com o ano anterior. Em um país em que a cada 4 segundos uma mulher é agredida, o investimento em políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres caiu de 119 milhões de reais em 2015 – ainda sob o governo do Partido dos Trabalhadores – para 5,3 milhões em 2019. Os programas de atendimento a mulheres em situação de violência do Ministério da Mulher tiveram, no mesmo período, um recuo orçamentário de 34,7 milhões de reais para apenas 194,7 mil reais. O investimento em creches e pré-escolas também teve drástica diminuição, o menor da última década: o repasse para a construção de novas unidades caiu de mais de 506 milhões de reais no primeiro semestre de 2014 para apenas 10,2 milhões de reais no mesmo período em 2019. Este novo cenário, de maior descaso e de cortes no que atinge diretamente a vida e as condições de trabalho das mulheres, vem acompanhado de um processo de ampliação do conservadorismo e autoritarismo político, social e cultural, e exigirá um novo patamar de resistência e organização das mulheres no país. (Tricontinental, 2019, p. 13).

<sup>19</sup> Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra realizado em Brasília nos dias 05 a 09 de março de 2020 contou com a presença de mais de 4.000 mulheres de 24 estados do Brasil, e mais de 500 convidadas, apoiadoras e representantes de organizações de mulheres camponesas e feministas do Brasil e de outros países.

<sup>20</sup> Dados sobre a violência LGBTQI+ disponíveis em <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>.

A violência contra as mulheres, o avanço de ideias conservadoras e retrógradas sobre o papel da mulher na sociedade, os crimes de ódio e racismo, o aumento das desigualdades, da pobreza e da fome são alguns dos exemplos dos últimos anos do Brasil.

As Mulheres Sem Terra, durante seu encontro nacional se colocaram em luta, realizaram marchas em Brasília, em conjunto com as mulheres urbanas e de outras organizações populares, e ações de denúncia contra a paralisação da Reforma Agrária. O encontro em sua metodologia, foi permeado de mística, debates, depoimentos, intervenções, oficinas, trocas de experiências, atividades culturais, formação e luta.

Durante a entrevista realizada para esta pesquisa, uma das mulheres Sem Terra, mãe, assentada na região metropolitana de Porto Alegre, educadora e militante descreve a importância do encontro:

Eu acho que o encontro nacional, da forma que ele foi construído, a partir dos debates e da inserção, o papel fundamental dele para mim foi de reafirmar o papel histórico das mulheres na construção do Movimento. Então é como se fosse ficar uma enxada, como se toda vez dizer que estamos construindo esse Movimento, por isso que todas as mulheres estão aqui. O segundo, ao mesmo tempo ainda é denunciar aquilo que a gente precisa superar, seja participação, seja violência, seja a necessidade da gente pensar mais formas para que todas as mulheres participem desde a base. Eu acho que ele tem esses dois vínculos. Mas o terceiro tem a ver com esse momento que esse debate da participação das mulheres na sociedade também vai ganhando força, pela questão da participação social da perspectiva das mulheres fazer um enfrentamento na sociedade como a gente não é uma ilha. A gente também sempre esteve no Movimento Sem Terra, mas também a gente consegue uma força maior no sentido da compreensão de poder se posicionar. Mas com certeza ele é um marco no sentido de dizer: olha, essas mulheres sempre ajudaram na construção desse Movimento e vão continuar ajudando, mas elas querem ter mais espaço, mais voz, ser ouvidas, vai um pouco nesse sentido. (Entrevistada Flora, 2022).

Esse encontro organizado e protagonizado pelas mulheres reafirmou a luta pela reforma agrária, pela transformação da sociedade, contra o agronegócio e o capital (MST, 2020, p. 7-8) e em defesa da reforma agrária. As linhas políticas gerais do encontro foram as seguintes:

- a) Lutar contra a violência do capital sobre nossos corpos e territórios;
- b) Lutar contra a reprodução do capital no campo, o agronegócio, hidronegócio e o mineronegócio;
- c) Compreender, aprofundar e consolidar o debate do Feminismo Camponês e Popular na construção da reforma agrária popular;
- d) Nos colocarmos em movimento para a construção e consolidação da jornada Nacional de Trabalho de Base, por meio da formação política da militância, da confraternização e do intercâmbio cultural das diferentes regiões do país;

- e) Avançar na compreensão e elaboração sobre o patriarcado e o racismo como elementos estruturantes do capitalismo;
- f) Seguir construindo nosso projeto de Reforma Agrária Popular, que implica em outras relações com a natureza e entre os seres humanos, produzindo alimentos saudáveis, através da agroecologia;
- g) Reafirmar a importância da participação da juventude, das mulheres, negras e negros, LGBT na construção da reforma agrária popular e no enfrentamento a todas as formas de violência;
- h) Manter vivo os princípios e valores humanistas e socialistas, entre nós e com os povos em luta e resistência. (MST, 2020, p.7-8).

Os avanços conquistados ao longo da trajetória histórica das Mulheres Sem Terra, refletem a perspectiva em avançar nas mudanças estruturais, e também nas mudanças internas necessárias no Movimento. Essas questões vão se materializando e se anunciando de diversas formas, dentre elas, destacamos algumas, as quais são: as lutas coletivas contra o capital, as formas organizativas que vão sendo reinventadas e expressadas na organização de grupos produtivos de mulheres, nos debates e enfrentamentos contra todas as formas de violência cometidas contra as mulheres e os sujeitos LGBTIQA+, no aprofundamento da formação teórica, embasada no feminismo revolucionário e suas correntes históricas, demarcando o feminismo camponês e popular, no combate ao machismo, ao racismo e com as diversas formas de intervenção nas atividades, encontros e seminários estaduais e nacionais, na projeção de lideranças femininas, na valorização e resgate de lutadoras que antecederam este período histórico, e na construção cotidiana de companheirismo, solidariedade nos processos que possibilitam a reflexão coletiva, que valorizam as experiências até então construídas, que possibilitam revisitar o que já foi construído, e avançar na construção de linhas políticas que garantam a participação feminina no conjunto da organização.

### **3.1 Agronegócio: que explora a terra e a vida das mulheres**

A vida camponesa é cada vez mais atravessada pelo agronegócio e suas máquinas avassaladoras da vida humana e do meio ambiente. Desde os tempos da modernização da agricultura e o pacote da indústria agrícola, com os agrotóxicos, o alto rendimento da produção agrícola com a exploração constante da terra e a transgenia, por exemplo, são pontos determinantes para a produção agrícola expansiva hegemônica atualmente no Brasil.

Dito isso, aqui propomos algumas reflexões em torno do agronegócio, fundamentais para compreendermos esse contexto na vida das Mulheres Sem Terra na contemporaneidade, e suas relações intrínsecas que circunscrevem as vidas, lutas e resistências em áreas de Reforma Agrária Popular, onde o agronegócio afeta diretamente e constantemente a vida de todas as pessoas e do meio ambiente.

De início, é importante compreendermos que o agronegócio é um modelo agrícola hegemônico em nosso país. Na Cartilha do Programa Agrário do MST, há um trecho que nos ajuda na compreensão da relação do agronegócio com a questão da terra no Brasil.

Esse modelo agrícola do agronegócio subordinado ao capital internacional foi ainda mais potencializado a partir da crise mundial de 2008, pois um enorme volume de capital fictício, especulativo veio ao Brasil se proteger e aplicaram em terras e recursos naturais. Por outro lado, aplicaram nas bolsas de mercadorias agrícolas e especularam com estoques. Isso tudo elevou os preços médios das mercadorias agrícolas, aumentou a renda da terra e o preço da terra, e se constituiu numa barreira a mais, para o processo de democratização da propriedade da terra. Ao contrário da visão de que a questão agrária está resolvida, estamos assistindo na última década, a uma concentração ainda maior da propriedade e um processo célere de desnacionalização da propriedade da terra. (MST, 2014, p. 30).

Não é de hoje que a terra é uma mercadoria disputada pelo capital, e o agronegócio utiliza todas as suas ferramentas de dominação para ampliar o seu poderio, seja na concentração de terras, exploração dos bens da natureza e da força de trabalho dos trabalhadores. Kelli Mafort (2013), nos coloca outros pontos importantes a serem considerados nessa relação crucial, quando diz que:

Por intermédio do agronegócio, intensificaram-se as atividades baseadas na monocultura, na concentração da terra e da riqueza social, na exploração da força de trabalho e na produção destinada à exportação. Tais características, já históricas do processo de produção agrícola no Brasil, vêm sendo ativadas por elementos exponenciais do atual padrão de acumulação do capital com destaque para a forte industrialização da agricultura, marcada, pela utilização da transgenia, da utilização intensiva de agrotóxicos e da exportação de commodities, sob o financiamento dos grandes bancos e com a presença de empresas transnacionais. (Mafort, 2013, p. 15).

Compreendendo também que o agronegócio avança em todo o território nacional, inclusive sobre as áreas de reforma agrária, como os assentamentos, por exemplo. Instigando os assentados a serem aliados na produção agrícola que utiliza um padrão de agricultura baseado no uso de agrotóxicos e faz um uso da terra levando-a em poucos anos a sua exaustão.

O projeto mantido pelo capital para que haja de forma massiva essa apropriação dos bens naturais faz com que, cada vez mais, o agronegócio avance em todos os lugares, causando, assim, uma enorme devastação por onde passa.

Mafort, nos explica sobre isso, quando diz que:

A perspectiva política do projeto do agronegócio tem impactado diretamente os movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso à terra e pela realização da Reforma Agrária. Tais impactos atingem os trabalhadores e as trabalhadoras rurais Sem Terra, os assentados e as assentadas, as comunidades indígenas, as comunidades tradicionais e quilombolas, os pescadores artesanais, os atingidos e as atingidas por barragens, os pequenos agricultores e as pequenas agricultoras, as comunidades extrativistas, os assalariados e as assalariadas rurais, bem como o proletariado do agronegócio, em geral. (Mafort, 2013, p. 80).

É importante compreendermos que, com esse avanço do agronegócio nas áreas de reforma agrária, causando uma disputa pelas terras improdutivas, e assim contribuem para que se intensifique a luta de classes no ambiente político e econômico no país. Ou seja, “o agronegócio também avança sobre os assentamentos, seja na forma de arrendamento das terras, seja na forma da integração econômica, ou seja, via a introdução do seu modelo técnico-produtivo nos assentamentos” (Martins, 2017).

De forma geral, podemos dizer que o modelo agrícola do agronegócio possui algumas características dominantes, dentre elas, destaca-se a monocultura, a exportação de *commodities*, a biotecnologia, e sua produção agrícola forjada em bases químicas, mecânicas e genéticas (Martins, 2017). Um mercado rentável, altamente dependente do Mercado Internacional e de Políticas Públicas, e também um modelo tecnológico insustentável, uma vez que o alto uso de agrotóxicos e fertilizantes degrada não somente a terra, mas também a vida dos seres humanos e de toda a natureza.

O MST, tem como proposta uma outra alternativa de modelo de produção agrícola, pautada pela agroecologia, colocada como ponto fundamental da Reforma Agrária Popular, compreendendo-a não somente como um modelo de produção agrícola, mas como um projeto de vida.

### **3.2 As lutas do 8 de março: mulheres Sem Terra contra o Capital**

O avanço do capital no campo, a expropriação da terra e dos bens da natureza pelo agronegócio, impedem o avanço da Reforma Agrária e da manutenção na terra

dos camponeses, indígenas, quilombolas, pequenos agricultores e comunidades tradicionais. Esse projeto neoliberal para o campo, atinge diretamente as mulheres, que em ato de resistência, no 8 de março de 2006, passam a fazer enfrentamentos a esse modelo com a histórica ação das mulheres destruindo as mudas de eucalipto no viveiro da Aracruz Celulose, colocando a luta das mulheres Sem Terra e da Via Campesina em um novo patamar. Com essa ação, as mulheres enfrentaram muitas críticas, principalmente da mídia que “tratou a ação como um crime e defendeu a empresa, ignorando os impactos da monocultura para a população e o meio ambiente, alguns setores da sociedade ainda não compreenderam a importância da destruição do viveiro da Aracruz” (Costa, 2011).

As ações anteriores, de acordo com Costa (2011), eram no sentido de afirmar a presença das mulheres nos diferentes setores na perspectiva dos direitos, neste momento histórico a luta contra o capital ganha maior centralidade. Mafort (2013), detalha o contexto da ação, contextualizando que:

A partir de março de 2006, as mulheres do MST lançaram-se, em conjunto com a Via Campesina, na construção de uma resposta à realidade objetiva da luta por Reforma Agrária. Durante a realização do encontro internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), para discutir a Reforma Agrária e o desenvolvimento rural, que ocorreu em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, as mulheres protagonizaram uma ação política fundamental no enfrentamento às transnacionais. Cerca de duas mil mulheres, militantes das várias organizações que compõem a Via Campesina no Brasil, ocuparam o Horto Florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul. (Mafort, 2013, p. 85).

O 8 de março, é uma data histórica de lutas e conquistas das mulheres trabalhadoras, marcada pelas greves e lutas contra as longas jornadas de trabalho, e também pelas fortes repressões sofridas em suas vidas, sobretudo essa data é resultante da ação organizada das mulheres. Segundo Gonzalez:

Primeiro, o dia Internacional da Mulher tem suas origens, indiscutivelmente, no movimento internacional de mulheres socialistas do final do século 19 e início do século 20. E tinha como finalidade específica promover a luta pelo direito ao voto da mulher, sem nenhum tipo de restrição baseada no nível de riqueza, de propriedade ou de educação. (Gonzalez, 2010, p.115).

A narrativa histórica sobre a origem do 8 de março, é também uma disputa ideológica, que busca, por um lado, harmonizar as desigualdades de gênero e classe, tornando a data um dia de homenagens comerciais. Por outro lado, apresenta-se para as trabalhadoras como um dia de luta, de homenagens as lutadoras que antecederam e de enfrentamento ao patriarcado e ao capital. Essa data, por tanto, não é uma

benesse do capitalismo para as mulheres, ela é resultante das lutas contra as opressões, contra as desigualdades de gênero, e contra as injustiças e exploração da mulher.

As lutas no Dia Internacional da Mulher – 8 de março –, são parte constitutiva do protagonismo e da luta emancipatória das Mulheres Sem Terra, demarcando o processo organizativo vivenciado em suas contradições, avanços e reflexões, diante da materialidade enfrentada no campo, e da luta pela Reforma Agrária em seu vínculo com a estratégia e definições do MST. O qual cita que:

Numa organização, [...] que tem a compreensão de que a luta pelo feminismo coincide com a luta pelo socialismo e como tarefa a construção de relações igualitárias de gênero, é preciso impulsionar a auto-organização das companheiras e de outros sujeitos da luta que carregam as marcas do patriarcado, como os sujeitos LGBT, criando condições para que qualifiquem sua militância pela formação e processos de luta, criando condições para a sua participação efetiva nas atividades de organização e direção do MST, das bases às instâncias nacionais: rumo a igualdade de gênero. (MST, 2018, p. 25).

As mulheres Sem Terra reivindicam a data como um dia de luta contra o agronegócio e contra o capital, em defesa da vida. “As lutas do ‘Oito de março’ com o protagonismo feminino vêm ganhando cada vez mais visibilidade, e vem também se refletindo no cotidiano da vida das mulheres e do Movimento” (Witcel, 2019, p. 72). São espaços de reafirmar o papel da mobilização, organização e trabalho de base, realizados pelas mulheres Sem Terra como parte essencial de sua trajetória organizativa, como nos mostra o trecho a seguir da Cartilha do Setor de Gênero do MST,

Ao longo da história do 8 de março, podemos destacar alguns momentos de enfrentamento ao latifúndio, aos transgênicos, ao agronegócio, às monoculturas da celulose e da soja, contra os agrotóxicos, em defesa da agroecologia e da alimentação saudável, além de denúncia de todos os tipos de violência. Assim, as mulheres Sem Terra estão avançando na emancipação e na consciência de luta. (MST, 2018, p. 15).

Nas lutas do 8 de março, protegidas apenas com lenços no rosto, as mulheres Sem Terra representam a resistência na luta pela terra e de construção da Reforma Agrária Popular, com a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, no cuidado do ser humano e da natureza, na democratização das terras, contrapondo o modelo do agronegócio que explora os bens da natureza e expulsa o camponês de

suas terras com o objetivo de obtenção de mais lucros na reconcentração e mercantilização da terra e da biodiversidade.

### 3.3 O tema do trabalho feminino no campo sob o olhar das mulheres

O contexto de desigualdade no campo atinge homens e mulheres de maneiras diferentes. A divisão sexual nas famílias no campo ainda estão calcadas no papel do homem e no papel da mulher construídos historicamente pela sociedade burguesa. É verdade também que houve avanços significativos na compreensão dos papéis de gênero. Porém, estes avanços não são suficientes para extinguir a violência contra as mulheres em suas mais diversas faces, seja a violência física, emocional ou econômica. Estes avanços também não inibem as situações de homofobia que têm ceifado a vida de jovens gays e lésbicas como foi o caso do jovem Lindolfo Kosmaski<sup>21</sup>, de 25 anos, assassinado em maio de 2021, no PR. Também não inibem os problemas atuais da sociedade capitalista. Os territórios de reforma agrária, por estarem inseridos nesta sociedade, não são isentos destas problemáticas, mas diferenciam-se pela constante busca da superação, do enfrentamento às questões de violência, pela busca de construir novas relações humanas, sociais e novas relações de gênero.

De modo geral, as mulheres estão ligadas às tarefas que dizem respeito à produção e à reprodução da vida. Por exemplo, num lote, numa pequena propriedade, onde se concentra a biodiversidade? Onde se concentra o trabalho da família (mulheres, homens, crianças, jovens, idosos)? Onde se concentra a renda? Via de regra, o trabalho feminino (em atribuições e tempo) está concentrado em subsistemas dedicados à reprodução e auto sustentação da família (a casa, a horta, o pomar, os pequenos animais – porcos, galinhas [...]). Nestes subsistemas estão concentrados a Biodiversidade e a Soberania Alimentar, que são pilares da Autonomia da família. E isso é controlado, organizado e realizado pelas mulheres (a chamada renda não monetária). Representam uma economia, trabalho e exploração ocultos, invisíveis, sem voz. A renda, o poder e a tomada de decisões estão concentrados no trabalho masculino, e isso é visibilizado, vinculado à produção da renda monetária dentro da família, o que resulta em uma lógica patriarcal de produção e exploração familiar. (Hadich, 2021).

---

<sup>21</sup> O assassinato do Lindolfo não é um caso isolado. Segundo levantamento do grupo Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia, divulgado no dia 14 de maio, em 2020 houve o registro de 237 mortes violentas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Foram 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%), e aumento de travestis assassinadas. Ao todo, 161 travestis e mulheres transsexuais (70%), 51 gays (22%), 10 lésbicas (5%), 3 homens transsexuais (1%), 3 bissexuais (1%) e 2 homens heterossexuais confundidos com gays (0,4%). <https://mst.org.br/2022/05/05/ato-no-pr-cobra-justica-pelo-assassinato-de-lindolfo-kosmaski-nesta-sexta-feira-6/>

O trabalho feminino no campo é visto por vezes como “ajuda”, mesmo as mulheres ocupando espaços importantes na produção do lote e da geração da renda da família. Prevalece ainda, com algumas especificidades, a divisão sexual do trabalho que designa ao homem o papel de provedor da família, responsável pelos trabalhos vistos como pesados e na lavoura, e à mulher a tarefa dos cuidados da casa, dos filhos, dos idosos, do cultivo da horta. E cabe ao homem a tarefa de gerir os recursos da família, de tomar as decisões de gestão e de produção, seja do lote ou de outros espaços que a este estejam vinculados, nos colocando a pensar sobre os espaços de participação e de protagonismo das mulheres. Essa invisibilidade do trabalho feminino é um elemento importante para compreensão das relações de gênero e suas estruturas patriarcais no campo conforme aponta Mafort (2019).

As trabalhadoras do campo, organizadas, foram construindo uma trajetória na qual os elementos – mulher, terra e luta se misturam e se constituem como sinônimos de uma radicalidade que educa. No campo elas estão entre as mais precarizadas, num universo de trabalhadores historicamente precarizados e empobrecidos. A divisão sexual do trabalho invisibiliza o trabalho das mulheres e ao mesmo tempo se favorece dele; as principais ocupações das mulheres rurais estão relacionadas aos cuidados com a família, a casa, o quintal, e o autoconsumo, atividades reprodutivas sem remuneração, mas de fundamental importância econômica, sendo condição fundamental para reprodução do capital. As mulheres também se ocupam de outras atividades, tais como artesanato, pesca, extrativismo, produção de alimentos, produção de queijos, doces e compotas, criação de animais, apicultura, cultivo e manipulação de ervas medicinais e condimentares, comercialização (feiras, cestas, vendas pela internet), para citar algumas atividades, mas em geral, sua participação é considerada como mera ajuda e seus rendimentos são os menores. (Mafort, 2019, p. 78).

Segundo a autora acima, a situação das mulheres negras no campo é ainda mais desigual, “o que explicita os elementos resultantes de uma sociedade patriarcal, machista e racista” (Mafort, 2019, p. 79), elementos que nos ajudam a compreender como o capital atinge a todos e todas, mas com algumas especificidades que devem ser levadas em conta em vista da estratégia que supere tais relações, mas que estão imbricadas nas questões cotidianas que precisam ser consideradas.

Neste sentido, a particularidade da questão das mulheres da região metropolitana expressa uma condição feminina ampla, resultante das relações sociais deste período histórico. Nos interessa aqui compreender e elencar os elementos de participação, de avanços, de contradições específicas e também compreender a questão da atualidade da luta de gênero e classe.

No intuito de dialogar com os elementos da participação das mulheres da região metropolitana de Porto Alegre, podemos afirmar que mesmo com processos de

coletivização do trabalho, em algumas cooperativas, por exemplo, ainda cabem às mulheres as tarefas nos refeitórios coletivos, nas cirandas infantis, nas padarias. Porque não importa o local, algumas tarefas são impostas como tarefas de mulheres. Os processos de rompimento desta lógica também está evidenciado nestas cooperativas em tarefas antes exclusivamente masculinas com a participação das mulheres na administração, na presidência, nas agroindústrias.

O MST é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina segundo o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA). As mulheres, apesar de ter participação também neste processo produtivo, não são apontadas como as responsáveis pela produção. Em alguns espaços encontram dificuldades de participação nos processos de gestão e organização da produção, bem como na comercialização deste produto. A predominância masculina na produção do arroz pode não significar que esta é a maior fonte de renda família. Mas também não se trata de apenas dizer onde as mulheres estão participando ou não, mas compreender como é a inserção delas nas linhas de produção, quais as dificuldades, compreender os fatores que determinam esta inserção ou não.

Na reportagem de Ariane Silva<sup>22</sup> (2020) ao entrevistar a assentada Alcinda Soares sobre a produção e comercialização do arroz em um momento de alta no preço, pontua a importância de ela ser mulher em um cargo de gestora num setor sempre dominado pelo machismo. As mulheres estão inseridas na produção, no beneficiamento e na comercialização, conforme apontado pela assentada Alcinda, destacando os entraves da participação das mulheres e trazendo presente alguns avanços já conquistados, como por exemplo a geração de renda e a própria gestão desta pelas mulheres

Entre as 10 famílias e 22 sócios da cooperativa, mulheres são metade, mas ainda minoria entre o grupo maior que faz o planejamento da produção. 'Aqui o valor da hora trabalhada da mulher é o mesmo que do homem, nenhum setor ganha mais que o outro', explica. 'O feminismo é um trabalho constante', diz ela, que recorda tempos difíceis do passado, quando só os homens tinham conta no banco e recebiam em nome delas. 'Mudamos essa condição coletivamente e cada uma tem sua conta. Quando cheguei no movimento, eu e muitas de nós nem sabíamos como era isso, a importância'. (Soares, 2020).

No município de Nova Santa Rita há quatro assentamentos com 281 famílias assentadas. A organização das mulheres teve início "principalmente pela necessidade de organizar a produção do lote, a subsistência familiar ou como fonte de renda,

---

<sup>22</sup> Fonte: Brasil de fato disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/> acesso em 6 de junho de 2021;

considerando também a proximidade com a casa e o trabalho, e a dedicação aos filhos” (Follet et al, 2017, p. 4). Ainda segundo estas autoras/e, é possível destacar dentre as experiências mais exitosas “o trabalho com a certificação orgânica, a produção de hortifruti, a produção de panifícios em agroindústria, a gestão em setores da cooperativa, a comercialização em programas de vendas e em feiras”.

No entanto, também se percebe que a proximidade dos centros urbanos acaba potencializando outras atividades externas, que não estão vinculadas diretamente à produção no lote ou à organização do assentamento. Apontados também pelo grupo de mulheres participantes como uma estratégia de complementação de renda, ou pelo fato de não ter outra possibilidade econômica e rentável. (Follet et al., 2017, p. 4).

As feiras na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) significam mais que um espaço de comercialização, é um espaço de diálogo com a sociedade sobre a alimentação saudável, tem o contato direto entre o consumidor/a e o produtor/a. As feiras se constituem em espaços culturais, de troca de experiência, de trabalho coletivo organizado, de debate contra o monocultivo, a favor da produção diversificada e da importância dos alimentos orgânicos.

Mesmo perante as situações mencionadas, há uma melhora na condição das mulheres dos assentamentos de Reforma Agrária. Nos últimos anos, as mulheres foram conquistando direitos, mas é importante apontar que na atual crise do capitalismo as mulheres são as mais prejudicadas, seja pelo desemprego, pelo aumento na exploração do trabalho feminino, pela informalidade, pela sobrecarga com o trabalho doméstico, ou seja, pela retirada de direitos pelos quais lutaram tanto, como as mudanças na aposentadoria para as trabalhadoras rurais. Conforme apontado em MST 2020 “a previdência é um fator de justiça social. A reforma da previdência interessaria apenas ao capital financeiro, que tem o objetivo de privatizar estes fundos no Brasil”.

O capital não se apropria somente do trabalho das mulheres, mas também da própria fonte de sua capacidade de trabalho e de sua capacidade reprodutiva, ou seja, seu corpo. Disso resultam os recentes ataques aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, e a reafirmação de seu papel como mães e cuidadoras. (MST, 2020)

A questão em torno do direito reprodutivo das mulheres têm sido fortemente atacados no período de ofensiva das forças conservadoras e dos fundamentalismos religiosos, na intenção de garantir o controle da reprodução e do trabalho feminino e reafirmar o papel das mulheres como mães, cuidadoras, responsáveis pela manutenção da estrutura familiar, com menores rendas, com sobrecarga de trabalho

e tratando elas como únicas responsáveis pelo trabalho doméstico. Essas questões, expressões da sociedade capitalista, estão também reafirmadas ao olharmos para o trabalho familiar no campo e nos leva a pensar qual é o lugar e o espaço ocupado pelas mulheres.

Trabalho doméstico, produção doméstica, economia doméstica, serviço doméstico, atividade do lar, atividades domésticas, cuidadora de pessoas, dona de casa, esposa, Mãe, todos esses termos sem conotações disciplinares e conceituais distintas que suscitam controvérsias sobre o significado que se deve dar a expressão 'trabalho doméstico' definimos o trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família no domicílio conjugal e parental - trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres. (Schwebel, 2003, p. 257).

Durante a pesquisa, em diálogos com as mulheres, a questão do trabalho doméstico é bastante evidenciada, não como uma naturalização, mas como inconformidade, como uma questão central que precisa ser enfrentada e discutida independente do processo organizativo que as mulheres estejam inseridas, conforme apontam as entrevistadas a seguir. Vejamos:

Hoje o trabalho doméstico é das mulheres. Acho que até dentro da cooperativa ainda é das mulheres, e em casa também. (...) o trabalho doméstico ele é separado da cooperativa, em casa o horário diferenciado das mulheres é para isso, para poder realizar as tarefas domésticas em casa. Mas eu acho também que avançou um pouco, isso em observação pelo que a gente enxerga, pelo que acontece, melhorou muito, acho que antigamente as mulheres eram mais sobrecarregadas ainda, tanto pelo trabalho doméstico quanto pelo trabalho na cooperativa, e as crianças. Mas ainda tem muito a melhorar, e que os homens se desafiem a entrar também nessas tarefas. (Entrevistada Luiza, 2022).

Quando perguntadas sobre o lugar do trabalho doméstico em suas vidas as respostas vieram rápidas e certeiras sobre como ainda é tarefa das mulheres. Observamos alguns exemplos a seguir:

Chego em casa, lavo roupa, faço janta, vou fazendo tudo na mesma hora. Meu marido fala, como você consegue fazer três coisas na mesma hora, mas mulher faz né. (Entrevistada Ana, 2022).

Olha meu marido é assim, se chegar a hora de comer e eu não estou lá ele dá um jeito de fazer, mas lavar um prato, capaz! (Entrevistada Tereza, 2022).

Minha neta me ajuda bastante. (Entrevistada Cristina, 2022).

Conto com a ajuda da minha filha em casa. (Entrevistada Manuela, 2022).

O trabalho doméstico acaba sempre sobrecarregando mais as mulheres. (Entrevistada Célia, 2022).

Nas férias coloquei toda minha casa em dia, limpei tudo. As férias é pra trabalhar (risos). (entrevistada Micheli, 2022).

O tema do lazer é ainda bastante inacessível para muitas mulheres, pois as “prioridades familiares” são outras, estão relacionadas a investir na casa, nos filhos, no lote. Durante a entrevista, um grupo de mulheres destacou o desejo de fazer uma viagem só de mulheres, que, segundo elas, faz tempo estão prometendo pegar uma van e viajar, mas reiteram que está difícil por causa das condições financeiras, que a pandemia dificultou e parou a produção no último período, mas mesmo assim ainda há a expectativa expressa na fala de uma mulher dizendo “está difícil, mas não é impossível” (Entrevistada Micheli, 2022).

Vale ressaltar que o trabalho doméstico no campo é diferente do trabalho doméstico das mulheres urbanas. No campo, a casa se estende para o entorno da casa, se estende também para o cuidado dos mais idosos e doentes, para além do cuidado com os filhos, relacionando intrinsecamente com o trabalho de reprodução da vida, expressos nas hortas medicinais, ou de comida para subsistência, o jardim, no trato das galinhas e porcos, vacas para alimentação da família.

Na reorganização do trabalho do capitalismo houve a clara separação entre o público e o privado. O trabalho doméstico é tratado como privado, impondo às mulheres, em cumprimento de seu papel, esta função, mas o trabalho doméstico não é considerado trabalho, de maneira que as mulheres realizam este trabalho gratuitamente para que os demais trabalhadores e trabalhadoras vendam sua força de trabalho no mercado. “Quando olhamos para tudo o que as pessoas precisam para viver, vemos que uma parte importante das necessidades não dependem do mercado, e sim do trabalho gratuito e permanente das mulheres, seja nas casas, nas cidades, seja na produção para o alto consumo no campo” (Faria, 2016, p. 28).

As mulheres também são esse alicerce na família, e parte desse carisma, desse olhar das mulheres, desse olhar pelo cuidado e a construção das nossas famílias, seja no trabalho, seja na educação, seja na convivência, nós as mulheres sempre tentamos organizar nossas famílias para serem as melhores possíveis, carregando esses valores, que é o amor, que eu cuidado, que a solidariedade, que é o valor do trabalho também, da divisão de tarefas, as mulheres são o esteio das nossas famílias no nosso dia a dia. E o trabalho doméstico na vida das mulheres é aquilo que a gente aprende, desde que a gente vai ficando jovenzinha, que a gente precisa se dedicar, fazer as tarefas domésticas, e com tempo a gente vai aprendendo que isso é importante, mas que não é só papel das mulheres, que é papel da família, dos filhos, do marido, enfim de todo mundo que circula nesse espaço doméstico. Isso a gente aprende muito nas nossas atividades, na luta quando a gente vai para o movimento, quando a gente passa pelo acampamento que a gente vai entendendo que esse papel ele é coletivo, é de todos que utilizam dos trabalhos da casa, daquele que come, daquele que precisa da roupa limpa, que precisa da casa limpa, trabalho doméstico em si é fundamental, é

importante para nossa formação, para a formação das nossas famílias, mas principalmente quando a gente compreende esse papel coletivo do trabalho doméstico, que não é só nosso, é de todos e todas que estão na casa, e isso a gente aprende muito no MST. (Entrevistada Joana, 2022).

A opressão de classe e as marcas do patriarcado são sentidas por todas as mulheres. A questão da participação das mulheres está intrinsecamente ligada ao debate do trabalho doméstico. No campo, as desigualdades estão fortemente enraizadas, e os papéis de homem e de mulher têm uma denotação ainda mais clara.

Dominique F. Schwebel (2003) aponta que houve avanços nos estudos, debates e denúncias sobre a invisibilidade do trabalho feminino, as novas elaborações científicas e políticas colocam este tema em pauta. No entanto, segundo a autora, é o modo de produção regido pelo patriarcado que organiza as relações familiares e os papéis a serem desempenhados nas famílias.

Mas, apesar dos limites e dificuldades, na agricultura camponesa a família ainda se desafia e busca controlar e organizar o seu trabalho produtivo de acordo com sua realidade familiar. Com isto, destaca-se que as mulheres e os homens estão (ou deveriam estar), necessariamente, juntos no espaço da produção e da reprodução (as tarefas da casa). Porém, na prática, a tarefa de fazer o alimento (refeições) é geralmente das mulheres, e produzi-lo, caberia aos homens. E neste contexto, contraditório, permeado pelas relações de gênero, marcado por desigualdades entre homens e mulheres, onde o modelo de organização familiar desenvolvido vinculou à mulher a esfera doméstica, e o homem ao espaço público, é que estão inseridos os assentamentos de Nova Santa Rita, e as mulheres. (Follet *et al.*, 2017, p. 9).

Trabalho doméstico está estreitamente vinculado à questão da participação das mulheres. No MST este debate ainda é incipiente, mas tende a avançar na medida em que os debates sobre feminismo, gênero, raça e classe vão sendo trazidos e aprofundados na organização. A construção de novas relações de gênero é tarefa de todas e todos. A reflexão sobre a prática sistematizada aponta

O machismo se expressa também na divisão sexual do trabalho. Se ajudamos a lavar a louça vou arrumar a casa, não significa que somos menos machistas. Ao contrário, se 'ajudamos' é porque entendemos que a tarefa de arrumar é 'delas'. Que são tarefas que não são nossa responsabilidade e que, nós, quando podemos, aliviemos o fardo delas. Devemos considerar as tarefas domésticas como necessárias e de nossa responsabilidade. (MST, 2021, p. 29).

Na sequência o texto aponta que a mesma questão acima se refere também ao cuidado com as crianças, na educação das filhas e filhos independentemente da idade, mas que considera os desafios nos diálogos sobre sexualidade, afeto, tarefas entre outros. O machismo não é uma questão individual, mas é sistêmica e patriarcal

(MST, 2021), e define os papéis sociais dos homens e das mulheres. Combater o machismo é um exercício permanente que exige esforço, disciplina e rupturas compreendendo que combater o machismo é também uma pauta estratégica. A emancipação das mulheres supõe a superação das opressões de classe e as opressões patriarcais em todas as suas esferas, incluindo aquelas no âmbito privado, familiar e comunitário.

### **3.4 A diversidade no MST**

A luta do Movimento Sem Terra é marcada pela luta contra as desigualdades, contra a exploração e pelos direitos que historicamente foram negados à classe trabalhadora. Uma sociedade igualitária só pode ser construída com relações humanas emancipatórias, que rompam com as relações impostas pela sociedade capitalista que busca determinar o papel da mulher e dos sujeitos/as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais e Assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTQIA+) na sociedade. No campo, falar sobre diversidade sexual e de gênero é um imenso desafio.

É importante compreender como se estruturam as relações sociais no capitalismo, quais são os papéis de gênero na sociedade, a divisão sexual do trabalho, os preconceitos e as violências contra aqueles e aquelas que não se encaixam nos padrões heterossexuais. “O projeto de sociedade pelo qual lutamos e ousamos construir diariamente considera que todos os seres humanos – de todas as cores e crenças devem ser livres para amar, que a diversidade e a liberdade sexual também integram este projeto” (MST, 2017, p. 6). No MST, foi incorporado o debate sobre diversidade em um período mais recente, mas a participação destes sujeitos é intrínseca ao próprio Movimento.

A construção de espaços de auto organização das LGBTQIA+ dentro do MST, são marcadas por enfrentamentos a questões conservadoras e contraditórias. Em 2013, participam da marcha contra homofobia em Brasília, e em 2014, no VI Congresso Nacional, a partir de debates e intervenções, é evidenciada a necessidade de dar mais visibilidade aos sujeitos. Em 2015, acontece o primeiro seminário “O MST e a diversidade sexual”, na ENFF, no município de Guararema em São Paulo, e ali foi marcada formalmente a entrada das questões LGBTQIA+ na pauta do movimento, dando a ela visibilidade. Foi um espaço importante por seu caráter organizativo e de

construção orgânica (MST, 2017). Constituiu-se um coletivo dentro da estrutura orgânica com o objetivo de ser um espaço de auto-organização das LGBTQIA+, de formação política e ideológica, de elaboração e debate sobre a diversidade sexual e de gênero no MST. A deliberação política do MST em 2016, sobre a alteração das normas gerais, reconhece os sujeitos LGBTQIA+ como parte integrante da organização e estabelecendo o combate contra todas as formas de LGBTfobia como tarefa do Movimento,

Afirmar-se LGBT Sem Terra é assumir-se enquanto sujeito político, que combina as lutas mais estruturais com a luta pela dignidade humana, pela diversidade sexual. Entendemos que a orientação sexual e/ou identidade de gênero não dizem respeito apenas a um elemento da individualidade, mas envolvem também uma perspectiva da luta coletiva pela liberdade sexual da Classe. Os sujeitos LGBT de nosso Movimento não terão que esconder quem são para serem aceitos em nossa organização, reafirmamos o MST como espaço da diversidade humana e o projeto de futuro que estamos construindo é anti-racista, anti-patriarcal e respeita todas as formas de ser e amar. (MST, 2019).

A luta contra todas estas formas de opressão articula forças em resistência, e o MST é um “espaço da diversidade humana” (Idem), portanto, a diversidade não é um tema secundário. “A luta contra toda forma de exploração e opressão é uma tarefa da classe trabalhadora” (MST, 2017). O projeto de Reforma Agrária Popular, está articulado com as lutas gerais do MST e da classe trabalhadora, e visa a construção de uma sociedade antirracista e antipatriarcal.

Vivemos um período de ofensiva do capital e das forças conservadoras, o machismo e o racismo ganharam ainda mais espaço na sociedade, reafirmados pelos discursos de ódio bolsonaristas, assim como a naturalização da homofobia, da intolerância religiosa, da negação da educação emancipatória.

## 4 AS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Este capítulo tem por objetivo dissertar sobre a Reforma Agrária Popular e a vida das Mulheres Sem Terra, em específico na região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. A partir dos estudos realizados, de início será abordado de forma breve o contexto histórico da Reforma Agrária, ao discorrer do capítulo, os demais temas estão organizados em subtítulos, sendo que todos perpassam pela discussão ampla da Reforma Agrária. Dentre eles, os temas serão abordados na seguinte ordem, respectivamente: Reforma Agrária; Reforma Agrária Popular; Agronegócio; Mulheres Sem Terra na Reforma Agrária Popular; A participação das mulheres nos territórios de assentamento da região metropolitana de Porto Alegre; O tema do trabalho feminino no campo na perspectiva das mulheres.

Reforma Agrária é uma política de Estado, que intervém na questão da propriedade de terra. Ela surge como política de Estado sobretudo para o desenvolvimento interno do país, e é sinônimo de distribuição da propriedade da terra. Alcançou seu ápice durante o predomínio do capitalismo industrial (1860 – 1970), quando todo o hemisfério norte do planeta se industrializou. “A partir deste período a expressão ‘reforma agrária’ começou a ser utilizada” (MST, 2014, p. 21).

A reforma agrária, neste período, como política de Estado, vai de encontro ao crescente desenvolvimento urbano e industrial, e as mudanças nas estruturas fundiárias não se limitavam a posse da terra para os camponeses, mas levavam à consolidação do mercado interno na sociedade capitalista. O processo de desenvolvimento do capitalismo industrial imposto pela burguesia e contrariando os interesses das oligarquias agrárias, ao democratizar a propriedade da terra, visava transformar os camponeses em produtores de mercadorias para a indústria, e ao mesmo tempo compradores de mercadorias da indústria (MST, 2014).

Essas mudanças nas estruturas fundiárias, feitas pelo Estado burguês, são as chamadas reformas agrárias clássicas burguesas ou, simplesmente, reformas agrárias burguesas. Em comum, elas têm as seguintes características básicas: eram realizadas pelas burguesias industriais; potencializavam o mercado interno através da democratização da propriedade da terra; e, buscaram transformar os camponeses em produtores e consumidores de mercadoria. (MST, 2014, p 22).

A reforma agrária clássica burguesa foi proposta em inúmeros países, mas não é o único tipo de reforma agrária. Historicamente houve diferentes reformas agrárias: anticoloniais, nos países periféricos, aquelas realizadas pelos governos nacionalistas,

ou resultantes das lutas de independência, dos governos populares e as reformas agrária socialista. Ainda de acordo com o programa agrário do MST (2014) no Brasil houve diversas propostas e tentativas de reforma agrária de acordo com os marcos do desenvolvimento capitalista no país.<sup>23</sup>

Os diversos períodos históricos e características da luta pela terra no Brasil são marcados por resistência camponesa, luta em defesa de territórios e pelo direito a terra. No contexto atual da disputa de projetos de classe no campo, o Movimento Sem Terra percebe que a reforma agrária clássica não era mais suficiente no embate contra o agronegócio é preciso um novo projeto de reforma agrária que seja popular.

#### **4.1 Reforma Agrária Popular: um breve panorama**

As camponesas e camponeses, trabalhadoras e trabalhadores do campo e os povos tradicionais vêm protagonizando um novo jeito de fazer agricultura em contraponto ao modelo de agricultura capitalista, conferindo a esses sujeitos um lugar de resistência e de enfrentamento direto contra o capital. “A RA integra relações amplas entre ser humano e natureza” (MST, 2014, p.33), no processo de construir a reapropriação dos bens da natureza e a superação da propriedade privada destes.

A reforma agrária popular é definida como estratégia do MST em seu VI congresso em 2014. Tem como objetivo o enfrentamento ao agronegócio e ao capital buscando construir uma outra concepção de agricultura, baseada na agroecologia, na produção de alimentos saudáveis, fundamentada em novas relações de trabalho e de gênero.

O MST, em seu V congresso realizado em 2007 indicou uma reformulação em sua estratégia expressa na insígnia ‘Reforma Agrária Popular’ – só definida VI congresso com programa agrário, em 2014 – e que representa o resultado da análise do desenvolvimento recente da agricultura e da nova correlação de forças registradas no campo Brasileiro. A mudança na estratégia do MST indicou que o inimigo no campo também mudou, expresso agora no agronegócio. Mas isto só se tornou consciência na militância do Movimento a medida em que as contradições do modelo do agronegócio ficavam evidentes para serem exaustivamente debatidas no processo de

<sup>23</sup> Somente após a Segunda Guerra Mundial, surge a expressão e a luta pela Reforma Agrária no Brasil. Com o reascenso das mobilizações populares, cresceu a luta pela Reforma Agrária, protagonizada por movimentos camponeses – Ligas Camponesas, Ultabs (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) – que, pela primeira vez logram se constituir como organizações nacionais e empunharam a partir de 1961 o lema: “Reforma Agrária na Lei ou na Marra!”. Os programas de Reforma Agrária defendidos pelos movimentos camponeses da época, e pelo então governo popular de João Goulart, já mencionado anteriormente, estavam inseridos no objetivo de desenvolver o mercado interno para a indústria nacional, aos moldes de uma reforma agrária clássica burguesa. Cartilha Programa agrário do MST, 2013. p. 24.

preparação do VI congresso de 2014 quando o MST formulou com palavras de ordem 'Lutar: Construir Reforma Agrária Popular!'. (Martins, 2019, p.86).

Frente a isso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apresenta um programa de Reforma Agrária Popular para a sociedade brasileira, esse programa transcende a categoria camponesa e conta com a aliança de quem produz o alimento, no caso as camponesas e camponeses, com quem consome, que são os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Esse programa, conforme aponta o MST<sup>24</sup>, não é um programa socialista, porém é parte dos objetivos estratégicos na construção de uma sociedade com outras formas de socializar os meios de produção, os bens da natureza e de construir outras relações sociais que contribuam nas mudanças estruturais necessários no país. A RAP é um processo de acumular forças, de obter conquistas para os camponeses e camponesas, de impor derrotas ao modelo do capital na agricultura, de organizar a base social e ampliar o apoio da sociedade. A superação da exploração, da concentração da propriedade privada e das desigualdades implica a construção de um projeto para a classe trabalhadora, esta expressão da luta de classes colocam os objetivos centrais do Movimento como alicerces na construção de outras relações sociais de produção.

O conceito 'popular' busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores. (MST, 2014, p. 33).

O programa sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõe um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades de todo povo brasileiro. Para isso, é preciso lutar e fortalecer nossa organização e a qualificação das nossas lutas para promovermos, junto com toda a classe trabalhadora, as mudanças estruturais da sociedade capitalista (MST, 2014, p. 39).

As mudanças ocorridas na classe dominante do campo alteraram a correlação de forças e impedem o avanço da reforma agrária. O enfrentamento não é mais só

---

<sup>24</sup> Conforme apontado no Programa agrário. MST 2014, p. 32.

com os latifundiários, “a eles se aliaram os capitalistas financeiros-rentistas e os capitalistas monopolistas (grandes empresários transnacionais), além dos grandes meios de comunicação – com os quais buscam disputar o apoio da sociedade”. (Martins et al, 2022, p. 637). Portanto, esta aliança de classe bloqueia a reforma agrária e coloca a luta pela terra e pela reforma agrária não apenas no campo ou nos espaços governamentais e institucionais, mas no conjunto da sociedade.

Isso implica conjugar a luta direta pela garantia da existência dos assentamentos de reforma agrária à resistência à mercantilização da natureza e ao acelerado processo de espoliação no território brasileiro por empresas estrangeiras, portanto, trazendo também o debate da soberania nacional (por exemplo, na extração de minérios, na tentativa de controle das reservas aquíferas); passando por ações que forcem o Estado Brasileiro ao cumprimento do seu papel e pelo fortalecimento das articulações com os diversos segmentos que fazem a luta pela terra (Trabalhadores Sem Terra, ribeirinhos, quilombolas, indígenas...), de maneira a assegurar o acesso à terra, como garantia do direito ao trabalho e meio de vida, às milhões de famílias que ainda não a possuem ou àquelas que tem cotidianamente seus territórios ameaçados. Assim, resistir e enfrentar o agronegócio passa por confrontar o capital que tornou a terra uma mera mercadoria a seu serviço, visando apenas o lucro. (Martins et al, 2022, p. 638).

A proposta de reforma agrária do MST resgata as tarefas históricas de produzir alimento saudável e preservar a natureza. Esse programa vai ter a centralidade em discutir a democratização da terra e sua função social. A reforma agrária que o movimento apresenta como alternativa tem esse adjetivo novo que é o popular para dar conta da realidade do campo hoje, pensar este território com pessoas, com produção de alimento, e de fato resgatar a missão das camponesas e camponeses em consonância com os trabalhadores da cidade.

O MST, em sua práxis, compreendeu que a produção de alimentos saudáveis tem uma enorme força política, tanto para negar o agronegócio como para afirmar a possibilidade de organização de uma agricultura voltada aos interesses da população brasileira, desenvolvendo plenamente a função social da terra. (Martins; Nunes; Gasparin, 2022, p. 640).

Dentre os inúmeros desafios apontados, está a produção de alimento saudável de base agroecológica, sem uso de intensivos agrícolas e sem agrotóxico<sup>25</sup>, “A agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações,

---

<sup>25</sup> O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo. Decorrem disso sérios impactos a saúde pública, envolvendo diferentes grupos populacionais, como trabalhadores rurais, moradores do entorno de fazendas, além de todos nós que consumimos alimentos contaminados. Por isso, mais de 50 entidades nacionais se juntaram em abril de 2011 na Campanha Permanente Contra Os Agrotóxicos E Pela Vida, que tem por objetivo sensibilizar a população Brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e se mobilizar para cobrar medidas que freiem seu uso no Brasil. Disponível em: <https://mst.org.br/> acesso em 15/02/2022 as 22:35.

instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento ou luta política” (Guhur; Silva, 2022). Segundo estas autoras, a agroecologia pode ser uma abordagem restrita a um agro ecossistema por exemplo, ou se apresentar como práxis, ciência e luta.

A prática social agroecológica se expressa ao mesmo tempo como um ato prático-material e como ideação e reflexão, em uma relação dialética ação-pensamento-ação, práxis, ação consciente sobre a natureza que transforma também o próprio sujeito. A produção camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e reprodução da vida, produção e consumo; logo, a produção agroecológica não é isolada das demais esferas da vida. A práxis agroecológica, baseada num tipo particular de relação com a natureza e em uma racionalidade ‘mais ecológica’, tem implicações na vida cultural, social, estética, lúdica e afetiva – o que às vezes acaba se traduzindo na identificação da agroecologia como ‘modo de vida’. (Guhur; Silva, 2022, p. 64-65).

As mulheres a partir da organização da produção criam um patamar de resistência que contrapõe o modelo do agronegócio. O agronegócio constitui-se como um modelo de produção e de domínio do campo vinculado à sociedade do capital, que entende a terra como propriedade privada e fonte inesgotável de lucro; organiza-se na lógica do monocultor, do trabalho assalariado, com uso indiscriminado de insumos e tecnologias para o aumento da produção, em suma, a terra é tida como uma grande empresa capitalista, assim na racionalidade das empresas capitalistas, “a única referência é o lucro a ser obtido. E, de maneira geral, o lucro é encarado independentemente dos impactos sociais, políticos, ambientais e alimentares que ele possa provocar” (Carvalho; Costa, 2012, p. 29-30).

Em contraponto, o MST definiu como uma das estratégias a produção de alimentos saudáveis para a sociedade, e esta definição implicou também na organização dos assentamentos neste último período histórico. A definição de produzir alimentos com base agroecológica influenciou no avanço das formas organizativas, fortalecendo a construção de cooperativas, e avançando no domínio das cadeias produtivas.

Conforme aponta Hadich (2021), a inserção das mulheres na produção agroecológica tem um papel importante nesta estratégia do MST, “as mulheres, em sua essência, em sua natureza são capazes de entender e assimilar isso. Nesse sentido, é importante refletir sobre o posicionamento e o papel que as mulheres devem cumprir nos territórios”.

No assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, RS, região metropolitana de Porto Alegre, expressa-se uma importante experiência organizativa e de produção

agroecológica protagonizada por mulheres através dos grupos de produção. O assentamento existe desde 1998, quando foram assentadas 376 famílias em uma área de 9.200 hectares, sendo que 2.800 hectares são de área de preservação ambiental. Este assentamento está localizado dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA), por este motivo as famílias assinaram uma série de normativas que hoje configuram como uma área de proteção ambiental, onde não é permitido cortar vegetação, caçar, usar agrotóxicos e transgênicos dentre outras interdições<sup>26</sup>. Hoje o assentamento é uma referência na produção orgânica.

As mulheres estão inseridas em diversos processos organizativos e produtivos no assentamento, mas o principal é o das feiras, que, vale ressaltar, não são espaços de produção e venda exclusiva para as mulheres, mas é um espaço que elas participam semanalmente, que influencia na forma de organizar a produção, configurando um importante espaço de geração de renda e de debate com a sociedade. Estas feiras acontecem semanalmente na capital, tem uma trajetória de mais 14 anos.

O grupo Mulheres da Terra também deste assentamento, surgiu no ano 2000 com 26 mulheres, hoje, tem um número menor de participantes, mas está atuante e desenvolvendo o projeto “Mulheres da Terra plantando árvores<sup>27</sup>” conforme apontado na entrevista da assentada Rosa

O grupo de mulheres da terra foi criado em 2000 com o intuito de reunir as mulheres e suas famílias para discutir coletivamente a atuação das mulheres naquele contexto inicial do assentamento, quando havia dificuldades com água, escola, acesso ao posto de saúde, dentre outros [...]. Iniciou com o encontro de mulheres para falar sobre elas, receber formações diversas e faziam pomadas, xaropes e depois aprofundou o trabalho em vista do empoderamento da mulher para a gestão dos lotes tanto para consumo, como as feiras [...]. (Entrevistada Rosa, 2024).

Outro exemplo importante vem da solidariedade e da doação de alimentos agroecológicos, que foi organizada e protagonizada pelas mulheres deste assentamento durante a pandemia. Além de participar de inúmeras campanhas de doação de alimentos organizadas pelo MST, o engajamento na campanha com o

---

<sup>26</sup> Dados apresentados no relatório da ATES – Assistência Técnica, Social e Ambiental: A produção orgânica no contexto da gestão ambiental do assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS. (Santos; Zang, 2016).

<sup>27</sup> Em 2020, O MST lança o Plano Nacional: "Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis", assumindo o compromisso de plantar 100 milhões de árvores até 2030.

Levante da Juventude<sup>28</sup> (célula Viamão) permitiu organizar doações sistemáticas para as mulheres de bairros periféricos, que naquele momento de pandemia que o alimento estava escasso. Segundo apontado pela entrevistada Rosa (2023),

estas campanhas de doação de alimentos não eram resultados de ações esporádicas, mas de um planejamento, de produção, de organização e muita solidariedade das mulheres do assentamento para com as mulheres urbanas da periferia.

A sala de aula virou espaço de participação e protagonismo para as mulheres do assentamento Filhos de Sepé em 2023. Com a transferência do Instituto de Educação Josué de Castro<sup>29</sup> (IEJC) para este assentamento, uma das principais demandas apresentadas pelo assentamento era curso de Educação de Jovens e adultos nível médio (EJA), pois o assentamento já tinha tido experiências de EJA em educação fundamental. A abertura da turma em 2023 foi um espaço importante de participação e protagonismo das mulheres, elas eram maioria na turma, desde a chegada diziam que estudar era um sonho, durante todo o processo de um ano e meio de curso elas estiveram a frente e coordenando, e de novo, estudando, analisando e discutindo o tema da produção através da disciplina específica de gestão da unidade produção, através das oficinas, seminários e outros debates em torno da questão. A Turma que se chamou Marielle Franco<sup>30</sup> se formou no final de 2023 com 19 mulheres e 2 homens.

Logo, ao frequentar a escola, não se estabelece uma relação apenas com o conteúdo dos componentes curriculares, mas a possibilidade de uma integração, uma sociabilidade importante para este momento de vida, e inclusive a construção de uma referencial participativo das mulheres tem a ver com os espaços de lazer, de conversação e de integração. A luta também é para mudar o cotidiano das vidas, trazendo mais alegria e prazer nas mesmas [...] Portanto, nos parece que, as mulheres da turma EJA do Instituto de Educação Josué de Castro, ao estarem vinculadas a um projeto de reforma agrária popular que tem como tarefa principal a produção de alimentos saudáveis a apropriação da atualidade tecnológica da agricultura e em especial a agroecologia estabelece o elo entre o curso que estão realizando, suas perspectivas de vida econômica, social e no trabalho como

<sup>28</sup> Levante Popular da juventude é uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade brasileira. Disponível em: <https://levante.org.br>

<sup>29</sup> O Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) é uma escola do campo que oferece curso de Ensino Médio ligado à Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos de Nível Médio e, desenvolve cursos superiores em parceria com outras instituições. Atende aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, vinculados aos movimentos sociais, aberta também para os movimentos sociais urbanos. Tem como finalidade participar de um projeto de humanização das pessoas formando sujeitos sociais que visam a construção de um projeto de desenvolvimento do Campo e de País, comprometido com a Soberania Nacional, com a Reforma Agrária, com a solidariedade, com a democracia popular e com o respeito ao meio ambiente. O IEJC desenvolve suas atividades em Viamão, desde 2020. Sua atuação foi iniciada em 1995 em Veranópolis (RS).

<sup>30</sup> Marielle Franco, mulher negra, lésbica, cria da Favela da Maré. Foi vereadora do Rio de Janeiro e Presidente da Comissão da Mulher na Câmara. No dia 14 de março de 2018 foi assassinada.

também na sua projeção de vida, com qualidade e autonomia. (Daros, 2024, p. 50).

O lema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular” em sua amplitude e objetivos foi discutido com o conjunto da organização, em um processo de debate de base, com a militância, e na reunião da coordenação nacional em 2013 foi definido em torno das principais questões que expressassem o programa agrário<sup>31</sup> defendido pelo MST.

Dentre os principais aspectos, é importante destacar que o programa agrário dialoga com a estratégia de luta hegemônica da atualidade, propõe-se como um programa democrático e popular na construção de uma outra sociedade. Para entender essa proposta, apresentamos a seguir um breve resumo de alguns pontos essenciais do programa agrário (2014). Dentre eles está a democratização do acesso à terra, a defesa dos bens da natureza para a sociedade em contraponto à exploração predatória do capital, a produção de alimentos saudáveis para a classe trabalhadora. Mudar a matriz tecnológica da agricultura, lutar pela implementação da Agroecologia, combater o uso de agrotóxicos e o controle das sementes pelas grandes empresas, considerando que as sementes são patrimônio do povo, defender a biodiversidade, potencializar e incentivar todas as formas de cooperação agrícola e a implantação de agroindústrias.

O projeto defendido pelo MST busca a transformação da sociedade, a construção de novas relações de produção, de novas relações com a natureza e de gênero, democratizar o acesso à educação para todas e todos, defender o Sistema Único de Saúde (SUS) e o direito à saúde pública e gratuita.

Lutar para que todas as famílias tenham vida digna nos territórios de reforma agrária e a infraestrutura necessária, como estradas, água, luz, escolas, postos de saúde entre outros. Garantir a participação da juventude e condições concretas de permanência dos jovens no campo, combater todas as formas de violência, em especial contra as mulheres, garantir a participação das mulheres em todos os espaços, construir novas relações de gênero. A efetiva implementação da RAP perpassa também por todo o âmbito socio cultural, que faz parte da vida das pessoas nos territórios conforme abordado a seguir pela entrevistada Celia.

---

<sup>31</sup> O atual programa agrário passa por nova discussão e revisão nas instâncias do MST, no sentido de abarcar os novos desafios da atualidade da luta pela Reforma Agrária, será aprovado a nova versão no VI congresso de 2025.

As mulheres têm papel um papel estratégico fundamental. Por que as mulheres conseguem ter esta capacidade de olhar o conjunto, todas as dimensões que envolvem a vida humana, a vida social a vida política. Então é impossível pensar uma família, pensar um assentamento, pensar o MST sem essa participação da grandeza que as mulheres trazem para esta diversidade, isso tanto do ponto de vista da própria produção, como todos os outros aspectos sociais. Pois não vivemos só com a produção. A produção de alimentos é uma grande Tarefa nossa no MST, é a grande prioridade, eu concordo, é a nossa tarefa na sociedade. E as mulheres conseguem vincular essa produção de alimentos que aqui na região pelo menos é a nossa estratégia principal, com as outras várias dimensões da vida humana. Então é impossível pensar uma luta pela terra uma reforma agrária sem a participação das mulheres, senão ela vai ficar menos do que a metade. (Entrevistada Célia, 2022).

A proposta de reforma agrária é um contraponto ao modelo de agricultura que o capital produz no campo que se expressa no agronegócio. “No projeto de Reforma agrária popular esta produção feminina deve ser fortalecida. (MST, 2015, p. 8). A luta pela terra, pelos direitos, contra o capital, a luta pelo direito e a defesa do território expressa o que o Movimento Sem Terra construiu como concepção de Reforma Agrária Popular. Para discutir e analisar a participação das mulheres na construção da RAP é importante uma breve abordagem sobre o programa de reforma agrária popular defendido pelo MST para a sociedade brasileira.

## **4.2 As mulheres Sem Terra e Reforma Agrária Popular**

A Reforma Agrária Popular não se limita a distribuição da terra, é entendida como um meio de alcançar os objetivos e bandeiras de luta do MST. É necessária a democratização do acesso à terra, garantir sua função social, produzir alimentos saudáveis para a população e construir relações mais justas e igualitárias no campo.

As mulheres têm um papel importante na RAP, o avanço na construção de novas dinâmicas que possibilitem uma maior participação feminina é um desafio permanente na organização conforme apontado em MST (2021). “Há muito que se avança na inserção das mulheres nas instâncias de organização da produção nos assentamentos. [...] há limites quanto à participação igualitária de mulheres”.

Os impactos do agronegócio no campo são devastadores, em especial para as mulheres, a quem é destinado o ambiente doméstico, dificultando ao máximo sua participação social e política. Nos últimos períodos as mulheres vêm construindo novas formas organizativas de ações nos aspectos econômicos, políticos e sociais. No entanto, ainda é preciso avançar na participação, na construção de novas relações

de gênero no campo, superar as relações socioculturais patriarcais, também neste aspecto a RAP está imbricada com a luta pelo feminismo.

Perceber a mulher e seu papel neste contexto, ter a consciência da importância que elas têm na lógica da produção e da reprodução da vida é papel de toda a família, não somente das mulheres; é fundamental que as pessoas se percebam como companheiros, como membros de uma mesma classe, e percebam que os inimigos não são os próprios membros da família, mas sim um sistema externo, que impõe a lógica de exploração e alienação do trabalho. (Hadich, 2021).

As demandas de participação e de protagonismo permanecem como desafios. No caderno de estudos intitulado “Como Construir a Reforma Agrária Popular nos nossos assentamentos”, elaborado pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST em 2015, os objetivos de participação efetiva das mulheres estão apresentados da seguinte maneira:

h) estimular o trabalho produtivo e a cooperação entre as mulheres do campo. i) garantir a visibilidade política e econômica do trabalho desenvolvido pelas mulheres. j) incentivar as práticas produtivas das mulheres na agroecologia. Agrofloresta. Controle das sementes e fitoterapia. k) construir novas relações de gênero. Compartilhando o trabalho doméstico, o cuidado e educação dos filhos/as, o cuidado com os idosos/as, o trabalho na unidade familiar, nas associações e cooperativas e na vida social comunidade. l) combater a violência contra as mulheres, rompendo o ciclo de agressões que atingem toda a família. (MST, 2015, p.31).

Apesar das linhas de ação citadas não contemplar o conjunto dos desafios das mulheres, eles dão pistas importantes que contribuem para entender e discutir quais avanços já foram conquistados, mas principalmente quais são os desafios no trabalho e na organicidade do conjunto do Movimento, e, em especial, da região Metropolitana. A construção da RAP não está apenas vinculada aos processos produtivos como será frisado nas entrevistas adiante. A questão da participação das mulheres está abarcada também em um contexto amplo, com o desafio de traduzir a prática concreta construída no dia a dia nos territórios.

[...] construir a reforma agrária popular é um processo desde os nossos territórios e também do nosso território corpo, a nossa vida, para nossas mulheres é fundamental a gente construir não só na área da produção e do cuidado com a natureza, no cuidado das águas, enfim, mas esse cuidado com a vida, com a vida humana e com as relações. Para nós mulheres isso tá ligado, tá muito casado esse cuidado com território Mãe Terra e o território nosso corpo, nossas vidas, então assim é fundamental a gente conseguir construir uma reforma agrária efetiva, que dê conta de atender todos esses sonhos que a gente almeja, desde a gente ter essa produção sadia, sem veneno, de cuidado com a natureza, mas também com as relações de vivência, de convivência com a nossa com a nossa família, com a nossa sociedade, com o nosso núcleo, com nosso assentamento e com o nosso acampamento. As mulheres têm esse papel fundamental de ir atrás daquilo

que sonha que é muito mais do que a produção é a produção dessa vida boa, dessa vida sem injustiça, sem agressões. (Entrevista Joana, 2022).

Essa reforma agrária em construção que coloca a vida em primeiro lugar, aponta a necessidade de construir outras relações com a natureza. Não numa lógica capitalista, mercantil, onde tudo vira mercadoria, que o lucro se concentra em uma pequena parcela da sociedade que detém os meios de produção e busca impor seus interesses sobre os trabalhadores e trabalhadoras, mas de superação da propriedade privada, do cuidado com a terra, com a vida, com a agroecologia e com a construção de novas relações sociais, baseadas na igualdade e na luta permanente contra o agronegócio, contra as violências, contra as explorações e falta de autonomia das mulheres sobre o próprio corpo.

É importante identificar e compreender como está organizada a participação das mulheres, e como se constituíram estas formas organizativas. O Movimento Sem Terra cria novos espaços de participação e organização das mulheres, a partir dos processos produtivos, e vale ressaltar novamente, não como uma benesse dada a elas, mas como uma conquista daquelas se enfrentam as contradições na busca de construir novos territórios emancipados.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição será determinada pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. (Fernandes, 2005, p.5).

Os territórios de assentamentos são resultantes da luta social coletiva e organizada, têm o desafio de buscar resolver as necessidades concretas das famílias, criando condições para o trabalho, para a produção e moradia, organizando a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas (MST, 2010). Configura-se também em um território de disputa política, ideológica e econômica com a burguesia e seus agentes e estas questões interferem diretamente na vida das mulheres, o que significa a reforma agrária popular foi lindamente definido pela entrevistada Joana,

Então, construir a reforma agrária coletivamente com muitas mulheres em todos os cantos desse nosso Rio Grande, desse nosso país, assim, do jeito que a gente sonha, isso é uma coisa grande grandiosa é uma coisa emancipadora. Se a gente conseguir de fato no dia a dia construir a reforma agrária que a gente sonha, a gente logo vai ter uma liberdade, tanto da terra,

quanto de todas as pessoas, a gente precisa ser livre para poder produzir, para poder sorrir, para poder viver para poder ter alegria para ensinar nossos filhos a viver bem, a respeitar as pessoas, mas também respeitar a natureza. Essa reforma agrária Popular que a gente quer e quer todos os aspectos da vida humana e da relação com a natureza, nós as mulheres trazemos isso sim muito forte, é uma coisa muito do coração, uma vontade muito grande e a gente vai forjando ela no dia a dia, tem os limites, tem as dificuldades, mas no dia a dia a gente sabe que construir a reforma agrária popular passa por isso. Não é só a produção, que é fundamental a produção de comida, mas seu conjunto, é a produção do conjunto da nossa vida daquilo que faz bem para nós e faz bem para as outras pessoas também, que a partir não só do alimento, mas do modo diferente de viver, cultivando os valores, a beleza da vida, o combate a todas as formas de violência. Então passa por aí essa construção, e posso afirmar: as mulheres que eu conheço aqui no nosso Rio Grande no Brasil afora, a gente tem a possibilidade de conhecer muitas pessoas, têm essa clareza, nessa construção da reforma agrária popular é muito mais do que a gente produzir e comercializar ou vender ou doar ou fazer essa solidariedade, é também a gente fazer a nossa vida uma vida diferente, uma vida boa, uma vida sendo forjada com muitos valores, com muito amor no coração, com muita resistência, eu sou muito feliz em poder lutar pela terra, que a gente lutou e conquistou essa terra, muitos ainda tem para conquistar e fazer essa reforma agrária Popular, porque aí já é um caminho para a sociedade transformada, cada situação que a gente conseguiu mudar no dia a dia, nosso e das pessoas, é um passo para a sociedade transformada. Sou imensamente feliz por ser uma mulher assentada na reforma agrária, por ter as mulheres do MST como esta ancora que nos dá todo esse apoio, toda essa força, toda essa resistência e que nos leva a sonhar e sonhar fazendo. Sou imensamente feliz por ser do MST e por ser mulher. (Entrevistada Joana, 2022).

A Reforma Agrária Popular traz consigo um projeto de sociedade que propõe o enfrentamento e superação de todas as formas de opressão e violência contra a mulher, que propõe participação igualitária das mulheres na questão social, política e econômica, além de outras questões gerais já apontadas.

Estes territórios conquistados apresentam as mais diversas contradições entendidas no âmbito geral da sociedade pois não são territórios isolados, mas são expressões concretas da busca constante da construção de processos emancipatórios.

A construção e vivência de valores como a solidariedade é algo que as mulheres Sem Terra se identificam conforme citado acima na entrevista, que ainda afirma a importância dos territórios de reforma agrária ser espaços de bem viver, espaços de construção e vivência da emancipação das mulheres, desde as pequenas formas organizativas no assentamento, no estado e no conjunto do Movimento. Experimentar estes processos de autonomia permite avançar na consolidação da estratégia geral, permite uma participação, ainda que não seja igualitária em todos os âmbitos, mas como expressões de uma resistência e de que uma outra sociedade é possível.

### **3.3 A participação das mulheres nos territórios de assentamento na região metropolitana de Porto Alegre**

Partindo da compreensão que a Reforma Agrária Popular traz em seus parâmetros a construção de novas relações sociais, e que a participação das mulheres acontece de várias e diferentes maneiras, mas que a intenção é potencializar esta participação em vista a emancipação das mulheres e da classe, é também relevante, perceber as contradições e desafios da organização e participação feminina.

Dentre os inúmeros desafios no que tange a participação, esta romper com as relações patriarcais e capitalistas que se traduzem no cotidiano nas mais diversas formas de violência e opressão. É importante ao dialogar sobre a participação e entender que formas de violência são estas que limitam a participação das mulheres.

Mas, conforme o objetivo do trabalho em questão, é também importante apontar quais as “novas” formas de produção e reprodução da vida que as mulheres estão inseridas e que são mais coletivas, cooperadas, organizadas, sob outros parâmetros que não são os da exploração capitalista, e que possibilitam que elas se apropriem de processos, sociais, políticos e produtivos mais emancipatórios.

Estes desafios alinhando-se a construção do projeto de uma sociedade mais justa e igualitária, que tem se colocado para as mulheres Sem Terra como uma nova estratégia e compreensão de luta diante das problemáticas inerentes as mulheres do campo.

O debate de gênero e a construção do feminismo camponês e popular torna-se fundamental como possibilidade de ressignificar as relações sociais produzidas no campo, em especial nos territórios do Movimento Sem Terra, apresentando formas organizativas que rompem a ideia de submissão da mulher pelo homem, e coloca a mulher como protagonista do desenvolvimento mais amplo de determinados territórios. A organização coletiva das mulheres na gestão produtiva possibilita uma melhoria na qualidade de vida e no fortalecimento da unidade de produção familiar.

Uma das mulheres entrevistadas trouxe vários elementos que articulam a participação das mulheres na construção da reforma agrária popular desde a base, no fortalecimento dos coletivos de participação, no fortalecimento das mulheres em espaços de direção, na construção da emancipação, segue,

Eu acho que a gente precisa primeiro, é conseguir desde a base continuar fortalecendo os coletivos, os grupos de mulheres, porque a gente tem uma diversidade, mas o principal aí é a participação. Que é o jeito que as mulheres têm de se sentir acolhidas e ao mesmo tempo participando, que dê sua voz no sentido de organização. O segundo é fortalecer as companheiras que tão nos coletivos, nas instâncias, que esse é um grande debate, nas instâncias organizativas. O grupo de mulheres é um espaço extremamente importante, é por ele que muitas mulheres chegam no movimento, se sentem mais à vontade, é por ele que elas conseguem debater coisas que tem a ver com esse geral, mas também dessa relação da vida privada, das questões cotidianas. É ali no grupo que aparece muitas vezes, questões que não aparece no outro espaço, aí nesse coletivo, mas também esses grupos fortalecem as mulheres para ir assumindo os processos das instâncias, mulheres que têm participação nesses coletivos ao representar esse coletivo em outros espaços seja nas estâncias direção na cooperativa, vão se sentindo com o tempo um pouco mais autoconfiante. E o segundo tem a ver com a emancipação política, mas também econômica das mulheres a gente não adentrou tanto, mas isso é um pouco que cada vez mais as mulheres estão colocando para cima né, autonomia política tem a ver com autonomia econômica. Então também fortalecer este espaço da auto-organização econômica das mulheres para auto sustentação. Um dos pilares da violência é a negação econômica da condição da mulher e ela se vê fragilizada por não conseguir eu para não perceber que consegue se manter sozinha. (Entrevistada Flora, 2022).

As formas organizativas desenvolvidas pelas mulheres da regional do MST de Porto Alegre são sem dúvida um contraponto a lógica do capital. São experiências organizativas que têm como protagonistas as mulheres Sem Terra, assentadas da reforma agrária, que atuam nas linhas de produção desenvolvidas nos assentamentos da região: a produção de alimentos agroecológicos e saudáveis como o arroz ecológico, produção de hortaliças e legumes em hortas, da produção até a comercialização, em especial, nas feiras.

A organização de agroindústrias e padarias, que é o exemplo do coletivo de mulheres da padaria dos Sinos Mão na Massa. A partir destes processos houve a organização em grupos gestores e coletivos. Estes grupos gestores se configuram como parte importante da efetiva participação das mulheres.

As famílias inseridas estão organizadas em núcleos de base - NBs, em grupos produtivos e/ou sociais, coordenação geral, direção regional, e direção estadual. Além desta estrutura organizativa, se constituiu na região os Grupos Gestores Regionais, e os Coletivos, sendo eles: Grupo Gestor das Hortas, Frutas e Plantas Medicinais e o Grupo Gestor do Arroz Agroecológico. E os Coletivos das Padarias, Piscicultura e do Leite. Os referidos Grupos Gestores, e Coletivos, têm como uma das finalidades a organização das famílias assentadas pela afinidade em linhas produtivas. Tendo como meta o planejamento coletivo das atividades de formação e produção, desde o plantio até o beneficiamento e a comercialização. As atividades de formação como cursos, dias de campo e seminários são voltadas para a produção de base ecológica. E a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de POA Ltda – COOTAP é a ferramenta organizativa responsável pela comercialização da produção, e seu incentivo. (Follet et al, 2017, p. 6).

As questões organizativas, produtivas e políticas das mulheres Sem Terra da região metropolitana de Porto Alegre, expressam-se em vários espaços que foram conquistados e construídos pela participação feminina, visando avançar na autonomia. Como por exemplo, a organização de espaços produtivos, que agreguem renda, mas também fortaleçam a participação das mesmas no processo de gestão. O atual estágio de participação é resultante de enfrentamentos internos, de debates, de iniciativas cooperadas para resolver questões comuns, assim como no conjunto da organização, conforme aponta Sandra Rodrigues:

Compreende-se que participação é o envolvimento das mulheres assentadas nas atividades coletivas, como os núcleos de base dos assentamentos e/ou outros espaços coletivos regionais, por exemplo, os dias de campo, cursos, confraternizações, lutas e marchas. Esta participação pode ser tanto na condição de convidadas, como, também, de organizadoras das atividades. Participar implica em estar presente, contribuir com ideias e com a execução prática das decisões deliberada. (Rodrigues, 2011, p. 34)

Na região, as mulheres participam de espaços comuns de discussão a exemplo do encontro das mulheres realizado no mês de julho de 2019. Não estão isoladas, buscando resoluções apenas dos problemas do território em que vivem, mas estão articuladas e organizadas em âmbitos maiores na região, que por sua vez é organizada de acordo com as linhas do setor de gênero nacional e das especificidades da região. Porém, na regional Metropolitana de Porto Alegre (POA) do MST está também expressada em seus mais distintos níveis de contradições e interação nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais a pouco apresentadas.

A organicidade do MST se compõe de acordo com as necessidades de novas formas organizativas que contemplem as diversas demandas, como: os grupos gestores do arroz orgânico<sup>32</sup>, grupo gestor das hortas, frutas e ervas medicinais, cooperativas, grupo gestor do leite e os coletivos das agroindústrias e padarias, coordenação de assentamento e coordenação regional.

[...] o debate sobre a condição de desigualdade vivenciada pelas mulheres perpassará a organização do trabalho social ao longo do desenvolvimento histórico das relações sociais na sociedade. É nesse processo de organização, buscando o envolvimento em toda a cadeia produtiva, que atualmente é reconhecida a participação, e resistência, das mulheres. A resistência que falamos neste momento é aquela materializada na produção, na perspectiva da produção de alimentos saudáveis, agroecológicos, na busca da produção diversificada, e transformadora da realidade. (Rodrigues, 2011, p.16).

---

<sup>32</sup> Baseado na produção agroecológica e sustentado num profundo complexo de cooperação e ajuda mútua, as famílias assentadas na região metropolitana produziram na safra 2016\17 mais de 337 mil sacos de arroz, em 3.628 hectares, envolvendo 445 famílias (Martins, 2017, p. 24).

A função primordial desta organicidade de grupo de gestores por linha de produção é a organização produtiva das famílias assentadas desde o plantio até o beneficiamento e a comercialização. Porém destaca-se que atualmente, este espaço tem uma relevância significativa na organização política, social e econômica das famílias assentadas, mas nenhuma mulher (no período da pesquisa) está inserida na equipe de direção do grupo gestor do arroz por exemplo.

Os territórios de assentamento não são hegemônicos em sua organização, produção ou mesmo não se constituem como espaços autônomos, não são ilhas dentro da sociedade capitalista. Segundo Alentejano e Chuva (2022), territórios podem ser definidos “como um determinado domínio espacial sobre o qual os diferentes atores sociais afirmam um controle político”. São espaços em permanente disputa, e que implica em determinados modos de organização, de relações sociais e de apropriação da natureza. Os movimentos sociais cada vez mais discutem este conceito de território para designar este lugar da produção e da reprodução da vida.

Assim, consideramos que podemos definir O território seria, desta forma, uma parcela do espaço sobre a qual incide uma dominação, econômica, política, ideológica. Pode ser contínuo ou descontínuo, traduzir-se em lugar ou região, estar ou não articulado em rede. Porém, como vivemos em uma sociedade de classes, não há um único projeto de ordenamento territorial, mas uma constante disputa de projetos, relacionada à luta de classes. Tais disputas refletem tanto as relações sociais como a apropriação da natureza, assim como as diferentes escalas nas quais os atores sociais atuam. Por isto, o território é multidimensional e multiescalar, mas, sobretudo, atravessado por conflitos. (Alentejano; Chuva, 2022, p. 754).

Nos territórios de assentamento, as mulheres enfrentam as expressões destas correlações de forças e disputas políticas, ideológicas e econômicas. Estes territórios que antes eram de um único proprietário, agora transformados em assentamento implicam numa diversidade de relações sociais e produtivas. A democratização da terra possibilita a ação de outros sujeitos sociais.

Portadoras deste impasse político, as novas relações sociais que se estabelecem no assentamento, com a democratização da terra e com o trabalho familiar, não são suficientes para garantir as mudanças na visão de mundo, nas práticas produtivas e nas relações cotidianas entre as pessoas. (Martins, 2019, p. 89).

Romper a cerca do latifúndio não significa romper com as opressões e com as relações sociais capitalistas historicamente construídas. Somente o acesso à terra não é garantia de novas relações humanas e sociais. A conquista da terra é

importante, decisiva na vida das famílias, mas vem imbuída de uma série de novas demandas de construção social.

Conquistar a terra significa que aquele território agora tem uma nova composição social, não é mais determinado pela concentração da terra, agora ela dividida possibilita a melhoria nas condições reais de vida de inúmeras pessoas que buscam construir uma outra organização do trabalho, uma outra forma de produzir, geralmente mais diversificada. A conquista da terra necessita trazer consigo uma nova organização comunitária, social, econômica e cultural para aquela região.

Porém, não está isenta das constantes tentativas e investidas para reproduzir em todos os parâmetros do modelo agrícola antes vigente, questão que prevalece em alguns territórios de assentamento expressos nos arrendamentos de lotes, no uso desenfreado de agrotóxico, na exploração do trabalho, na reprodução de relações sociais machistas, homofóbicas, racistas, exploradoras, violentas e opressivas contra mulheres, crianças e LGBTQs, nas relações familiares patriarcais, e assim por diante. Neste sentido, continua a disputa pelo território, na busca de construir outras relações sociais de vida, de organização produtiva, de organização social e é sob a ótica da classe trabalhadora que os assentamentos buscam se constituir como territórios de Reforma Agrária Popular.

Partimos da compreensão de que, para avançarmos na construção da Reforma Agrária Popular, é necessário nos desafiarmos a forjar novas relações entre os seres humanos e com a natureza. Para isso temos que olhar a fundo como a violência, característica da sociedade capitalista em que vivemos, incide no cotidiano das nossas áreas de assentamento e acampamento e nas relações como um todo, inclusive entre a militância, e no nosso processo de luta por terra, Reforma Agrária e transformação Social. (MST, 2024, p.5).

É nestes contextos diversos e amplos que as mulheres da região metropolitana buscam construir uma participação efetiva nos processos organizativos e produtivos próprios e do conjunto da organização. Estes processos devem contribuir na construção da autonomia feminina, na construção de novas relações de gênero que superem as relações machistas e patriarcais, buscando construir outras relações de produção, de organização do trabalho, compreendendo que as mulheres devem e podem gestionar empreendimentos que foram conquistados através da luta, assumir espaços de comando.

Um exemplo de construção de autonomia, não apenas ligado a renda, mas autonomia na gestão, na organização do trabalho feminino, na construção de outras

e novas relações sociais, que aqui gostaríamos de apresentar, é a agroindústria de panificados Mãos na Massa, que é de trabalho e gestão exclusivo de mulheres assentadas. Esta agroindústria está localizada no assentamento Sino, que é composto por treze famílias, mas somente seis mulheres estão envolvidas. Esta padaria já está em funcionamento faz sete anos, e, segundo a entrevistada Ana houve muitas dificuldades em sua efetivação, porém atualmente constitui-se um espaço de novas relações de trabalho, de gestão e de participação das mulheres.

Sou casada, sou mãe, sou avó, tenho uma família muito boa não tenho do que reclamar, estão todos bem de saúde e é isso que importa. Também rolei muito o mundo antes de ir para o acampamento, eu fui para o acampamento depois a gente veio para cá, depois de muito tempo de acampamento. Já fez 27 anos que nós estamos aqui, e não tenho interesse nenhum, nunca passou pela minha cabeça em sair daqui sou muito feliz aqui. Não produzo no meu lote para venda, mas produz o para o gasto e minha grande tarefa agora é aqui na padaria. Sou feliz por trabalhar aqui, já tive várias pessoas tentando me convencer que eu devo sair fazer outras coisas, mas eu acho que não, eu acho que aqui é o meu lugar. Até que eu puder trabalhar eu vou estar aí junto com essas companheiras, a gente é companheira aqui dentro não só para trabalhar, mas para uma abraçar outra quando tá com problema. Problema todo mundo tem mas aqui dentro a gente é uma família cada uma se preocupa com o problema da outra, tenta pelo menos se ajudar, temos muito orgulho do nosso trabalho. Depois que a gente começou a trabalhar aqui melhorou muito a vida na família, melhorou a renda, antes não tinha uma renda garantida e aqui a gente sabe que chove ou da seca, tendo a demanda a gente tem garantido, claro que nos três primeiros anos foi muito difícil, a gente mais trabalhava e pagava a conta do que via dinheiro era só trabalhar e pagar conta trabalhar e pagar conta, a gente tava quase que desacorçoando, mas nunca desistimos e hoje não temos mais do que reclamar é só tocar. (Entrevistada Ana, 2022).

Esse espaço de trabalho e sociabilidade é visto como uma conquista, valorizado não apenas pela renda que produz, mas pelas novas e diferentes relações sociais que lhes possibilita. Não é isento de dificuldades, conforme apontado acima pela entrevista, que passou anos de trabalho até se consolidar no assentamento, mas é uma outra perspectiva sobre a construção de espaços de protagonismo das mulheres. Certamente, a padaria não é o único espaço de participação destas mulheres, que, conforme apontam em entrevistas que serão apresentadas na sequência do texto, participam da vida comunitária, familiar e da sociedade em geral, mas expressam ali as mais variadas possibilidades de construir novas relações de trabalho, agora não mais a depender de um chefe de família, de um homem, mas de construção coletiva feminina e de expressões concretas do trabalho cooperado.

A busca da autonomia econômica está intrinsecamente ligada à luta pela autonomia política. O papel das mulheres Sem Terra e sua amplitude, conforme apontado nos desafios adiante.

Pensar a participação das mulheres na construção da Reforma Agrária Popular implica em pensar a questão da emancipação feminina, não isoladamente, mas como parte da emancipação da classe. A emancipação em construção ainda é permeada de desafios. O debate sobre participação e sobre protagonismo aqui é pertinente.

Os espaços que nós participamos, olhando desde os territórios [...] - ou pelo menos tentamos participar – deste espaço da tomada de decisão, de ajudar a decidir, a construir o nosso Movimento. Então nós temos mulheres em várias áreas, nas direções, nas instâncias, mas é um espaço muito conquistado, muito forjado, não é um espaço que a gente entra livremente nele, a gente precisa abrir mão de muitas coisas [...] a gente aprende muito a conviver na casa da família, quando a gente dá um outro passo que é ajudar a construir um processo de transformação da decisão não é tão simples para nossas mulheres, mas importantíssimo e fundamental. A gente vai ocupando os espaços no nosso movimento nas instâncias, setores, equipes, ajudando a construir processos. Mas isso é uma coisa lenta e progressiva, não é nada assim muito rápido, tem o tempo de ir amadurecendo, de ir entrando e ir ocupando esses espaços, mas que muitas de nós estamos lá e aquelas que não estão ainda com certeza nós precisamos criar condições para que estejam na tomada de decisão também. (Entrevista Joana, 2022).

Os espaços de participação das mulheres da região metropolitana são fundamentais para o avanço da construção da reforma agrária popular, dentre eles é possível apontar a participação das mulheres nas cooperativas. Para referenciar esta participação nas cooperativas destacamos a COOPAN (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita) e a cooperativa COOTAP (Cooperativa Dos Trabalhadores Assentados Da Região De Porto Alegre LTDA) como cooperativas nas quais as mulheres estão inseridas no seu organograma e funcionamento com os devidos limites e potencialidades a serem apresentados e discutidos a seguir.

A COOPAN que está localizada no município de Nova Santa Rita, fundada em 1995 com 35 associados, segundo Indiane Rubenich (2017 p. 48), em 2005 as mulheres passam a se associar também na cooperativa. “Este fato se deve principalmente pela melhoria gradual no repasse do adiantamento das sobras e a dificuldade de deslocamento para os grandes centros diariamente para trabalhar como domésticas”. O aumento no número de sócios se deve ao retorno das mulheres para a cooperativa e ao trabalho na cooperativa, já que antes buscavam trabalhos externos, principalmente como domésticas, mas que a partir daquele período era possível obter a renda na própria cooperativa, e também pela entrada dos jovens. Na entrevista a

seguir com Violeta, a questão da participação das mulheres na cooperativa é vista como um processo que está avançando.

Hoje, de uns dois a três anos para cá, com a volta dos jovens, das mulheres mais jovens que foram estudar e que se envolveram um pouco mais, a gente conseguiu ter mais acesso a esses espaços, coordenação, direção. Isso para nós é um avanço dentro da cooperativa, que a gente vem de uma cultura, e os nossos pais também vem dessa cultura muito machista, que o homem é o líder da casa, a gente sabe que dentro do movimento também existe isso, dentro das cooperativas também existe, então nós estar na coordenação é um avanço, significa que cada vez mais estamos avançando, significa que as mulheres aqui dentro estão se desafiando a desempenharem papéis que antes eram só de homens [...]. (Entrevistada Violeta, 2022).

Ao mesmo tempo que se reconhece os avanços na participação, as mulheres citam as dificuldades para serem ouvidas, para terem sua opinião respeitada e considerada, seja na cooperativa ou no conjunto do Movimento.

As cooperativas possuem um papel importante para o MST na organização das famílias e na estratégia da RAP. Segundo Luiz Fernando da Rosa (2018, p. 41), a COOPAN e a COOTAP são duas cooperativas que expressam os anseios dos camponeses assentados da região metropolitana, que são base para a reprodução social, econômica e política. “Além disso, as cooperativas podem representar a forma de viabilizar a produção, resistindo ao modelo do agronegócio, além de proteger o meio ambiente”.

Martins (2019) aponta que o processo de luta pela terra está vinculado a um forte processo organizativo da produção, já que existem outras cooperativas coletivas na região<sup>33</sup>. Estas cooperativas fazem parte de um ciclo do Movimento de definição da política de cooperação agrícola no início dos anos 90. As mulheres inseridas neste processo cooperativo apontam que há muitos desafios ainda a ser enfrentados.

Na Cootap nós temos nove setores, a gente faz um trabalho bastante vinculado ao MST. O MST na Cootap é o setor social organizativo, com alguns limites em alguns momentos, mas a grande participação e protagonismo é das mulheres, porque dentro do social organizativo nós temos as diferentes frentes. Então por exemplo, uma frente trabalha com a educação, é coordenado pelas mulheres, outra frente de trabalho são as mulheres, é coordenado também por mulheres. Essa questão mais das frentes sociais, e acompanhamento aos estágios, aos aspectos culturais, é as mulheres, o grupo gestor das hortas, mesmo que é produtivo mas é

<sup>33</sup> (COOPAN -Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita Ltda, em Nova Santa Rita; COPAC -Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda, em Charqueadas; e COOPAT - Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados em Tapes Ltda, em Tapes), uma cooperativa de comercialização local em Viamão (COPERAV - Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão Ltda) e uma cooperativa de prestação de serviços e comercialização de âmbito regional (COOTAP - Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda), com sede em Eldorado do Sul. (MARTINS, 2019. p. 50).

vinculado ao social, por um bom tempo foi protagonizado pelas mulheres [...]. Tem alguns setores que têm esse protagonismo das mulheres. Mas se a gente pega na direção da cooperativa, e nessas tarefas mais econômicas, aí as mulheres acabam perdendo um pouco essa autonomia, que mesmo que a gente tem um orçamento próprio, faça planejamento, tenha previsto gastos etc que apresenta e é discutido coletivamente, mas na luta política surge muitos imprevistos, a gente acaba sempre tendo que recorrer ao econômico e a própria cooperativa para que nos apoia, e essa centralidade acaba ficando muito mais com os homens. Até porque, um dos motivos que fica muito mais com os homens, é porque a grande ferramenta econômica que nós temos na região metropolitana vem do próprio grupo gestor do arroz agroecológico, é a nossa grande Fortaleza política e econômica. É uma das fortalezas digamos, e é hegemônica pelos homens, então sempre fica essas fragilidades e essas diferenças de compreensão do que é prioridade naquele momento. Eu não acho que isso seja só uma responsabilidade dos homens, acho que nós no setor social organizativo temos que nos organizar mais e nos impor mais, por exemplo agora não tem nenhuma companheira na direção da Cootap. Nós temos o desafio de pautar com os companheiros, mas a gente sabe que nós temos que puxar a frente porque se não por si só isso não vai acontecer. (Entrevistada Celia, 2022).

Nas estruturas organizativas apontadas acima, aparece com força a importância das mulheres se inserirem também nos domínios econômicos de alguns processos onde elas ainda não estão, assim como ocupar espaços na direção e na condução da cooperativa. Estes processos acontecem com avanços e retrocessos. Em outra cooperativa, por exemplo, a presidência é ocupada por uma mulher.

Historicamente, como apontado no primeiro capítulo, a participação das mulheres se dá pela luta, pela construção e pela imposição das próprias mulheres. A conquista de direitos nunca foi uma cedência masculina, é uma conquista das mulheres permeada de enfrentamentos, de disputas e de luta.

A conquista de espaços na organização é também permeada de contradições. Não se resumem a estar ou não presentes, ou nas instâncias ou nas direções de cooperativas, mas implicam necessariamente em estar em condição de protagonismo. Este protagonismo requer uma série de possibilidades, de construções anteriores e coletivas.

O protagonismo feminino está também, mas não unicamente, ligado às condições de formação para que as mulheres possam assumir determinadas tarefas ou áreas de atuação, às condições materiais construídas para que estas mulheres possam atuar ou não, e aos falsos incentivos de que as mulheres devem ocupar todos os espaços na organização. Se não vierem balizados coletivamente com condições concretas, não podem ser efetivados. Não basta dizer que é importante estar em todos os espaços, é preciso estar disposto a construir as condições reais e concretas para avançarmos na participação e no protagonismo feminino coletivo. Pensar o

protagonismo como coletivo é outra nuance importante, considerando que as conquistas e os enfrentamentos não são individuais, são expressões das lutas coletivas das mulheres.

Porém, é importante reafirmar que estes espaços não são suficientes, são processos em construção com limites de participação, de desenvolvimento, por falta de incentivos econômicos e políticas públicas específicas para as mulheres, mas também pelas inúmeras expressões do machismo e do patriarcado que estão presentes no cotidiano e precisam ser superadas.

A gente ainda enfrenta muitas situações do patriarcado no nosso dia a dia, na nossa organização, na nossa casa. Esse tema do machismo, de autoritarismo, das pessoas pensarem que para ter poder precisa massacrar, desfazer das pessoas, isso são raízes do patriarcado que vai oprimindo as pessoas e volta e meia a gente passa por essas situações principalmente no âmbito mais da casa onde a gente precisa ter o punho firme para enfrentar e combater, e por vezes também no nosso movimento, que por vezes a gente encontra companheiros altamente machistas, racistas que às vezes ofendem, talvez por não entenderem ou não compreenderem a dimensão do ser humano. (Entrevista Joana, 2022).

A experiência de participar na tomada de decisões é um processo que deve estar vinculado ao processo organizativo. Não basta ter representantes, por exemplo, na direção de um assentamento, da cooperativa, da associação, ou nas instâncias diretivas da organização, se esta representação não é ouvida quando expressa sua opinião, não é consultada para assuntos estruturantes, ou mesmo não ocupa espaços de tomada de decisão, não só decisões políticas, organizativas, mas principalmente decisões referentes a questões econômicas.

Conforme aponta Bruna Mendes Vasconcellos (2015), o trabalho cooperado em suas mais diversas expressões e a agroecologia são projetos importantes na construção da autonomia política e econômica das mulheres camponesas no enfrentamento ao avanço das forças capitalistas no campo (Vasconcellos, 2015, p.342). São por vezes a “porta de entrada” para avançar na inserção em outros espaços e esferas políticas e organizativas nos assentamentos e no conjunto do Movimento.

Onde a organização dos assentamentos está baseada na produção de alimentos saudáveis, vemos florescer o desenvolvimento cooperado, democrático (com participação das mulheres e jovens), popular, de base ecológica, redesenhando os agroecossistemas, trazendo ao MST uma nova qualidade ético-política. As famílias, no seu cotidiano produtivo, ao optarem por desenvolver uma agricultura de alimentos de base ecológica, vislumbram a contra- dição política expressa no modelo do agronegócio, tornando-se conscientes das suas implicações sociais, econômicas e ambientais. (Martins *et al.*, 2022, p. 639).

Contraditoriamente alguns assentamentos podem representar também uma diminuição da participação das mulheres se não estiverem inseridas em espaços mais coletivos. O processo de divisão sexual do trabalho no campo fica mais evidente e acirrado. O isolamento e distância entre os lotes em alguns territórios são também parte das dificuldades de participação das mulheres. Este tipo de organização de assentamento deixa as mulheres mais vulneráveis à violência doméstica. Segundo Flávia Biroli, “a violência doméstica afeta, sobretudo, as pessoas mais vulneráveis nos agrupamentos familiares: mulheres – por razões socioeconômicas e pela construção simbólica do feminino subordinada ao masculino” (Biroli, 2018, p. 91).

Por outro lado, mesmo em assentamentos que não são organizados coletivamente, ou em agrovilas, há processos organizativos protagonizados por mulheres na busca pela obtenção de uma renda que permita se desvencilhar da dependência do marido ou do pai. A questão da renda para as mulheres deve ser também compreendida como aspecto importante, como condição de permanência no campo, de autonomia e liberdade.

Ainda, há também outros espaços construídos em que as mulheres protagonizam, espaços de trabalho e de vivência atravessados pelas questões referentes à produção e ao protagonismo feminino, na tentativa cotidiana de construir e articular a permanência no assentamento, o acesso à educação para elas e para os filhos e filhas, a geração de renda e a construção de espaços de sociabilidade, de participação política e social na vida do território.

Esse engajamento organizativo representa a porta de entrada das mulheres para seu envolvimento com outras atividades políticas de seus assentamentos e comunidades. O trabalho associado e a agroecologia representam espaços de formação das mulheres como sujeitos políticos, impulsionando-as a refletir sobre as normas culturalmente impostas pelo sistema patriarcal, questionando-as e redefinindo a partir daí seu papel e sua importância na sociedade rural e contemporânea. O trabalho associado e a agroecologia representam também uma ampliação na capacitação técnica, política e de gestão. (Vasconcellos, 2015, p.358).

A autora, em consonância em as entrevistadas, aponta ainda que a participação das mulheres carrega um elemento histórico, pois, como elas “tradicionalmente” são as responsáveis pelos cuidados das famílias, e são elas também as que primeiro sentem as mazelas do capital na degradação ambiental, na falta de água, na condição ou na falta da alimentação necessária para a família. São as mulheres que mais sentem a ausência de infraestrutura no campo, que dificulta ou

impede o acesso dos filhos/as a escola, a ausência de acesso a saúde, lazer; e esses elementos são propulsores das lutas em que as mulheres estão engajadas.

O debate sobre protagonismo e emancipação é importante. Participar é o mesmo que protagonizar? O que diferencia e o que elas almejam? Quais as condições construídas para a efetiva participação não é uma questão simples e linear. É um processo contraditório, de enfrentamentos, permeado de desafios. Mas, mais importante que reconhecer tais desafios, é fundamental compreender que a participação das mulheres sem ação política estratégica e organizada enquanto classe não supera as atuais contradições estruturantes da sociedade de classes, conforme aponta Mafort, quando diz que “isso pode trazer alguns indicadores de que não é o conjunto das classes que precisa reconhecer as diferenças e criar espaços de participação somente, pois o desafio atual pode estar além disso” (Mafort, 2019, p. 82).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo histórico dos 40 anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as mulheres construíram uma trajetória de protagonismo. Analisar a participação das mulheres assentadas da regional metropolitana de Porto Alegre (RS) na construção e implementação da Reforma Agrária Popular (RAP) perpassou a pesquisa de campo e possibilitou compreender essas sujeitas na sua trajetória histórica. A pesquisa e reflexões acerca da participação, do protagonismo, da emancipação das mulheres do MST, abarca uma série de questões sobre a organicidade do próprio Movimento nesta região.

A leitura crítica dos materiais e cartilhas do MST e outros escritos exigiram compreender as questões conjunturais do período que cada material foi produzido, por exemplo, nas cartilhas de gênero percebemos claramente os avanços nos aspectos da compreensão e da prática das mulheres sobre gênero, feminismo, sobre a luta contra o capital e os próprios desafios internos da organização. As elaborações sobre feminismo camponês e popular ainda são incipientes, por isso, um desafio no aprofundamento.

Minha trajetória de pesquisa foi bastante marcada por aprendizados e desafios, conhecer um pouco mais o território que pesquisei, o método de pesquisa, as leituras que realizei no grupo de estudo do territorial e as demais leituras para a pesquisa, visitar as cartilhas do Movimento, no qual sou militante, com um olhar mais específico, buscando sempre identificar onde estão as mulheres, certamente são questões que me marcam, que me ensinam.

Um dos aprendizados que mais me marcou neste processo, foi a pesquisa de campo, que realizei através de entrevistas. As questões que eu colocava para as entrevistadas nunca tiveram uma resposta simples ou curta. Tudo tinha e tem um contexto, tudo tem uma história. Há o trabalho delas embutido, as esperanças de construir mais, não no sentido material, mas de fortalecer o protagonismo das mulheres, de alcançar mais espaços de decisão assumidos por mulheres, construir melhores condições de vida para a família, construir, querer, esperar muito mais, porque elas têm ainda muitos sonhos pessoais e coletivos.

Dentre os inúmeros desafios e limites referente a participação das mulheres nesta região, podemos citar que nem todas estão inseridas em processos organizativos ou sociais, há inúmeras mulheres que vivem nos assentamentos mas

não estão vinculadas a processos organizativos, tem como sociabilidade e participação por vezes apenas a igreja e a família, e em muitas famílias as relações machistas impedem esta inserção. Como os assentamentos da região metropolitana são próximos a capital, muitas mulheres trabalham fora, principalmente como diaristas, para fortalecer a renda da família.

Além disso, o núcleo de moradia não se limita apenas a família assentada, mas de filhos/as e parentes que vão construindo no entorno da casa original, mas que em geral não são inseridas na vida orgânica do assentamento, frequentemente trabalham fora e não estão vinculadas a organização e a produção.

É imprescindível reafirmar a construção da Reforma Agrária Popular passa também pela emancipação das mulheres, que só será possível com a superação das opressões que sofrem nos espaços públicos e nos espaços considerados privados, portanto, avançar na formação e a capacitação das mulheres é importante e um desafio permanente. Minha prática como educadora também me leva a pensar sobre a falta de acesso ao estudo e formação para as mulheres do campo, em especial aquelas que estão em território de reforma agrária. O estudo e a formação profissional são aspectos importantes na construção do protagonismo das mulheres, porém há ainda falta de condições concretas para que acessem o estudo e a profissionalização.

A participação das mulheres na vida pública é menor que a dos homens. Isso é um fato notório e reconhecido. A reprodução do patriarcado ainda nos impõe uma série de desafios, e a luta pela emancipação feminina é necessária para a superação das desigualdades, “reafirmar nossa atuação, enquanto mulheres do campo, militante e dirigente, ocupando espaços, conquistando e resistindo nos territórios” (MST, 2021, p. 72).

Por isso, uma das questões importantes a considerar são os distintos espaços organizativos da região, já citados no trabalho, mas que valem ser recapitulados aqui: padarias, hortas, feiras, cooperativas, agroindústrias, grupo gestor das hortas, grupo gestor do arroz, associação da água, organicidade por microrregião, direção regional, coordenação de assentamento, coletivo de educação, grupos de mulheres entre outros, são formas organizativas complexas, articuladas com a estratégia do Movimento. Estas formas organizativas estão no cotidiano dessas mulheres e são, conforme reafirmado por elas, **frutos de uma luta coletiva.**

Quando olhamos para estes espaços e processos organizados identificando qual é a participação das mulheres, estamos nos referindo a espaços de protagonismo

real, de atuação concreta. Certamente, um dos desafios é ampliar o protagonismo das mulheres nos espaços de comando seguindo a definição da própria organização segundo o qual as mulheres devem ocupar 50% dos cargos de direção e comando com reais condições de atuar.

A participação das mulheres nas estruturas não significa a superação das desigualdades que historicamente foram construídas. Todas as conquistas históricas das mulheres são resultantes das lutas por elas travadas, chegamos até aqui porque houve lutas antes de nós, porque continuamos lutando enquanto mulheres Sem Terra contra todas as formas de opressão, contra o patriarcado, o machismo que perpassa toda a nossa sociedade.

Outro aspecto importante que gostaríamos de reafirmar é a importância das cooperativas nas quais há condições mais concretas para as mulheres, destacando a importância de refeitórios coletivos, cirandas infantis e da organização do trabalho cooperado. Nas entrevistas as mulheres ressaltam a importância da organização coletiva das mulheres em especial dos grupos produtivos.

Também, no sentido de apresentar experiências exitosas, a padaria Mãos na Massa, de Nova Santa Rita traz estes elementos da organização coletiva do trabalho específico das mulheres. Percebe-se como isso impacta nas relações sociais estabelecidas no assentamento e nas famílias. O sentimento de pertencimento também se expressou nas afirmações de estas mulheres que aprenderam a administrar, a vender, comprar, organizar a produção, distribuir tarefas entre elas e assim por diante, constituindo o protagonismo coletivo das mulheres no processo de gestão, produção, comercialização e renda desde este espaço de trabalho e protagonismo.

A comercialização de produtos orgânicos nas feiras pode ser considerada também um processo de resistência das mulheres nos territórios. Um espaço importante de construção da autonomia econômica. Além do mais, as feiras e os outros espaços de comercialização que as mulheres estão inseridas são também espaços de debate político com a sociedade, dando visibilidade ao desenvolvimento dos assentamentos, do potencial organizativo e das conquistas que as mulheres do MST constituíram nos 40 anos desta organização.

Potencializar formas não capitalistas de produção pode contribuir na construção de processos emancipatórios das mulheres. Essas formas diferenciadas de organização da produção e reprodução da vida são expressões de resistências,

são expressões de processos construídos e protagonizados por mulheres em vista da construção estratégica da classe trabalhadora de emancipação.

A atuação e a compreensão das mulheres sobre a Agroecologia, que é um eixo estratégico da Reforma Agrária Popular têm relação com a compreensão da mulher sobre a biodiversidade, sobre a questão ambiental.

Os gritos de ordem, Sem feminismo não há agroecologia, ou Com LGBTfobia não há agroecologia, indicam uma compreensão integrada na relação ser humano – natureza, com relações sociais saudáveis e relação com a natureza em respeito aos seus ciclos.

A construção da RAP envolve a compreensão do território como um todo e do território corpo – da totalidade da vida, no cuidado com a natureza, relações de vivência e convivência. “A gente quer todos os aspectos da vida humana e da relação com a natureza”. A mulher sente mais a ausência da infraestrutura no campo que dificulta o acesso à saúde, lazer, acesso dos filhos na escola. Indica a visão e a luta das mulheres pela RAP diante dessa visão integrada do território como um todo.

A reforma agrária popular é muito mais do que produzir e comercializar alimentos saudáveis, doar ou fazer ações de solidariedade, é também fazer uma vida diferente, forjada sob novos valores.

A relação entre emancipação política e econômica da mulher com a luta pela emancipação humana. A autonomia financeira, a geração de renda para a mulher, tão quanto a sua participação política nas instâncias organizativas e na luta em geral são dimensões da visão feminista da RAP. A emancipação política, tem a ver com a emancipação econômica promovendo a autossustentação e a possibilidade de participação.

O combate às diferentes formas de violência contra a mulher, é parte integrante da Reforma Agrária Popular. Construção de relações sociais saudáveis e emancipatórias. Com isso ressalta-se a importância de fortalecer a organicidade, os coletivos de mulheres e diversidade no sentido de estimular a participação e o avanço da consciência.

As mulheres Sem Terra estão articuladas em suas ações com a estratégia da Reforma Agrária Popular principalmente na produção de alimentos saudáveis, é importante dar ênfase à participação das mulheres nas práticas concretas nos territórios. Para o avanço na participação igualitária efetiva de todas é preciso avançar na superação dos privilégios e das opressões.

Portanto, a Reforma Agrária Popular só chegou a ser o que é porque nela muitas mãos femininas se colocaram em movimento, trajetos percorridos coletivamente protagonizaram uma organização fortalecida na qual ocorreram reflexões e práticas importantes que nos dizem que não cabe mais a compreensão de que o lugar da mulher é cuidar do lar, mas coloca a mulher à frente em enfrentamentos que demarcam significativamente a mudança da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo; CHUVA, Luiza. Território. *In*: DIAS Alexandre Pessoa; Anakeila de Barros STAUFFER; MOURA Luiz Henrique Gomes de; VARGAS Maria Cristina (orgs.). **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p 750-755.
- BADIA, Gilbert. **Clara Zetkin - Vida e Obra**. Expressão Popular, São Paulo 2003.
- BEZERRA, Elaine. A revolução será feminista ou não será. *In*: Os desafios do feminismo marxista na atualidade. **Dossiê Temático**. Marxismo 21. Chapecó, 2020.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia do Brasil**. São Paulo, Boitempo. 2018.
- BONNET, Anabelle. MORERIRA Renata, AMARAL, Maísa (orgs.). **Kollontai e a revolução: escritos sobre amor e luta**. Editora Expressão Popular, São Paulo – 2023.
- CALDART, Salete Roseli *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo, Expressão Popular, 2012, p. 765-768.
- CAMPOS, Cristiane Senhorinha Soares. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS**. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – URS. Instituto de Geociências, Programa de Pós graduação em Geografia. Porto alegre 2009.
- CHEROBINI, Demétrio. **Mészáros: A emancipação feminina e as lutas de classes**, 2011.
- CLOC – **Coordenadora Latino Americana de Organizações Camponesas**. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net>. Acesso em 18 de março de 2023.
- COSTA, Bianca. Protesto das mulheres na Aracruz completa 5 anos. 11 março, 2011. **Boletim do MST Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://boletimstrj.mst.org.br> Acesso em 10 fev. 2022.
- GUIMARÃES, Antonio Moreira. (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- DE OLHO NOS RURALISTAS. Elizabeth Teixeira, 95 anos, uma camponesa marcada pela resistência. **De Olho na História (II)**. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br> . Acesso em 29 de jan. de 2022.
- FARIA, Nalu e NOBRE Miriam (orgs). **Perspectivas feministas para autonomia das mulheres**. Cadernos SempreViva. SOF, São Paulo, 2012
- FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto zero da revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo, Elefante, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *In: Revista NERA* - ano 8. Número 6. São Paulo, 2005.

FOLLET, Cecile. PIETROSKI, Cleomar José. RODRIGUES, Sandra Nunes. **Sistematização de experiência agroecológica - mulheres assentadas da reforma agrária**: Um processo de organização na produção agroecológica e camponesa. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos Ltda – COPTec. Porto Alegre. 2017.

FURLIN, Neiva. **A perspectiva de gênero no MST**: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. *In: Neves, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.)*. Mulheres Camponesas – trabalho produtivo e engajamentos políticos. Alternativa, Rio de Janeiro, 2013.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo, Editora Boitempo: Iskra Edições, 2014.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**: tradução Alessandra Ceregatti. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2010.

GUHUR, Dominique. SILVA, Nívia Regina da. Epistemologia da Agroecologia. *In: DIAS Alexandre Pessoa; Anakeila de Barros STAUFFER; MOURA Luiz Henrique Gomes de; VARGAS Maria Cristina (orgs.)*. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p 394-403.

HADICH, Ceres. As Mulheres e a Agroecologia. *In: MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. **Coluna Aromas de março**. Acessado em 08 out. 2021.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Estudos Feministas 01** – Mulheres de luta, mulheres em luta. São Paulo, 2019.

KRUPSKAIA, Nadezhda. **A Construção da pedagogia socialista**: escritos selecionados. FREITAS, Luiz Carlos de. CALDART, Roseli. (Orgs.). Editora Expressão Popular, São Paulo, 2017.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo Vida e Obra**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 1999.

LPJ, **Levante Popular da Juventude**. Disponível em: <https://levante.org.br> . Acesso em 18 de mar. de 2023.

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. **A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária para as mulheres da via camponesa** – Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista – Unesp “Júlio de Mesquita Filho”. 2013.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre**. Expressão Popular, São Paulo, 2019.

MARTINS, Adalberto. *et al.* Reforma Agrária Popular. *In*: DIAS Alexandre Pessoa; Anakeila de Barros STAUFFER; MOURA Luiz Henrique Gomes de; VARGAS Maria Cristina (organizadores). **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p 636-642.

MEZADRI, Adriana Maria. *et al.* (Orgs.). **Feminismo camponês e Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. Editora. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de formação 1: Setor de Gênero**. CEAGRO, Laranjeiras do Sul, PR. 2015a.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de formação 3: Setor de Gênero**. CEAGRO, Laranjeiras do Sul, PR. 2015b.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de estudo: Como construir a reforma agrária popular em nossos assentamentos**. Coordenação nacional, setor de produção, cooperação e meio ambiente. São Paulo, 2014a.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de formação nº 5: Setor de Gênero**. Diversidade sexual no MST – elementos para debate. São Paulo, 2017.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de formação nº 6: A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base**. Setor de gênero, MST, 2018b.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de trabalho de base**. Ao capital interessa a violência, a nós a emancipação. São Paulo, 2023.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cartilha Setor de Gênero do RS**, 2018a.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cartilha Setor de gênero - “Mulheres em Luta, Semeando Resistência”** – I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra. 2020.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A questão da mulher no MST**. São Paulo, 1996.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O setor de gênero do MST**. (documento interno). 2010.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa Agrário do MST**. VI Congresso Nacional do MST, fevereiro, 2014b.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Formação em tempos de corona:** Feminismo, antirracismo e luta de classe.

Entrevista Itelvina Massioli. 2020. <https://sites.google.com/view/mstformcaocvd19/>  
Acesso em 19 de fevereiro de 2020, as 12:27h

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Ato Cobra justiça pelo assassinato de Lindolfo Kosmaski.** Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso 15 de maio de 2022.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Breve História do Feminismo Marxista. *In:* Os desafios do pensamento Marxista na atualidade – **Marxismo 21**. Chapecó, 2020. Disponível em [www.marxismo21.org](http://www.marxismo21.org)

RODRIGUES, Sandra Nunes. **A participação das mulheres e produção de auto sustento no fortalecimento da agricultura camponesa em assentamentos de Nova Santa Rita – RS.** Trabalho de conclusão de curso (Especialização) Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, RS, – Santa Maria-RS, 2011.

ROSA, Luís Fernando Silveira da. **Assentamentos rurais da região metropolitana de Porto Alegre e a formação de cooperativas.** Dissertação (Mestrado em Geografia do Instituto de Geociências da UFRGS). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

RUBENICH, Indiane Witcel. **A sustentabilidade socioeconômica e os desafios da inserção da juventude na cooperativa de produção agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN) Nova Santa Rita (RS).** Monografia apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Laranjeiras do Sul, 2017.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **A mulher na sociedade de classes – mito e realidade.** 3ª edição, Expressão Popular, São Paulo, 2013.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero patriarcado violência.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHWEBEL, Fougeyrollas Dominique. *In:* **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as Políticas Públicas. Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). Coordenadoria Especial da Mulher, São Paulo 2003.

SEIBERT, Iridiani Graciele. GUEDES, Lizandra. MAFORT, Kelli. Feminismo Camponês e Popular – 2020. **Dicionário de agroecologia e educação.** São Paulo: Expressão Popular, 2022.

SCHNEIDER, Graziela– org. **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética;** Tradução Cecília Rosas... [*et al.*]. São Paulo: Boitempo, 2017.

STASIAK, Letícia. Reportagem: **Assentadas e acampadas participam do curso Marxismo e Feminismo em Viamão (RS)** – outubro de 2017. Disponível em:

<https://mst.org.br>

TOLEDO, Cecilia. **Gênero e Classe**. SAGRA, Alicia (Org). Editora Sundermann. São Paulo, 2017.

TURMA DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA EDUARDO GALEANO. **HISTÓRIA DO MST – A gente cultiva ela e ela cultiva a gente**. Construção coletiva do curso de História ITERRA/UFFS. Veranópolis, RS 2015.

VASCONCELOS, Bruna Mendes de. **Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia**. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais. Editora Outras expressões. São Paulo 2015.

VIA CAMPESINA. **Feminismo camponês e popular**. Texto preliminar para debate na V Assembleia de Mulheres da CLOC / Via Campesina. (Documento Interno). Março de 2015.

VILLAS BÔAS, Rafael. **Texto Assembleia dos homens**. Fortaleza, 25 de janeiro de 2017. (Documento interno). 2017.

WITCEL, Rosmeri. **A luta do “Oito de março” como espacialização emancipatória do debate feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São Paulo, 2020.